

# SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 25

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

## SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

n.º 25, abril 2021

**Diretora:** Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [aferreira@fcsch.unl.pt](mailto:aferreira@fcsch.unl.pt))

**Diretoras Adjuntas:** Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [dalilacerejo@fcsch.unl.pt](mailto:dalilacerejo@fcsch.unl.pt)) e Joana Azevedo (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa; [joana.azevedo@iscte-iul.pt](mailto:joana.azevedo@iscte-iul.pt))

**Conselho de Redação:** João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa); Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa)

**Conselho Editorial:** Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraesus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences da Australian Catholic University, Austrália); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

**Assistente Editorial:** Marta Luís Pereira

**Propriedade do Título:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Apresentação da Revista:** A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, italiano, francês e inglês

**Edição:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Normas para os Autores:** Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

**Sistema de Arbitragem:** Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

**Indexação:** Está indexada na SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO e The Publication Forum (Finlândia).

**Contactos:** Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

**Conceção Gráfica e Composição:** Lina Cardoso

**Capa:** Isabel Rebelo

**Web Design:** Factis

**Revista de Acesso Livre:** <http://revista.aps.pt>

**ISSN:** 1647-3337

**Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social:** 125823

## SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 25 april 2021

**Editor:** Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [afferreira@fcsch.unl.pt](mailto:afferreira@fcsch.unl.pt))

**Associate Editors:** Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; [dalilacerejo@fcsch.unl.pt](mailto:dalilacerejo@fcsch.unl.pt)) and Joana Azevedo (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa; [joana.azevedo@iscte-iul.pt](mailto:joana.azevedo@iscte-iul.pt))

**Board Members:** João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho e CICS.NOVA.UMinho); Ana Ferreira (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) and Joana Azevedo (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa)

**Advisory Editors:** Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Institute for Humanities and Social Sciences, Australian Catholic University, Australia); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (Iscte - Instituto Universitário de Lisboa) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

**Editorial Assistant:** Marta Luís Pereira

**Copyright:** Associação Portuguesa de Sociologia

**About the Journal:** SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish, French or Italian

**Publisher:** Associação Portuguesa de Sociologia

**Submission Guidelines:** Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

**Refereeing:** SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

**Abstracting and Indexing:** Abstracting and Indexing: Is indexed in SciELO Portugal, Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO and The Publication Forum (Finland).

**Contact:** Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt)

**Design and Typeset:** Lina Cardoso

**Cover:** Isabel Rebelo

**Web Design:** Factis

**Open access journal available at:** <http://revista.aps.pt>

**ISSN:** 1647-3337

**Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social:** 125823





## ÍNDICE

### Artigos

Das recentes crises financeiras à crise pandémica. Qual o valor do trabalho? .....	11
<i>Andreia Santos</i>	
Sombras de falência. Trajetórias de declínio social em famílias de pequenos comerciantes em Buenos Aires .....	35
<i>Gonzalo Seid</i>	
Eventos subculturais e a cidade: estratégia para a economia simbólica ou meio integrador de uma cultura alternativa? O caso do festival gótico “entremuralhas” em Leiria .....	62
<i>Manuel Pereira Soares</i>	
Redes de usuários-cultivadores de cannabis no Brasil. Móveis morais e relações sociais.....	86
<i>Marco Vinicius de Castro e Paulo Cesar Pontes Fraga</i>	
Normas para Autores .....	111

## CONTENTS

### Articles

From recent financial crises to the pandemic crisis. What is the value of work?.....	11
<i>Andreia Santos</i>	
Shadows of bankruptcy. Trajectories of social decline in families of small merchants in Buenos Aires.....	35
<i>Gonzalo Seid</i>	
Subcultural events and the city: strategy for the symbolic economy or an integrator of an alternative culture? The case of the gothic “entremuralhas” festival in Leiria.....	62
<i>Manuel Pereira Soares</i>	
Cannabis users-growers networks in Brazil. Moral mobiles and social relations .....	86
<i>Marco Vinicius de Castro and Paulo Cesar Pontes Fraga</i>	
Submission guidelines .....	111



ARTIGOS  
ARTICLES



# DAS RECENTES CRISES FINANCEIRAS À CRISE PANDÉMICA QUAL O VALOR DO TRABALHO?

## FROM RECENT FINANCIAL CRISES TO THE PANDEMIC CRISIS WHAT IS THE VALUE OF WORK?

*Andreia Santos*

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.

E-mail: andreiasantos@ces.uc.pt; andreiasant1@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2569-6991>

**Resumo:** Vivemos tempos estranhos, onde a sociedade e o seu funcionamento se alteraram profundamente. Face a uma crise de saúde pública, todas as esferas da sociedade sofreram pontos de rutura, nas quais o trabalho, inevitavelmente, assume um papel central. Este artigo contempla uma reflexão sobre o contexto de pandemia, mas pretende, principalmente, debater sobre qual o valor do trabalho. Focam-se três pontos essenciais: a centralidade do trabalho e dos seus direitos no funcionamento das sociedades; a sua instrumentalização na regulamentação económica, política e social patente nas reformas levadas a cabo desde os anos 1970; e como velhas e novas questões que permeiam o mundo laboral nos instigam a questionar os caminhos percorridos. O objetivo é que se reconheça no valor do trabalho e seus direitos, a afirmação da dignidade humana e de mecanismos redistributivos e quadros institucionais e legais orientados para a solidariedade e coesão social.

**Palavras-chave:** trabalho, direito do trabalho, crise(s), dignidade (humana).

**Abstract:** We live in strange times in which the functioning of society has changed profoundly. In face of a public health crisis, all spheres of society have suffered breaking points. Among these, work inevitably takes on a central role. This article reflects about the current pandemic context, but mainly intends to debate about the value of work. Three essential points are put forward: the centrality of work and its rights in the functioning of societies; work's instrumentalization in the economic, political and social regulation made clear throughout the reforms carried out since the 1970s; and how old and new issues attached to the world of work instigate us to question the chosen paths. The goal is to recognize in the value of work and its rights, the affirmation of human dignity and redistributive mechanisms and institutional and legal frameworks based on solidarity and social cohesion.

**Keywords:** work, labour law, crisis(es), human dignity.

### Introdução

Vivemos tempos estranhos, onde a sociedade e o seu funcionamento se alteraram profundamente. Face a uma crise de saúde pública motivada pela pandemia do COVID 19, todas as esferas da vida social foram submersas sobre transformações que conduzem a pontos de rutura, nas quais o trabalho, inevitavelmente, assume um papel central. Sendo um elemento essencial de integração social e peça fundamental

no desenvolvimento da economia, a impossibilidade de tudo permanecer como dantes, levanta imensas questões, umas novas, mas a maioria, questões recorrentes. Por sua vez, as “questões recorrentes” relacionadas com a precariedade e insegurança laborais, sofrem agora um aprofundamento que permite uma reflexão sob o contexto atual, mas principalmente, sobre o valor do trabalho. Este é um artigo que contempla a situação de pandemia que assola a Europa e o mundo, porém, não é um artigo sobre esta temática, é sim, sobre a importância do trabalho e dos seus direitos enquanto base para sociedades mais justas e democráticas.

Ancorado na área da sociologia, mais especificamente, da sociologia do trabalho, do direito e da política, e numa análise quantitativa de dados estatísticos de diferentes fontes, este artigo estrutura-se em três pontos essenciais. Num primeiro momento, estabelece-se a relevância do trabalho e dos seus direitos enquanto elemento central no funcionamento das sociedades. De seguida, demonstra-se como nas recentes crises, nomeadamente, desde a década de 1970, passando pela crise financeira em 2008 e culminando no momento atual de exceção causado pela pandemia, o trabalho tem sido peça fulcral nas soluções encontradas, demonstrando que a sua instrumentalização é decisiva face a escolhas políticas, económicas e sociais. Por último, tendo presente o cenário exposto, identificam-se velhas e novas questões que permeiam o mundo laboral, e nos instigam a questionar os caminhos percorridos.

### **A centralidade do trabalho e os seus direitos**

O trabalho e os seus direitos desempenham um papel fundamental na vida dos indivíduos. Contrariando as teses do seu fim (Méda, 1999; Rifkin, 1995), o trabalho permanece um espaço decisivo de construção identitária, um campo de afirmação de qualificações, uma fonte de emanção de direitos e de cidadania, persistindo como uma dimensão fulcral de sociabilidade que liga o indivíduo à natureza e à sociedade (Estanque & Costa, 2012). O trabalho é “uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral (...) fonte e espaço de dignidade e valorização humana” (Silva, 2007, p. 88).

A tese da centralidade do trabalho sustenta que a atividade trabalho é fundamental para os indivíduos em três sentidos interdependentes. O primeiro, no sentido psicológico, sendo um elemento indispensável na constituição da identidade individual e no desenvolvimento das suas capacidades. O trabalho é central na aprendizagem cognitiva, na maturação emocional e para o desenvolvimento moral do indivíduo. Nesta medida, quando o trabalho não consegue corresponder a estas potencialidades de desenvolvimento e formação de identidade, torna-se num

elemento disruptor devido ao seu significado psicológico. A este sentido, estão associadas duas dimensões sociais relacionadas entre si. A primeira implica que o domínio geral dos homens sobre as mulheres é estruturado essencialmente pela organização do trabalho. A segunda é a de que o trabalho possui um papel substantivo e irredutível na estrutura e na qualidade das relações sociais e na vida política. As experiências individuais e formas de relação interpessoais moldadas pela organização do trabalho têm um impacto profundo nas relações sociais fora da esfera laboral, influenciando modos de civilidade e estabelecendo vínculos sociais que tanto podem conduzir à cooperação, como pelo contrário, à falta de confiança e efeitos de exclusão. Tal, por sua vez, encontra reflexos no modo como o coletivo se organiza na vida política (Deranty, 2015, p. 105).

Esta perspetiva de que a divisão do trabalho está na raiz da vida social e política é uma visão clássica da sociologia. Karl Marx<sup>1</sup> com a análise da relação entre capital, trabalho e alienação, Émile Durkheim<sup>2</sup> e as formas de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica com a afirmação da divisão do trabalho social, e Max Weber<sup>3</sup> com a análise da ética protestante e do trabalho enquanto origem do racionalismo ocidental manifesta no capitalismo, todos tomam o trabalho como elemento motriz fundamental no funcionamento das sociedades. Em comum, tomando a sua contextualização histórica, a relação entre capital e trabalho é fator estruturante da sociedade. Nesta perspetiva, a centralidade do trabalho é inegável seja como atividade indispensável na forma de obter recursos materiais e imateriais necessários para viver em sociedade, seja pela sua expansão a todas as atividades humanas (Freysenet, 1999, p. 12).

A centralidade do trabalho está, assim, inevitavelmente relacionada com a evolução da sociedade, evidenciando que a organização do trabalho é em si mesma uma questão política (Dejours & Deranty, 2010, p. 177). O seu forte carácter político que o situa como principal instrumento de ação perante novos quadros político-económicos, combina os “pontos de apoio e de conexão entre a totalidade do capitalismo (produção, consumo e reprodução), as particularidades desses processos em termos histórico-sociais e as singularidades como efeitos combinados entre o controle, a ideologia e as práticas resultantes” (Costa & Almada, 2018, p. 163). O trabalho é, por isso, um poderoso fator de integração social, estabelecendo posições, direitos e deveres, e distribuindo os indivíduos numa escala social de prestígio. Porém, ao longo dos anos o significado do trabalho tem-se alterado, tornando-se cada vez mais diversificado, sendo hoje investido com grandes expectativas que entram em conflito com os desenvolvimentos organizacionais e a natureza em permanente mutação do mercado de trabalho (Méda & Vendramin, 2017, p. 6). O trabalho é, ao mesmo tempo, e variando em diferentes graus: um fator de

produção; a essência da humanidade; e a principal fonte de direitos e de redistribuição económica, o que reflete a intensa complexidade do seu carácter (Méda, 2016). Analisado em diferentes períodos, estas diferentes camadas ou dimensões identificadas no conceito de trabalho, nos dias de hoje, estão perante uma difícil coexistência, sustentando as perceções e experiências quotidianas dos indivíduos (Méda & Vendramin, 2017, p. 30).

Os tempos recentes, onde os mercados financeiros assumem papel de destaque, demonstram como o fator trabalho reduz-se às condições de precariedade nas quais o indivíduo desempenha o seu trabalho. A este propósito, Estanque e Costa (2012, p. 173) assinalam que é importante reconhecer que

a retirada de condições de segurança e estabilidade nas relações laborais só pode ter como consequência o esgarçar do próprio tecido social com todo o rol de riscos que isso comporta, tanto para a atividade económica como para a vida das pessoas.

O trabalho é isto mesmo, uma extensão a todas as esferas do indivíduo por se constituir num pilar fundamental da cidadania. Atualmente, o debate sobre o futuro do trabalho assenta, sobretudo, na avaliação dos impactos da inovação tecnológica nas relações laborais, ao que acrescem os impactos das alterações demográficas e ambientais (OIT, 2019). Num futuro onde se prevê a destruição do emprego e desvalorização do trabalhador, e desafios crescentes à regulamentação do trabalho e dos seus direitos (Countoris, 2019; Teles & Caldas, 2019), é importante não esquecer que este futuro modela, também, as condições e a qualidade de vida dos indivíduos.

Neste cenário, torna-se urgente o debate sobre o valor atribuído ao trabalho nas sociedades contemporâneas. Como nos diz Carvalho da Silva (2020)

(a) centralidade do trabalho deve estar presente na matriz de desenvolvimento de um país, nas políticas de coesão, nas opções macroeconómicas e seus desenvolvimentos, na aplicação dos avanços científicos e tecnológicos impedindo cenários catastrofistas. O Direito do Trabalho e a ética têm de enquadrar os sistemas de relações laborais, libertando-os da submissão às imposições dos mercados, da “competitividade” e da centralidade da máquina.

A ideia fundamental é a de que o trabalho desempenha uma série de papéis universais na vida dos indivíduos e sociedades atendendo: às suas necessidades materiais, proporcionando autorrealização individual e fazendo a conexão entre o indivíduo e a sociedade (ILO, 2018, p. 6).

### **Das recentes crises: o trabalho no centro das reformas**

Se tomarmos em consideração as transformações históricas da relação capitalismo – trabalho após a II Guerra Mundial, o surgimento de noções como sociedade pós-industrial, pós-fordismo, flexibilidade e desregulamentação abriram caminho para a fundamentação das reformas laborais. Os seus efeitos questionaram o modelo tradicional de direito do trabalho assente no “círculo virtuoso da economia”, na expansão dos Estados-providência, na cidadania industrial e social e na relação salarial fordista. Revelando uma continuidade e “cumplicidade” entre as transformações sociais, políticas e económicas, as alterações efetivas operadas nas relações laborais, apenas demonstram que a revisão das leis laborais surge, invariavelmente, como primeiro recurso para a resolução de dificuldades económicas e sociais (Fernandes, 2012).

Seguindo esta linha de raciocínio é possível identificar os principais momentos-chave através dos quais a instrumentalização do trabalho se torna reflexo da esfera política, económica e social. Partindo dos Trinta Gloriosos Anos, foi sob a ascensão económica e financeira dos países ocidentais que se estabeleceu o objetivo do pleno emprego. O consenso ideológico entre os maiores partidos políticos baseados em ideias económicas keynesianas, combinadas com uma maior intervenção do Estado em estimular a economia e produtividade, e mantendo o equilíbrio económico, dá origem ao modelo fordista. Trata-se de um período de produção em massa de bens standardizados em fábricas de grande escala, com leis que suportavam a institucionalização das relações laborais promovendo a estabilidade (Hepple & Veneziani, 2009, pp. 31-128). Porém, esta realidade terminou no mundo que emergiu nos anos 1970. A crise do petróleo desencadeou a retração do Estado e o alargamento das relações de mercado, causando a transformação das economias e mercados de trabalho. O ímpeto era ultrapassar os efeitos da recessão para melhor corresponder à crescente competitividade internacional. Como resposta ao elevado desemprego, a flexibilidade contratual passou a ser solução, dando origem a uma *periferia* de emprego precário sem proteção laboral nem união sindical. Assis-tiu-se, assim, a uma mudança no papel do Estado, tanto na economia como nas relações laborais, da qual viria a consolidar-se a ideologia neoliberal enquanto orientação política, económica e social. Os anos 1990 e 2000 seguiram as tendências neoliberais no mercado de trabalho, e com o “esvaziamento do estado social”, o *workfare* desenvolveu-se. A habilidade das empresas em competir num mercado global assentou na “ativação dos desempregados” através da formação, da eficiência na colocação e no desenvolvimento das suas capacidades. O emprego precário perpetuou-se pelos sucessivos contratos a termo, fazendo com que o trabalhador

pudesse estar excluído de qualquer proteção laboral, assistindo-se, ao mesmo tempo, à “restauração” do consentimento individual como mecanismo de sobreposição ao poder dos sindicatos (Hepple & Veneziani, 2009, pp. 31-128).

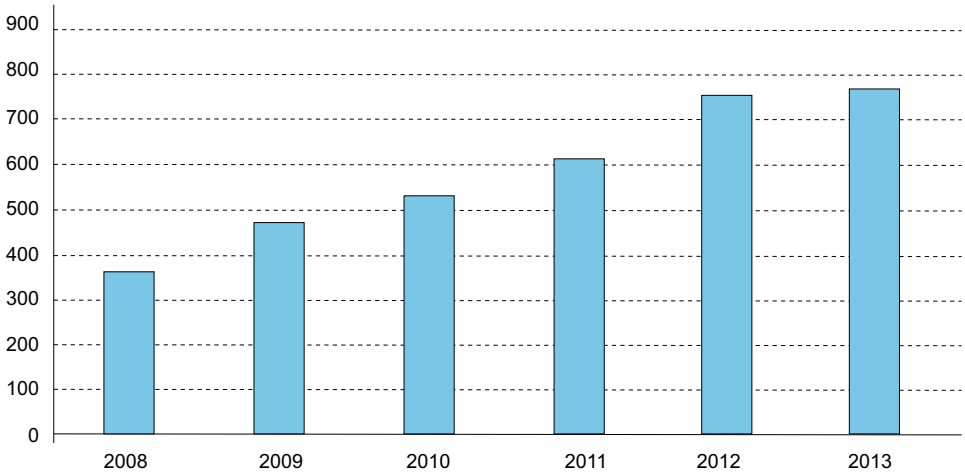
Portanto, em 2008, aquando da crise financeira que simbolizou o colapso do sistema financeiro mundial e deu origem a uma crise generalizada, é notório o retorno aos lugares comuns das reformas sociais e laborais dos períodos anteriores, expressas nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, e nas orientações de resposta à crise plasmadas na revisão da *Estratégia de Lisboa* com a *Europe 2020 strategy*. A redução dos custos salariais, a contenção na despesa pública com a proteção social e a insistência na adaptabilidade como fator de competitividade, evidenciam que no domínio social os direitos laborais e os mecanismos de proteção continuam a ser perspetivados na lógica herdada do período pré-crise.

O período pós 2008 é marcado pela recuperação dos défices financeiros dos países em crise, nomeadamente, da Irlanda, seguida da Grécia e depois Portugal, os mesmos que pedem ajuda financeira ao FMI e de onde vem a resultar o conceito estruturador do novo cenário político e económico, a austeridade. Na Europa foram implementadas medidas de austeridade com o objetivo de reduzir as despesas do estado, bem como restringir ao máximo os custos relacionados com o trabalho. As recomendações dos diferentes atores internacionais, designadamente, instituições como o FMI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), recaíram sobre a contínua flexibilização do mercado laboral, juntamente com a descentralização da negociação coletiva (OECD, 2012; Serrano, Xhafa & Fichter, 2011, p. xxiii). Uma vez mais, na Europa o caminho seguido assentou sobre o signo da flexibilidade e da redução dos custos laborais, evidenciando o caráter instrumental do trabalho face às reformas estruturais (Santos, 2015).

As consequências da austeridade foram nefastas para o mundo do trabalho, ecoando, ainda, no período pós-austeridade. O caso português é disso exemplo, que tomou como guião político, o *Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica (2011-2014)* assinado em maio de 2011, pela troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) e o governo. A austeridade económica abriu caminho para uma intervenção política e social que resultou num corte com os pressupostos de uma “política normal” reconfigurando “estrategicamente os ideais da liberdade, da igualdade e da justiça social, bem como os mecanismos redistributivos e quadros institucionais e legais orientados para a solidariedade e coesão social” (Ferreira, 2014, p. 113).

A Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, operou, assim, a atualização do Código do Trabalho, representando um conjunto de marcantes mudanças na legislação laboral.





**Figura 1** População desempregada total anual, 2008-2013 (n.º em milhares)

Fonte: INE.

As medidas focaram o alargamento dos critérios de despedimento, o aumento do tempo de trabalho pela apropriação das férias, feriados, etc., aumento do poder de decisão dos empregadores através do banco de horas acordo individual, facilitação da suspensão e redução de atividade pela situação de crise empresarial, etc., e a contratação coletiva sofreu uma enorme desvalorização. Nos anos que se seguiram à implementação destas medidas, o número de desempregados registou um aumento de 37,7% entre 2011 e 2013, e como assinala Almeida (2017, p. 1), assistiu-se a uma destruição de 400 mil postos de trabalho no mesmo período.

Neste sentido, não é surpresa que mesmo no cenário pós-austeridade, na esfera laboral, embora a semântica da austeridade comece a desaparecer, a precariedade persista. A este propósito, o Observatório sobre Crises e Alternativas (2018, p. 2) assinalou como tendências da retoma económica: a redução do peso dos contratos permanentes na estrutura do emprego por conta de outrem no setor privado; o predomínio de diferentes tipos de contrato precários; a proliferação do emprego nos serviços; e a degradação das remunerações do trabalho.

A austeridade veio, assim, acirrar as tendências negativas da contínua flexibilidade e precariedade laboral já presentes no mercado de trabalho português. Sob o reconhecimento de uma crise financeira, mas não um questionamento mais profundo que conduziria a uma crise ideológica, o neoliberalismo serviu de suporte à austeridade, através do modo como o económico se sobrepôs às questões políticas e sociais no decurso das últimas décadas (Massey, 2012, p. 100). Apesar do clima

social “pós austeridade” ser mais positivo, observando-se uma recuperação da atividade económica e uma melhoria global dos indicadores de pobreza e desigualdades, as fragilidades que caracterizavam a economia portuguesa e o perfil do emprego até 2008 não desapareceram a seguir à crise, emergindo, uma vez mais, na sequência da atual pandemia.

Assim, tomando todos de surpresa, a pandemia do Covid-19<sup>4</sup> que obrigou ao confinamento como forma de travar a propagação do vírus, teve consequências nefastas sob o normal funcionamento das sociedades, tendo um enorme impacto sobre a vida social e económica. É importante realçar que a rápida expansão do vírus não está exclusivamente associada às características e à sua elevada transmissibilidade. A este propósito, Caldas, Silva e Cantante (2020, p. 8) referem que

a velocidade e os padrões da sua disseminação evidenciam a relevância de fatores sociológicos e geoeconómicos, como os fluxos migratórios e turísticos, a divisão internacional do trabalho e da produção, a estrutura de interdependências comerciais globais (...) [ao que acrescem] os incrementos da acessibilidade e da mobilidade às escalas nacional e internacional.

Num mundo globalizado económico e financeiramente, uma crise como a pandemia COVID-19 não só origina emergências de saúde, mas também choques económicos com impacto direto nos mercados, na oferta (produção de bens e serviços), na procura (consumo e investimento) e no mundo do trabalho (OIT, 2020). Em abril de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinalava que as medidas de confinamento, parcial ou total, estariam a afetar cerca de 2,7 biliões de trabalhadores, representando 81 % da força de trabalho de todo o mundo (ILO, 2020, p. 1). A contração do emprego foi visível, por exemplo, na redução das horas de trabalho, resultado dos *layoffs* (suspensão temporária da atividade) e outras formas de redução temporária de horários, sendo possível estimar a diminuição das horas de trabalho em cerca de 6,7% no segundo trimestre de 2020, o que equivale a 195 milhões de trabalhadores a tempo inteiro.

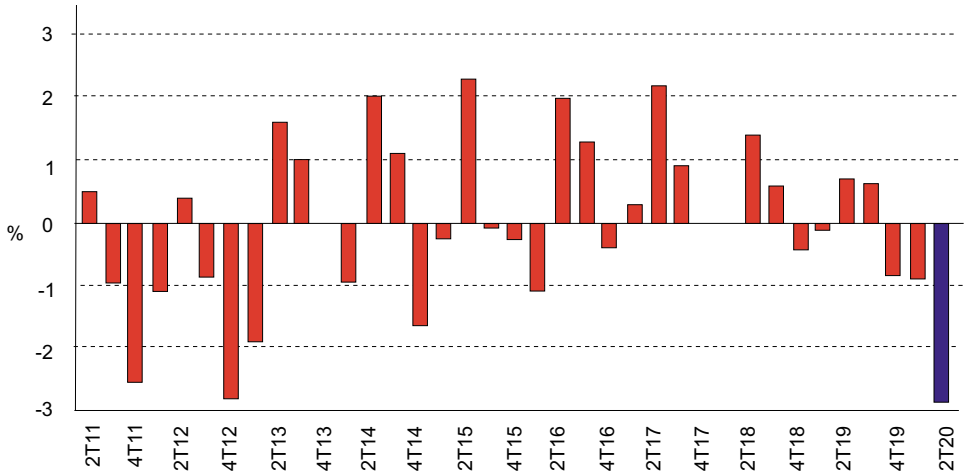
Entre os setores mais afetados identificam-se o comércio a retalho, a hotelaria e a restauração, e a manufatura. A atividade económica nestes setores tem sido drasticamente reduzida, representando um corte significativo em termos de receitas. Com o aumento de encerramentos parciais ou totais que restringem as atividades de trabalho e a mobilidade de grande parte dos trabalhadores, para muitos tornou-se impossível trabalhar, enquanto para outros os seus métodos de trabalho sofreram grandes alterações. Estes setores empregam milhões de trabalhadores que são muitas vezes mal pagos, pouco qualificados, o que piora, ainda mais, a sua situação. Empregando à volta de 1,25 biliões de trabalhadores em todo o modo,

estes setores de atividade representam cerca de 38% da força de trabalho mundial, e embora nem todos os trabalhadores sejam afetados de forma igual, o que fica patente é que muitos dos trabalhadores afetados têm já salários baixos e pouca, ou quase nenhuma, proteção social. Tal significa que o impacto negativo apenas vem acentuar uma desigualdade já existente. O que nos conduz à economia informal, na qual os trabalhadores não são cobertos pela proteção social associada ao emprego formal, acrescentando, agora, a falta de acesso aos serviços de saúde, como também do subsídio de desemprego caso não possam trabalhar por motivo de doença (ILO, 2020, pp. 1, 5-6).

Relativamente a Portugal, no cenário de pandemia, o governo declarou o estado de emergência, o que ditou o encerramento temporário de várias empresas e restrições à livre circulação de pessoas. O *layoff*<sup>5</sup> e o teletrabalho passaram a ser alternativas face ao cenário de confinamento, e um grande número de trabalhadores viu as suas vidas alteradas. Segundo os dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre o final de março e o dia 21 de maio, cerca de 111 mil empresas recorreram ao regime de *layoff* simplificado, abrangendo 1 325 635 trabalhadores, o que representa 29% das empresas com trabalhadores ao serviço (Silva, Carmo, Cantante, Cruz, Estêvão, Manso, Pereira & Lamelas, 2020, p. 2). O *layoff*, por sua vez, apresenta, também, lacunas quanto à proteção dos trabalhadores abrangidos por este regime. Como assinalam Caleiras e Carmo (2020, p. 5), proíbe-se apenas o recurso ao despedimento coletivo ou por extinção de posto de trabalho e presume-se também o despedimento por inadaptação, acresce que a proibição de despedimento surge limitada no tempo (durante o período de aplicação das medidas de apoio previstas no diploma e nos 60 dias seguintes), pelo que posteriormente nada parece impedir a extinção da relação laboral.

De acordo com os dados do INE (2020, p. 3-4) relativos ao segundo trimestre de 2020, a população empregada (4 731,2 mil pessoas) diminuiu 2,8% (134,7 mil) em relação ao trimestre anterior, dos quais 116,0 mil trabalhavam por conta de outrem, independentemente do tipo de contrato, mas sobretudo com contrato com termo (64,1 mil; 10,0%), e também os que trabalhavam por conta própria (17,7 mil; 2,2%); empregados a tempo completo (105,7 mil; 2,4%) ou a tempo parcial (29,0 mil; 6,0%).

Tal demonstra o agudizar da precariedade laboral já existente, contribuindo para um aumento de situações de vulnerabilidade abrangente a um grande número de trabalhadores. Desde o início da pandemia em Portugal até meados de agosto, a legislação laboral foi alterada a cada dois dias, tendo sido publicados 88 documentos legais, desde diplomas que visam especificamente regras laborais ou medidas fiscais que afetam empresas e trabalhadores<sup>6</sup> (Ferreira e Crisóstomo,



**Figura 2** Taxa de Variação trimestral da população empregada

Fonte: INE (2020, p. 3).

2020a, p. 18-19). Esta frenética de sucessivas alterações demonstra bem como o trabalho desempenha um papel central na governação política, económica e social.

### **Velhas e novas questões laborais: uma análise transversal**

Como exposto no tópico anterior, desde a década de 1970 que as crises económicas, naturalmente, se repercutem pelo mundo laboral devido à centralidade do trabalho enquanto pilar fundamental de integração e cidadania social. O trabalho e os seus direitos são colocados como primeiro recurso de resposta, pelo que se torna possível identificar questões que persistem no mundo laboral, como também, novas questões que surgem da necessidade da adaptação a novos contextos.

Quanto às velhas questões, são três as que aqui se destacam. A primeira prende-se com o retorno aos lugares-comuns pelas instituições internacionais face à regulamentação dos mercados de trabalho e suas respostas à crise. Com a expansão do neoliberalismo e do ímpeto da flexibilidade laboral que vem guiando (e desvirtuando) o carácter protetor do direito do trabalho, as respostas à(s) crise(s) representam continuamente a “transposição de um receituário de uso universal desenvolvido por instituições internacionais, como a OCDE, o FMI e a União Europeia (UE), ao longo da década de 1990, muito antes das primeiras manifestações da Grande Recessão” (Silva, Hespanha, Teles & Caldas 2017, p. 17). A agenda destas

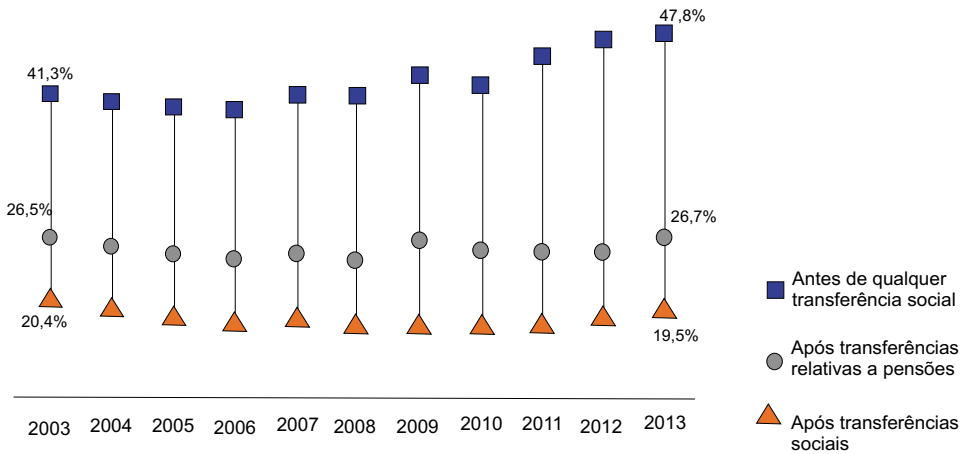
instituições tem seguido um padrão — contenção na despesa pública com a proteção social e a redução dos custos salariais. Com o argumento da “crise”, as políticas de emprego nos diferentes países da UE, até então competência de cada Estado-membro, passaram a ser cada vez mais

uma prerrogativa das instituições da União, à margem do que está instituído nos tratados (...) o programa de flexibilização do mercado de trabalho, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, é parte do que se assume ser uma condição para a sobrevivência da moeda única, já que o trabalho e o seu custo são tidos como as principais variáveis de ajustamento económico no espaço da zona euro" (Silva, Hespanha, Teles & Caldas, 2017 p. 28)

Numa análise das políticas de emprego desde a década 1990, passando pelas influências da OCDE e da UE, Teles (2017, pp. 71-72) conclui que o trabalho se tornou na principal variável de ajustamento da economia portuguesa, enquadrada por uma alteração estrutural que afetou os governos nas últimas décadas: “a separação entre a política económica (orçamental, monetária, comercial, industrial, etc.), guiada pelos imperativos da integração europeia, e a política de emprego, agora enquadrada exclusivamente no domínio da política social”. O resultado foi que os países da periferia europeia, onde se inclui Portugal, sujeitos às condicionalidades dos credores oficiais se tornaram vítimas da “desvalorização interna”, teoria que procura replicar os efeitos de uma desvalorização cambial através da desvalorização salarial (Teles, 2017, pp. 71- 72).

No rescaldo da crise pandémica, a UE tem sido alvo de críticas pelo seu foco essencialmente financeiro que apenas acirra a dívida dos países. Castro Caldas, a este propósito, assinala que o “problema principal é que a única coisa que a União Europeia tem para oferecer (...) é mais crédito, seja qual for a forma desse crédito. E isso não é o que países que, já de si, estão muito endividados precisam” (citado em Branco, 2020). Na sua perspetiva, os países “precisavam de uma intervenção dos bancos centrais que permitisse basicamente resolver o problema de liquidez que as pessoas e as empresas estão a enfrentar”. Acrescenta que a solução passaria pelo estímulo monetário diretamente financiado pelos bancos centrais, que interviriam nos mercados da dívida pública, o que é proibido pelos tratados (citado em Branco, 2020).

Sob este cenário, duas outras velhas questões perduram, as quais se encontram relacionadas entre si: o círculo da precariedade repete-se continuamente, ou seja, os que se encontram numa situação precária, veem a sua condição piorar; e esta mesma precariedade é influenciada e agravada pelos quadros legais, realçando o modo como as práticas sociais dos empregadores estão em dissonância com os princípios jurídicos do direito do trabalho<sup>7</sup>.



**Figura 3** Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais

Fonte: INE (2015, p. 3).

Quanto à questão do círculo da precariedade, e tomando como cenário as crises mais recentes, dois exemplos são ilustrativos. Se nos detivermos na crise financeira de 2008 e consequentes medidas de austeridade, em Portugal, 47,8% da população estava em risco de pobreza considerando os rendimentos associados ao trabalho, de capital e transferências privadas (INE, 2015, p. 3).

Deste modo, e segundo um estudo sobre as consequências sociais do programa de ajustamento,

o efeito conjunto da crise económica, em particular o forte aumento do desemprego, e das alterações introduzidas na legislação laboral traduziram-se numa quebra real do ganho médio equivalente de 6,3% em termos brutos e de 12,1% em termos líquidos. Foi igualmente possível comprovar que essa diminuição dos rendimentos do trabalho não afetou de igual forma todos os trabalhadores por conta de outrem e que foi entre os trabalhadores de menores salários que a quebra dos rendimentos mais se fez sentir. (Rodrigues, 2016, p. 101)

A diferença de rendimento entre trabalhadores por conta de outrem com diferentes tipo de vínculo contratual foi também notória, dado que os trabalhadores com contrato permanente auferiram cerca de 50% mais do que os trabalhadores com contrato temporário, em 2014, assinalando que foi sobre os trabalhadores com vínculos mais precários que as consequências sociais da crise foram também mais sentidas (Rodrigues, 2016, p. 106). Deste modo, diferentes fatores, como o aumento do

desemprego, cortes no salário e aumento da carga fiscal, vieram piorar situações de pobreza já existentes (Rodrigues, 2016, p. 148).

No mesmo sentido, também na recente crise pandémica, e como anteriormente referido, os trabalhadores com contratos a prazo ou vínculos ainda mais frágeis, foram os que mais perderam o emprego nos últimos meses, a que acresce um nível de escolaridade mais baixo e predominantemente a trabalhar nos serviços (Aníbal, 2020, p. 2; INE, 2020). A pandemia teve como efeito direto o

crescimento das desigualdades sociais devido ao aumento do desemprego nas suas múltiplas formas, em especial, dos trabalhadores precários “dependentes” ou “independentes” (em período experimental, a termo, em trabalho temporário, a recibos verdes, de plataformas eletrónicas, autónomos e intermitentes das artes, etc.) da economia formal e da informal (trabalho doméstico, turismo, restauração, biscates das reparações, etc.) (Pedroso, 2020).

A situação de precariedade é agudizada pelo facto de a grande maioria dos referidos trabalhadores não ter acesso ao subsídio de desemprego por não ter um vínculo laboral formal ou por não ter o número de dias de contribuições suficientes para cumprirem o período de garantia do regime de segurança social, como, ainda, nenhum direito a qualquer outra prestação social dos regimes de proteção social, excecтуando os eventuais apoios da ação social pública ou de entidades do terceiro setor (Pedroso, 2020).

Assim, ligada a esta questão encontra-se a forma como a legislação laboral é crescentemente desvirtuada do seu sentido protetor da parte mais fraca, e ainda, como é contornada, fazendo-se uso de uma interpretação deslaboralizada dos seus princípios. Tomando novamente como exemplo as recentes crises, com as alterações à legislação laboral em Portugal resultantes do Memorando é importante reter que

a redução para metade da retribuição por trabalho suplementar e por trabalho em feriado resultou num corte médio da retribuição total do trabalhador em 2,3% em 2013 (...) Com o fim do descanso compensatório, o tempo de produção suplementar aumentou na prática 33%. Ao mesmo tempo, a retribuição pela totalidade do trabalho suplementar reduziu-se a metade (...) Ao eliminar 4 feriados, 3 dias de férias e acabando com o descanso compensatório pelo trabalho suplementar, as alterações provocaram em termos médios um corte de 20,8% do tempo de descanso dos trabalhadores (...) Ao fim de um ano, o trabalhador em análise deu à empresa mais 7,9 dias úteis de trabalho (...) Este conjunto de alterações redundou num conjunto de vantagens concedidas às empresas que (...) poderá oscilar entre os 2,1 e 2,5 mil milhões de euros (Leite, Costa, Silva & Almeida, 2014, p. 184-185).

A negociação coletiva foi, também, alvo de destaque. A diminuição da cobertura das convenções coletivas e os limites introduzidos pelo código de trabalho à negociação coletiva em diversas matérias fundamentais na regulação das relações laborais, evidenciaram um maior aprofundamento face às medidas enunciadas no Memorando (Lima, 2015). Neste cenário, foi notória a perda de autonomia dos parceiros sociais, enfraquecendo, principalmente, o poder dos sindicatos (Leite, Costa, Silva & Almeida 2014).

Mais recentemente, no cenário de pandemia e com a introdução do estado de emergência que resultou na “suspensão do mundo laboral”<sup>8</sup>, verificou-se “um conjunto de situações que têm dado azo a interpretações *contra legem*, bem como medidas incongruentes com os objetivos a que se propõem” (Lamelas & Silva, p. 2). Várias denúncias chegaram aos sindicatos de empresas que como forma de responder à crise vão contornando a lei laboral, seja através de despedimentos de trabalhadores precários, imposição unilateral de gozo de férias e recusas de teletrabalho, ou desrespeito pelas normas de proteção (Lopes, 2020). A título ilustrativo, com o encerramento dos estabelecimentos, nomeadamente de retalho, começaram a ser impostas férias aos trabalhadores, em que o próprio pagamento de subsídio de férias seria suspenso durante esse período, prometendo a sua retribuição para mais tarde. Tal prática, e não se tratando de microempresas, é considerada abusiva pelos especialistas em direito do trabalho (Ferreira & Crisóstomo, 2020b). Para além disso, também o teletrabalho tem sido alvo de polémica devido ao recurso a programas ocultos de vigilância remota de trabalhadores, os quais permitem controlar as suas ações online e a informação que partilham e a que acedem. Sindicatos, advogados e até a própria Comissão Nacional de Proteção de Dados dizem que a prática, ainda que ilegal e punida por lei, está a ganhar terreno e aumentou exponencialmente com a massificação do teletrabalho (Mateus, 2020).

O mundo laboral tem estado, portanto, sob uma constante pressão, pelo que a estas velhas questões, se juntam outras que merecem consideração dada a sua pertinência nos tempos atuais. Três novas questões são aqui realçadas.

A primeira assenta, precisamente, sobre a questão do teletrabalho. Esta nova modalidade laboral constitui-se num bom exemplo da forma como o mundo do trabalho se adaptou às novas circunstâncias e como isso tem impacto sobre o prisma do que é o espaço de trabalho, os recursos disponíveis e os tempos laborais, realçando a complexidade das suas diferentes dimensões. Num estudo recente sobre a adaptação ao teletrabalho (Silva *et al.*, 2020, p. 1), assinala-se que esta tem sido mais fácil em alguns setores e para trabalhadores com perfis de qualificação mais elevados, evidenciando que esta alteração do quotidiano tem profundas implicações para as sociabilidades e para a relação com o tempo e com o espaço. De acordo com o estudo, a adaptação ao teletrabalho passou, por um lado, por uma aprendizagem no uso das diversas plataformas existentes e, por outro, pela tentativa (mais ou menos



conseguida) de organizar o tempo e o espaço de forma diferente do habitual, onde as condições socioeconómicas, de habitação, assim como as composições dos agregados familiares tiveram um papel fundamental (Silva *et al.*, 2020, p. 19). Tal demonstra, também, o impacto das novas tecnologias no regime do teletrabalho, expondo cada vez mais o processo de trabalho das empresas à digitalização, e como a esfera laboral tem uma ténue fronteira com a esfera privada e familiar.

Agregando os resultados numa análise de ordem espacial, relacional e temporal, os autores identificaram os seus aspetos mais negativos. Quanto ao espaço, deve-se essencialmente à experiência física do próprio confinamento, isto é, “um crescente cansaço e mal-estar físico associado à quarentena, resultante de se passar muito tempo nas mesmas posições físicas, sentado à secretária ou parado em frente ao computador” (Silva *et al.*, 2020, p. 20). Para além disso, acrescem distúrbios de ordem mental, de sintomas depressivos e de desânimo, e de *stress* devido à conjugação de múltiplas atividades que se cruzam no espaço doméstico. No que diz respeito à dimensão relacional, experiencia-se a deterioração das relações sociais e afetivas entre os elementos do agregado familiar, principalmente, nas famílias com filhos a cargo. O processo de autonomia na gestão do tempo, central à conciliação da vida profissional e familiar, torna o quotidiano muito exigente, repercutindo-se no ambiente emocional. Relativamente às relações de trabalho, assinala-se a “necessidade e a importância das interações presenciais com os colegas e das dinâmicas decorrentes do trabalho em equipa, cuja riqueza se perde nas reuniões virtuais utilizando as diferentes plataformas digitais” (Silva *et al.*, 2020 p. 22). Quanto à dimensão temporal, surge a ideia de um tempo sem fim, em que basicamente se está sempre a trabalhar ou não se cessa de trabalhar por períodos que se prolongam, com a “perceção e a sensação de uma temporalidade adversa e desgastante sobre a qual se tem pouco ou nenhum controlo (...) não havendo fronteiras estabelecidas entre o tempo de trabalho e, por exemplo, as pausas para almoço ou jantar” (Silva *et al.*, 2020, p. 22).

Também outro estudo sobre *Teletrabalho e Saúde Ocupacional* conclui que existe falta de apoio por parte das empresas, quer ao nível da saúde e segurança do trabalho, quer ao nível de participação de equipamentos e meios de trabalho, alertando que as “relações de trabalho na modalidade teletrabalho colocam grandes desafios que não se esgotam em dimensões, por exemplo, organizacionais ou jurídicas (...)”<sup>9</sup>. Da mesma forma, o atual regime jurídico do teletrabalho, previsto no Código do Trabalho, carece de ser revisto por prejuízo de estar desadequado aos tempos atuais (Lamelas & Silva, 2020, p.18). Acresce que grande parte dos Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho não contém qualquer menção ao teletrabalho (remetendo para o código do Trabalho), o que pode abrir as portas à discricionariedade patronal (Fonseca, 2020).

Partindo desta última questão, o teletrabalho constitui igualmente um desafio que vem desvelar uma outra questão, que embora recorrente, se apresenta agora com novas nuances: a importância e redescoberta do coletivo, nomeadamente, dos sindicatos. Como refere Hermes Costa,

O teletrabalho ganhou uma acuidade que não estava propriamente na agenda dos sindicatos. Com esse regime, os ecos de um enfraquecimento da dimensão coletiva do trabalho são o corolário do afastamento do tradicional local de trabalho. Desse modo, o espírito de mobilização sindical fica confinado a um ativismo digital ainda muito embrionário (citado em Carvalho & Oliveira, 2020)

A digitalização da economia e do trabalho tem vindo a colocar novos desafios em vários planos, dando origem a mudanças profundas na estrutura do emprego, ainda que de forma diferenciada entre países e regiões e setor de atividade. Os sindicatos enfrentam, assim, um desafio importante que decorre do efeito cruzado da precarização e digitalização. As tecnologias combinadas com novos métodos de gestão digitais estão a transformar a organização do trabalho desafiando identidades profissionais e restringindo as oportunidades de organização coletiva dos trabalhadores. É reconhecido que as novas formas de emprego, onde prolifera a precariedade, são caracterizadas pelo distanciamento dos trabalhadores em relação aos sindicatos. Na grande maioria dos casos, e embora tal necessidade seja amplamente reconhecida, as estratégias colocadas em prática pelo movimento sindical nem sempre são eficazes ou mesmo consistentes (Estanque, Costa, Fonseca & Santos, 2018, p. 595-598). Esta nova crise veio, portanto,

desafiar os sindicatos a compromissos mais sólidos não só ‘internos’ (dentro dos sindicatos e entre sindicatos com distintas orientações ideológicas), mas sobretudo ‘externos’, pois são os setores mais vulneráveis da força de trabalho (trabalhadores temporários, em outsourcing, a recibo verde, com contratos a prazo, em período experimental) os primeiros afetados pela atual pandemia (citado em Carvalho & Oliveira, 2020).

Esta questão realça a importância da dimensão coletiva, bem como o reforço de alianças entre o tradicional e o alternativo. As soluções podem assentar numa pressão conjunta de denúncia e resistência perante situações de desemprego e precarização, numa combinação entre o sentido tático das lutas sindicais e a virtuosidade do ativismo digital típico das associações de precários, pressionando os sindicatos a mobilizarem os seus associados no apoio a campanhas “à distância”, usando recursos e estratégias de comunicação digital, ainda que de modo complementar (Costa, 2020).

As novas formas de adaptação laboral a esta realidade pandémica incitam a alianças profícuas — já anteriormente visíveis no cenário de austeridade (Fonseca,

2016) – que garantam a proteção dos direitos laborais e reforcem a identidade coletiva dos trabalhadores. O que nos conduz a uma terceira nova questão, o próprio conceito de trabalhador. O trabalhador “atípico” (com diferentes vínculos precários) tem vindo a tornar-se cada vez mais “típico” em vários países europeus (Gumbrell-McCormick, 2011). A precariedade laboral tem sido o denominador comum perante as transformações políticas, económicas e sociais dos últimos tempos, e a crise pandémica ao surgir sob os efeitos a longo prazo da anterior crise financeira, veio expor a situação precária de milhões de trabalhadores que agora se encontram sem qualquer proteção social. O cenário atual veio dar maior visibilidade àqueles que se encontram fora do emprego convencional – os trabalhadores temporários, em período experimental, com contratos a prazo, a recibo verde, entre outros. Neste sentido, a necessidade de um conceito mais alargado de trabalhador que possa fornecer a mesma igualdade a todos, constitui-se num debate urgente.

Uma nova definição deve incluir não somente o trabalhador tradicional, mas alargar o seu escopo de proteção laboral e segurança social a todos os trabalhadores cujo único rendimento provém do seu trabalho individual. A resposta a esta crise, no entender de vários autores, passa por uma maior coesão social e solidariedade na esfera laboral, assente na ideia de “relação de trabalho individual”, orientada por uma normatividade fundada na dignidade, capacidade e estabilidade, e na máxima de que o “trabalho não é uma mercadoria” (Freedland & Countoris, 2011; Countoris, Stefano, Ewing & Freedland, 2020). O que nos remete, igualmente, para os objetivos do próprio direito do trabalho. O incentivo para que seja minimizada a mercadorização do trabalho está diretamente relacionado com a proteção da dignidade dos trabalhadores (Davidov, 2016, p. 61). Proteger a dignidade humana era um dos principais objetivos do direito do trabalho articulado por Hugo Sinzheimer, considerado por muitos como um dos grandes fundadores do direito do trabalho. Assim, retomando a essência do direito do trabalho, é também possível alargar o seu âmbito de forma a contemplar todos os trabalhadores. Uma solução é melhorar as articulações tradicionais do direito do trabalho, adicionando também justificações universais a par com as justificações seletivas – complementando-as e não as substituindo (Davidov, 2016, p. 71).

Recuperando o pensamento de Sinzheimer, ao revisitar a sua conceção tradicional de direito do trabalho, a autora Ruth Dukes (2011) é instigante a este respeito. A partir da ideia de criar uma constituição económica ou laboral do autor, há um núcleo do seu pensamento que pode ser generalizado: o reconhecimento da humanidade do trabalhador. Ao estabelecer este princípio, afirma-se o respeito pela dignidade e pela liberdade humanas no contexto das relações laborais, cujo papel é indispensável na construção de sociedades livres e igualitárias (Dukes, 2011, p. 57). Esta

perspetiva assinala a importância de considerar a contribuição do direito do trabalho para a função constitucional de estabelecer uma certa ordem social e económica, destacando o facto da regulação das relações laborais não poderem ser consideradas de forma isolada de um contexto constitucional mais amplo. Contra aqueles que argumentam que o direito do trabalho deve ser adaptado às necessidades do mercado, a ideia da função constitucional do direito do trabalho permite-nos manter um limite crítico — resistir à lógica de mercado onde essa mesma lógica cause danos, mantendo o foco no papel e objetivos do direito do trabalho que tem em consideração a humanidade do trabalhador como referência principal (Dukes, 2011, p. 65-66).

## Conclusão

Face aos argumentos que sustentam a centralidade do trabalho no funcionamento das sociedades, a sua instrumentalização enquanto pedra angular na regulamentação económica, política e social, e as velhas e novas questões que nos permitem identificar continuidades e possibilidades no mundo laboral, apresentam-se três respostas à pergunta sobre qual o valor do trabalho.

A primeira é a de que o trabalho foi, é e será sempre fundamental no funcionamento das sociedades. O seu fim anunciado por entre dinâmicas societárias, alterações estruturais e transformações tecnológicas, deixa perceber que o trabalho resiste porque é o laço permanente que liga o indivíduo à sociedade, o cidadão à democracia e a ação à transformação. O trabalho estabelece com cada indivíduo uma ligação que é tanto individual como coletiva, e a sua riqueza enquanto vínculo assenta nesta mesma complexidade que se estende a todas as esferas do indivíduo, como a todas as áreas da sociedade. Enquanto elemento de integração e inclusão social, e o seu oposto, que reside na vulnerabilidade e na exclusão, o trabalho é o ponto decisivo na construção de sociedades mais justas e democráticas.

O que nos conduz à segunda resposta. O valor do trabalho é, igualmente, o reflexo de escolhas e ideologias políticas, o que requer uma mudança mais profunda nas sociedades. As transformações políticas, económicas e sociais a que se assiste desde a década de 1970, em que os recursos económicos determinam as tomadas de decisão nos processos políticos, deixam perceber que na esfera laboral, a produção do direito traduz opções políticas e ideológicas que seletivamente são impostas através de normas jurídicas (Britto, 2012). As diferentes configurações políticas e correspondentes práticas sociais tornam-se reflexo de como o trabalho e os seus direitos, através dos contornos socioeconómicos, produzem uma justificação normativa nas sociedades. É por isso que, como referido anteriormente, a revisão das leis

laborais surge, invariavelmente, como primeiro recurso para a resolução de dificuldades económicas e sociais. Se os mercados precisam de funcionar, os direitos dos trabalhadores adaptam-se, e se é preciso mais investimento financeiro, reduzem-se os custos com o trabalho. Entre as demandas dos mercados financeiros e as orientações das instituições internacionais, os governos tomam decisões que colocam em prática através da regulamentação do mundo do trabalho. Assim, quando falamos de justiça social e sociedades mais democráticas, estamos também a falar de direitos e garantias associados ao trabalho. A sociedade funciona como um todo, e a economia não pode assentar somente na produção de números. É preciso reconhecer que a produção e distribuição de riqueza tem como motor o fator humano, e como tal é necessário reconhecer a dignidade humana do trabalhador e estabelecer condições que promovam a coesão e o bem-estar social.

Portanto, a terceira resposta reside nesta última premissa, o valor do trabalho é o valor da pessoa que o desempenha, pelo que valorizando a variável trabalho, está-se a exponenciar o potencial da sociedade como um todo. Ao admitirmos que as decisões tomadas assentam sobre ideais essencialmente financeiros que conduzem sistematicamente a momentos de rutura e persistem num círculo de resgate desses mesmos ideais; ao reconhecermos que a precariedade laboral aumenta continuamente, colocando cada vez mais trabalhadores numa situação de vulnerabilidade e insegurança; e ao observarmos que esta precariedade é influenciada e agravada pelos quadros legais que estão em dissonância com os princípios jurídicos do direito do trabalho está-se a ignorar a dignidade humana e os mecanismos redistributivos e quadros institucionais e legais orientados para a solidariedade e coesão social. Os tempos atuais desafiam a parte “tradicional” da relação laboral, impondo uma reflexão sobre o tempo e o espaço laborais, a importância do coletivo e a própria definição de trabalhador e escopo do direito do trabalho. Afirmar o valor do trabalho passa, portanto, por definir a humanidade do trabalhador como referência principal para a regulamentação das relações laborais, estendendo as garantias e proteção do direito do trabalho a todos os que fornecem a sua força de trabalho. Como? Através da identificação e limitação das situações de precariedade e contornos à lei, e enquadramento de “velhos e novos” elementos e atores no mundo do trabalho. Quanto a este último ponto, enquanto elemento fundamental do trabalho, a sua dimensão coletiva deve ser reforçada por novas alianças que permitam agregar a força de trabalho sobre um ideal comum: tornar a esfera laboral o reflexo de uma sociedade mais justa e democrática para todos.

## Agradecimentos

Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC) com verbas do Orçamento do Estado, do Fundo Social Europeu, disponibilizadas ao abrigo do PORTUGAL 2020, através do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) no âmbito da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/121020/2016. Agradece-se, ainda, aos revisores do artigo as apreciações e sugestões apresentadas.

## Notas

Por decisão pessoal, a autora escreve segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Consultar *O capital* (Marx, 2017 [1867]).
- 2 Consultar *A Divisão do Trabalho Social I* (Durkheim, 1977 [1893]).
- 3 Consultar *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (Weber, 1967[1905]).
- 4 Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de uma nova doença provocada por um coronavírus na província de Hubei, na China, como uma emergência de saúde pública internacional. No dia 11 de março de 2020, declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia.
- 5 Para além do *layoff*, também ficaram disponíveis “prorrogações automáticas de prazos (do subsídio de desemprego e de outras prestações sociais), flexibilização das obrigações fiscais e perante a Segurança Social, apoios (ainda que minimalistas) a trabalhadores independentes, a famílias, para que os filhos possam ser cuidados em casa ou para que não possam ser já despejadas, linhas de crédito a empresas com poucas condicionalidades” (Caleiras & Carmo, 2020, pp. 3-4).
- 6 Acrescem, ainda, decretos presidenciais do estado de emergência, os quais são textos mais genéricos de resposta à evolução da pandemia, mas que também afetam as relações de trabalho (Ferreira & Crisóstomo, 2020a).
- 7 Conferir Santos (2012).
- 8 Não obstante, e ainda que, estruturalmente, não tenha havido uma alteração substantiva do regime legal laboral, a situação conjuntural vai no sentido de assegurar a manutenção dos postos de trabalho. Porém, deve ter-se presente que a declaração do estado de emergência suspendeu o exercício de dois direitos fundamentais: o direito à greve em setores essenciais e, de forma generalizada, o direito de iniciativa privada (Lamelas, 2020, p. 4).
- 9 Disponível em <https://barometro-covid-19.ensp.unl.pt/saude-ocupacional/Resultados/>.

## Referências

- Almeida, J. R. (2017). Novo emprego. Que emprego? *Barómetro das Crises – Observatório sobre Crises e Alternativas*, 16, 1-14.
- Aníbal, S. (2020, 6 de agosto). Precários na linha da frente na perda de emprego na pandemia. *Jornal Público*, pp. 2-3.
- Branco, S. (2020) *Covid-19: Crise terá forte impacto no mercado laboral*. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/covid-19-crise-tera-forte-impacto-no-mercado-laboral/?fbclid=IwAR1PP4KwXMx9D82BxYFBtJFDfrFotx8b9WoLVY96zG9GhyZeDWvz-BOcCxc>
- Britto, C. (2012). Aspectos históricos e ideológicos na construção do direito do trabalho. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, 78 (1), 44-66.
- Caldas, J. C., Silva, A. A., & Cantante, F. (2020). *As consequências socioeconómicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição*. Lisboa: CoLABOR.
- Caleiras, J., & Carmo, R. M. (2020). O regresso do desemprego massivo? *Estudos CoLABOR*, 1.
- Carvalho, M., & Oliveira, O. (2020, 1 de maio). Sindicalismo pós-Covid. A carga de trabalhos para quem representa os trabalhadores. *Visão*. Disponível em <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2020-05-01-sindicalismo-pos-covid-a-carga-de-trabalhos-para-quem-representa-os-trabalhadores/>
- Costa, E. S., & Almada, P. (2018). Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: Uma contribuição para o estudo da precariedade. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXXV, 161-179.
- Costa, H. C. (2020). Sindicalismo. In J. Reis (Coord.), *Palavras para lá da pandemia: Cem lados de uma crise* (p. 99). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30293>
- Countouris, N. (2019). *Defining and regulating work relations for the future of work*. Geneva: ILO.
- Countouris, N., Stefano, V., Ewing, K., & Freedland, M. (2020, 9 de abril). Covid-19 crisis makes clear a new concept of ‘worker’ is overdue. *Social Europe online*. Disponível em [https://www.socialeurope.eu/covid-19-crisis-makes-clear-a-new-concept-of-worker-is-overdue?fbclid=IwAR0cnfkMex1Xdbc\\_uC3T-Wub7r566JRbDcp3HMv81bi2ezXp44ajSj0qDa0](https://www.socialeurope.eu/covid-19-crisis-makes-clear-a-new-concept-of-worker-is-overdue?fbclid=IwAR0cnfkMex1Xdbc_uC3T-Wub7r566JRbDcp3HMv81bi2ezXp44ajSj0qDa0)
- Davidov, G. (2016). *A purposive approach to labour law*. Oxford: Oxford University Press.
- Dejours, C., & Deranty, J. P. (2010). The centrality of work. *Critical horizons*, 11 (2), 167-180.
- Deranty, J. P. (2015). Historical objections to the centrality of work. *Constellations*, 1(22), 105-121.
- Dukes, R. (2011). Hugo Sinzheimer and the constitutional function of labour law. In G. Davidov & B. Langille (Orgs.), *The idea of labour law* (pp. 57-68). Oxford: Oxford University Press.
- Durkheim, É. (1977 [1893]). *A divisão do trabalho social I*. Lisboa: Editorial Presença.

- Estanque, E., & Costa, H. A. (2012). Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais. In S. F. Casaca (Org.), *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)igualdade* (pp. 165-203). Lisboa: Almedina.
- Estanque, E., Costa, H., Fonseca, D., & Santos, A. (2018). Digitalização e precariedade laboral: Novos desafios para o sindicalismo e os movimentos sociais no contexto português. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, 8(2), 589-621.
- Fernandes, A. M. (2012). As primeiras estações da reforma laboral: Tempo de trabalho, tempo de não trabalho, compensação de despedimento. *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 53(1-2), 101-109.
- Ferreira, A. C. (2014). *Política e Sociedade: Teoria social em tempo de austeridade*. Porto, Vida Económica.
- Ferreira, V., & Crisóstomo, P. (2020a, 19 de agosto). Legislação laboral alterada a cada dois dias durante a Pandemia. *Jornal Público*, 18-19.
- Ferreira, V., & Crisóstomo, P. (2020b, 20 de março). Há empresas a usar férias dos trabalhadores para se salvarem. *Jornal Público*, 6.
- Fonseca, D. (2016). *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise. O caso português: Alianças ou tensões latentes?* (Tese de Doutoramento, FEUC, Coimbra, Portugal).
- Fonseca, D. (2020). Teletrabalho. In J. Reis (Coord.), *Palavras para lá da pandemia: Cem lados de uma crise* (p. 105). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30377>
- Freedland, M., & Countouris, N. (2011) *The Legal Construction of Personal Work Relations*. Oxford: University of Oxford
- Freyssenet, M. (1999). The emergence, centrality and end of work. *Current Sociology*, 47(2), 5-20.
- Gumbrell-McCormick, R. (2011). European trade unions and 'atypical' workers. *Industrial Relations Journal*, 42(3), 293-310.
- Hepple, B., & Veneziani, B. (Eds.) (2009). *The transformation of labour law in Europe. A comparative study of 15 countries 1945-2004*. Oxford: Hart Publishing.
- ILO, International Labour Organization. (2018). *Global Commission on the future of work – individuals, work and society*. Geneva: International Institute for Labour Studies.
- ILO, International Labour Organization. (2020). *Managing conflicts and disasters: Exploring collaboration between employers' and workers' organizations*. Geneva: ILO.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Rendimento e condições de vida 2014 (Dados definitivos)*. Lisboa: INE.
- INE, Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Estatísticas do emprego 2.º trimestre de 2020*. Lisboa: INE.
- Lamelas, F. (2020). Proteção do emprego em tempos de COVID-19. *POLÍTICAS EM ANÁLISE*, (1).
- Lamelas, F., & Silva, A. A. (2020). Insuficiências das medidas excecionais de proteção do emprego no âmbito da covid-19. *POLÍTICAS EM ANÁLISE*, (3).



- Leite, J., Costa, H., Silva, M. C., & Almeida, J. R. (2014). Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In J. Reis (Coord.), *A economia política do retrocesso crise, causas e objetivos* (pp. 127-188). Coimbra: Almedina.
- Lima, M. da P. C. (2015). A reconfiguração do regime de emprego e de relações laborais em Portugal na ótica liberal. *Cadernos do Observatório – Observatório sobre Crises e Alternativas*, 5, 1-30.
- Lopes, M. (2020, 27 de março). PCP junta denúncia que mostram fugas à lei laboral. *Jornal Público*, 14-15.
- Marx, K. (2017 [1867]). *O capital*. Lisboa: Edições 70.
- Massey, D. (2012). Ideology and economics in the present moment. In J. Rutherford & S. Davison (Eds.) *The neoliberal crisis* (pp. 97-107). Londres: Soundings LW.
- Mateus, C. (2020, 21 de agosto). Empresas portuguesas espiam funcionários em teletrabalho. *Expresso Economia*. Disponível em <https://expresso.pt/economia/2020-08-21-Empresas-portuguesas-espiam-funcionarios-em-teletrabalho>
- Méda, D. (1999). *O trabalho – Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Méda, D. (2016). The future of work: The meaning and value of work in Europe. *ILO Research Paper*, 18, 1-35.
- Méda, D., & Vendramin, P. (2017). *Reinventing work in Europe: Value, generations and labour*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Observatório sobre Crises e Alternativas. (2018). Retoma económica: O lastro chamado precariedade. *Barómetro das Crises – Observatório sobre Crises e Alternativas*, 18, 1-10.
- OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. (2012). *Economic policy reforms 2012: Going for growth*. Paris: OECD Publishing.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2019). *Trabalhar para um futuro melhor – Comissão mundial sobre o futuro do trabalho organização internacional do trabalho*. Lisboa: OIT.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2020). *Garantir a segurança e saúde no trabalho durante a pandemia*. Lisboa: OIT.
- Pedroso, J. (2020). Pandemia, precariedade e proteção social. In J. Reis (Coord.), *Palavras para lá da pandemia: Cem lados de uma crise* (p. 75). Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30474>
- Rifkin, J. (1995). *The end of work: The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. Nova Iorque: Putnam Publishing Group.
- Rodrigues, C. F. (Coord.) (2016). *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, A. (2012). *Uma análise sociojurídica da precariedade laboral: O caso dos falsos trabalhadores independentes* (Dissertação de mestrado, FEUC, Coimbra, Portugal).

- Santos, A. (2015). Austeridade e ideologia: A instrumentalização do direito do trabalho. In H. Costa & G. M. Bester (Orgs.), *Ensaio de direito e de sociologia partir do Brasil e de Portugal: Movimentos, direitos e instituições* (pp. 21-44). Curitiba: Instituto Memória.
- Serrano, M., Xhafa, E., & Fichter, M. (Eds.) (2011). *Trade unions and the global crisis: Labour's visions, strategies and responses*. Geneva: International Labour Office.
- Silva, M. C. (2007). *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização – Reflexões e propostas*. Mafra: Círculo de Leitores.
- Silva, M. C. (2020). Centralidade do trabalho. In J. Reis (Coord.), *Palavras para lá da pandemia: Cem lados de uma crise* (p. 27). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30363>.
- Silva, M. C., Hespanha, P., Teles, N., & Caldas, J. C. (2017). Trabalho e políticas de emprego: Passado com lastro, presente conturbado e futuro indeterminado. In M. C. Silva, P. Hespanha & J. C. Caldas (Orgs.), *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável* (pp. 15-33). Coimbra: Actual.
- Silva, P. A., Carmo, R. M., Cantante, F., Cruz, C., Estêvão, P., Manso, L., Pereira, T. S., & Lamelas, F. (2020). Trabalho e desigualdades no Grande Confinamento (II). (Estudos CoLABOR, N.º 2/2020). Lisboa: CoLABOR.
- Teles, N. (2017). O trabalho como variável de ajustamento: Da teoria à prática. In M. C. Silva, P. Hespanha & J. C. Caldas (Orgs.), *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável* (pp. 35-78). Coimbra: Actual.
- Teles, N., & Caldas, J. C. (2019). Tecnologia e trabalho no século XXI: Uma proposta de abordagem. *Cadernos do Observatório*, 12, 1-35.
- Weber, M. (1967 [1905]). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.

**Data de submissão:** 28/08/2020 | **Data de aceitação:** 17/11/2020



# SOMBRAS DE LA BANCARROTA TRAJECTORIAS DE DESCLASAMIENTO EN FAMILIAS DE PEQUEÑOS COMERCIANTES EN BUENOS AIRES

# SOMBRAS DE FALÊNCIA TRAJETÓRIAS DE DECLÍNIO SOCIAL EM FAMÍLIAS DE PEQUENOS COMERCIANTES EM BUENOS AIRES

# SHADOWS OF BANKRUPTCY TRAJECTORIES OF SOCIAL DECLINE IN FAMILIES OF SMALL MERCHANTS IN BUENOS AIRES

*Gonzalo Seid*

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina. Universidad de Buenos Aires,  
Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigaciones Gino Germani. Uriburu 950, 6to piso,  
Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, CEP C1114AAD.  
E-mail: gonzaloseid@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1242-9301>

**Resumen:** En este artículo se presentan resultados de una investigación cualitativa sobre movilidad social en Buenos Aires, Argentina. Desde las perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu y Daniel Bertaux respecto de las trayectorias de clase social, se realizó un relevamiento mediante relatos de vida y árboles genealógicos de itinerarios económicos y familiares. En este artículo se analizan tres trayectorias de descenso social de individuos provenientes de familias de pequeños comerciantes. Cada una de ellas muestra una variante de descapitalización económica familiar dentro de los sectores medios. Este tipo de procesos son sociológicamente relevantes tanto por las particularidades de la historia económica argentina como por haber sido poco explorados en la sociología local de la estratificación y movilidad social.

Palabras clave: clase social, desclasamiento, descapitalización, movilidad social.

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre a mobilidade social em Buenos Aires, Argentina. Do ponto de vista teórico de Pierre Bourdieu e Daniel Bertaux sobre as trajetórias da classe social, foi realizado um estudo por meio de histórias de vida e árvores genealógicas de itinerários econômicos e familiares. Neste trabalho são analisadas três trajetórias de declínio social de indivíduos de famílias de pequenos comerciantes. Cada um deles mostra uma variante de descapitalização econômica familiar nos setores médios. Esses tipos de processos são sociologicamente relevantes, devido às particularidades da história econômica argentina e por terem sido pouco explorados na sociologia local da estratificação e mobilidade social.

Palavras-chave: classe social, declínio social, descapitalização, mobilidade social.

**Abstract:** This article presents a qualitative research on social mobility in Buenos Aires, Argentina. Following the theoretical perspectives of Pierre Bourdieu and Daniel Bertaux on social class trajectories, we carried out life stories and family trees of economic and family itineraries. More specifically, we analyzed three trajectories of social decline of individuals from families of small merchants. Each of

these trajectories shows a variant of family economic decapitalization within the middle sectors. These kind of processes are sociologically relevant both for the particularities of Argentine economic history and for not having been adequately explored in local sociology of stratification and social mobility.

Keywords: social class, social decline, decapitalization, social mobility.

## Introducción

La sociología de la movilidad social es un área tradicional de la disciplina, que históricamente ha privilegiado las técnicas cuantitativas para abordar sus objetos de interés. Las tablas de movilidad, en las que se comparan categorías ocupacionales de padres e hijos — tomadas como indicadores de origen y destino de clase —, han sido y siguen siendo emblemáticas de toda una concepción sobre los fenómenos de movilidad social y sobre la manera de estudiarlos. El principal crítico de los abordajes tradicionales en movilidad social ha sido Daniel Bertaux, quien ha propuesto entender de manera más amplia estos procesos y, a la vez, estudiarlos desde una aproximación cualitativa mediante relatos de vida.

El presente trabajo se inscribe en la propuesta de Bertaux y Thompson (2007) para el estudio de la movilidad social. El objeto de estudio son las trayectorias de clase (Cachón Rodríguez, 1989), entendidas desde la perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (2011, 2012) como trayectorias de enclasmiento y desclasamiento en el espacio social. Mientras que algunas inquietudes teóricas están emparentadas con las de estudios convencionales en movilidad social, difiere la estrategia teórico-metodológica para buscar las respuestas. Los relatos de vida complementados con árboles genealógicos permiten reconstruir en detalle las trayectorias de clase, con el fin de tornar comprensibles los mecanismos y el proceso mismo entre un origen y un destino de clase. En este sentido, se considera relevante analizar dos dimensiones: a) la evolución del patrimonio de distintas especies de capital (económico, cultural, social) tanto de una generación a otra como intrageneracionalmente; b) la dimensión familiar y de género, que se articula con la esfera económica/laboral y constituye un cariz menos explorado de los procesos de movilidad social.

En lo que sigue, se detallan las características de la investigación general, se justifica la selección aquí expuesta y se analizan con cierto nivel de detalle tres relatos de vida que ejemplifican un tipo de trayectoria particular: el desclasamiento en familias de pequeños comerciantes.

## Problema y diseño metodológico

El objeto de interés de este trabajo son las trayectorias de clase de largo plazo de familias de pequeños comerciantes de Buenos Aires. Entre los antecedentes en Argentina, pueden mencionarse los estudios sobre trayectorias que tienden a enfocar alguna dimensión particular, típicamente trayectorias laborales y educativas (Muñiz Terra, 2012). Las investigaciones que recurren al concepto de trayectorias *de clase* por lo general son estudios con el enfoque clásico de la movilidad social que incorporan en algún punto la aproximación cualitativa, a manera de complemento, en búsqueda de hipótesis que renueven las tradicionales inquietudes en el tema (entre otros, Dalle, 2016; Pla & Rodríguez de la Fuente, 2014), aunque también ha habido algunos trabajos que abordaron las trayectorias de clase específicamente en el sentido de Bourdieu y Bertaux mediante aproximaciones cualitativas (Jiménez, 2014). El estudio de las trayectorias de clase típicamente se hace sobre alguna sobre alguna comunidad o categoría social específica — como pueden ser migrantes —, sobre alguna cohorte en particular, o sobre algún ámbito de actividad determinado.

La investigación de la que surgen los resultados que se presentarán se propuso caracterizar trayectorias de clase en familias de distintas posiciones en el espacio social (obreros, empleados, comerciantes, profesionales), en relación con las desigualdades de género. El problema de investigación discurre sobre qué configuraciones de formas de capital, condicionamientos sociales y disposiciones subjetivas familiares se presentaron en las trayectorias de clase de mujeres y varones en distintas posiciones del espacio social, residentes en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). El enfoque teórico de base ha sido la teoría de las clases sociales de Pierre Bourdieu. Conceptos como espacio social, formas de capital, disposiciones subjetivas, estrategias y prácticas, de uso extendido en la sociología contemporánea, han sido utilizados en este estudio para abordar preguntas relativas a las trayectorias de movilidad social de individuos en familias.

Se reconstruyeron a partir de relatos de vida (Bertaux, 2005; Bertaux & Bertaux-Wiame, 1994) y árboles genealógicos las trayectorias de 35 individuos — y sus familias —, nacidos entre mediados de la década del sesenta y mediados de la década siguiente. Se seleccionó esta cohorte para analizar a quienes ingresaron al mercado laboral entre fines de la década de 1980 y comienzos de la década siguiente, cuando tuvieron lugar transformaciones estructurales que empobrecieron a una parte de los sectores medios. La muestra se segmentó según género y según origen de clase. En las entrevistas, realizadas en 2015, se apuntó a reconstruir las trayectorias de clase, el volumen global y la composición de capitales de cada caso, profundizando en los momentos cruciales de cambios individuales y familiares. Los

instrumentos de registro que se emplearon para la reconstrucción de las biografías fueron una guía de pautas de entrevista y la técnica del árbol genealógico. Para el análisis de los relatos se usaron los procedimientos de la Teoría Fundamentada (Strauss & Corbin, 2002). Si bien la investigación no adopta esta estrategia con todos sus componentes e implicancias, los procedimientos de codificación de la información textual y de comparación constante resultaron de suma utilidad para ganar validez en el trabajo con los relatos (Seid, 2017). El punto de partida del análisis fue una clasificación de los casos según el capital económico y el capital cultural en origen (padre y madre) y destino (entrevistado), tomando la ocupación y el nivel educativo como indicadores básicos, pero considerando también otras informaciones como patrimonio y consumos culturales.

Entre la diversidad de itinerarios de ascenso, descenso y reproducción relevados en distintos orígenes de clase, en este artículo se presentan los resultados de un tipo particular de trayectoria que reunió dos características: en la familia eran pequeños comerciantes y tuvo lugar descapitalización económica a través del tiempo. A partir del interés público que suscita el tema del cierre de pequeños comercios, consideramos relevante observar detenidamente algunos pormenores de estas situaciones objetivas y cómo las personas involucradas las experimentan subjetivamente.

### **¿Por qué importan los comerciantes que cierran sus negocios?**

Las distintas formas de medición y la heterogeneidad de situaciones en la pequeña burguesía comercial pueden dar lugar a discrepancias respecto a cuál es la proporción de esta población en la estructura social argentina. Aunque la cuestión excede los propósitos de este trabajo, para contar con una noción aproximada podemos sostener que se trata de un quinto de la población. Según Rodríguez de la Fuente (2020, p. 26) en base a estadísticas oficiales de la Ciudad de Buenos Aires, la pequeña burguesía de propietarios de pequeñas empresas y pequeños productores autónomos entre 2003 y 2015 osciló entre 18 y 20%. Según Elbert (2020, p. 168), en base a una encuesta del equipo PI-Clases, siguiendo el esquema de Erik Olin Wright, un 20.7% de la población del AMBA en 2016 pertenecía a la pequeña burguesía (12.7% informal y 8% formal). Según Maceira (2018), en base a datos de la encuesta nacional del Programa de Investigación sobre la Sociedad Argentina Contemporánea (PISAC) de 2015, la pequeña burguesía

representa al 23,9% de los hogares con PSH [Principal Sostén del Hogar] activo. En ella, se diferencian los autónomos con altas calificaciones (3,6%), una capa de autoempleados de

calificación operativa con algún capital, cuantitativamente importante en nuestro país (15,7%), y los pequeños productores (5,3%), que si bien emplean fuerza de trabajo de terceros (operativamente aquí hasta cinco ocupados), su escasa acumulación no los desliga de la propia participación en el proceso productivo (p. 54).

Pese al interés público por el cierre de pequeños comercios que no resisten las condiciones de la economía argentina, son escasos los estudios sociológicos sobre el tema. Las referencias más afines son los estudios que se realizaron sobre la “nueva pobreza” (Boltvinik, 2003; Minujin & Kessler, 1995) desde la década de 1980. Si bien estos estudios no se centran particularmente en los pequeños comerciantes, el concepto que proponían los incluía: los nuevos pobres son personas de clase media, con un modo de vida, capital cultural y residencia en barrios de clase media, pero que por la adversidad económica pasaron a ser pobres en términos de ingreso. Ya en los estudios pioneros de Gino Germani (1955) se había caracterizado a la estructura de clases de Argentina por sus clases medias amplias — especialmente en comparación a otros países de América Latina. Desde las últimas décadas del siglo XX, se consideró que la clase media argentina se debilitó y se polarizó entre “ganadores” y “perdedores” (Svampa, 2001); estos últimos serían los nuevos pobres. Con todo, los análisis de la estructura de clase no exhibieron con nitidez una reducción de los estratos ocupacionales tradicionalmente considerados de clase media.

Más allá del contexto argentino, otra aproximación sociológica a fenómenos de desclasamiento de sectores medios han sido los estudios sobre la bancarrota personal y familiar, que se llevaron a cabo especialmente en Estados Unidos. En este país, a partir de información de 1991, 2001 y 2007, se ha observado que la bancarrota personal es un fenómeno que ocurre mayoritariamente — y cada vez más — en familias que poseen su propia vivienda, con altos niveles educativos y altos status ocupacionales (Warren & Thorne, 2012). El único indicador inconsistente con la clase media es el ingreso menor de la población en bancarrota en comparación a la población general, lo que se debe precisamente a la caída reciente. Se ha afirmado que la bancarrota familiar es un fenómeno eminentemente de clase media y, por ende, esta pertenencia de clase en la sociedad norteamericana habría dejado de tener como característica la seguridad financiera (Sullivan, Warren & Westbrook, 2020).

En distintos países, la bancarrota personal y familiar como producto de un espiral de endeudamiento ha dado lugar a discusiones jurídicas sobre condonación de deudas, procedimientos concursales para la quiebra personal y políticas de “borrón y cuenta nueva” que ofrezcan alguna oportunidad de recomenzar a las personas que cayeron en quiebra (Efrat, 2002; Ramírez, 2009). Una de las principales tensiones legales y políticas reside en proporcionar ayuda a quienes realmente

la necesiten sin que sea suficientemente atractiva para que saquen provecho quienes no la necesiten ni incentivar quiebras fraudulentas. Desde un punto de vista sociológico, se ha señalado que el análisis costo-beneficio del deudor también está permeado por convicciones morales y por el miedo a ser estigmatizado, así como por las definiciones culturales acerca de qué es lo correcto o lo preferible, por ejemplo, cuando un deudor debe optar entre honrar su deuda o el bienestar de su familia (McIntyre, 1989).

Sin embargo, aunque la bancarrota pueda ser una condición suficiente del desclasamiento que aquí nos interesa, no es una condición necesaria. Un negocio puede cumplir todas sus obligaciones financieras y cerrar prolijamente su persiana. En América Latina, especialmente desde la Economía como disciplina se realizaron investigaciones interesadas en los motivos del fracaso empresarial, en particular de los establecimientos pequeños (Romero Espinosa, Melgarejo Molina & Vera-Colina, 2015). En estos países, “considerando la economía formal, las mipymes representan el 99,5% de las empresas de la región y la gran mayoría son microempresas (88,4% del total)” (Correa, Leiva & Stumpo, 2018, p. 13). Habida cuenta de la baja competitividad y del irregular desempeño de estas economías, la vulnerabilidad de las microempresas, que constituyen una fuente relevante de puestos de trabajo, ha sido una preocupación recurrente, por ejemplo, en los trabajos de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

También en Argentina el desempeño de las mipymes ha sido un tema de interés académico y político. Este país ha tenido históricamente un entramado económicamente relevante de micro, pequeñas y medianas empresas, pero con los procesos de desindustrialización desde el último cuarto del siglo XX se redujo el número de establecimientos en distintos momentos, en particular durante la dictadura (1976-1983) y durante la recesión entre 1998 y 2002, para volver a crecer entre 2003 y 2011, momento en que comenzó un nuevo ciclo de estancamiento y caída en el nivel de actividad económica del país (Kulfas, 2018). Entre 1996 y 2005 Argentina ha tenido, en comparación con otros países, una elevada proporción de mortalidad de mipymes, que incluso supera la creación de nuevas mipymes (Kantis & Federico, 2007). La elevada mortalidad de microempresas constituye el contexto económico y macrosocial del foco de interés del presente artículo: cómo impacta la descapitalización económica en las trayectorias de clase de pequeños comerciantes.

Por último, antes de pasar al análisis de los relatos de vida seleccionados, mencionemos algunos elementos contextuales que permiten entender qué tipo de dificultades afrontan comerciantes y pequeños propietarios en Argentina. La quiebra de comercios y la confiscación de ahorros — bajo distintas modalidades como el canje compulsivo de depósitos a plazo fijo del Plan Bonex en 1989 y la inmovilización de



depósitos con el “corralito” bancario de 2001 — son problemas que afectan en particular los intereses de clase de la pequeña burguesía y que la arrastran hacia la proletarización. Cominiello, Desalvo, Telechea y Villanova (2005, p. 11), a partir de un relevamiento en periódicos sobre motivos que desencadenaron protestas “vecinales”, identificaron una serie de fenómenos que descapitalizan a la pequeña burguesía, además de los robos y la presión tributaria:

Los cortes de servicio arruinan electrodomésticos en los hogares y mercadería en los negocios; las inundaciones provocan daños en la estructura de las edificaciones; las ocupaciones de terrenos parecieran hacer descender el valor de las propiedades; por último, los peajes aparecen como una forma de expropiación más directa, al igual que los impuestos.

Por supuesto, hay otras condiciones que actúan en sentido opuesto y resultan favorables para la valorización de algunos pequeños capitales. Sin embargo, entender las fuerzas que arrastran a la descapitalización de la clase media en Argentina parece tan apropiado como lo es la cuestión del sobreendeudamiento familiar en Estados Unidos.

## Resultados

Se presenta a continuación el análisis de tres relatos de vida que tienen en común el desclasamiento desde un origen social de pequeños comerciantes. Se seleccionaron casos bastante diferentes entre sí con el fin de evidenciar la heterogeneidad interna de esta fracción de la pequeña burguesía y la diversidad de trayectorias dentro de quienes serían agrupados en una misma posición en las categorizaciones cuantitativas. El análisis se enfoca en los casos singulares y en la dimensión microsocial, pero ello no implica una opción teórica “subjetivista”. La descapitalización que se describe en estas trayectorias de clase no es algo que pueda explicarse por las acciones individuales, sino por el devenir de una fracción de clase de la estructura social argentina desde fines del siglo XX. Este proceso, a su vez, debe pensarse en términos relacionales respecto de otras posiciones de clase y de la situación de la pequeña burguesía comercial en otras sociedades nacionales.

### *Transmisión y desclasamiento*

Una primera hipótesis que surge del análisis de las trayectorias intergeneracionales desde familias de comerciantes consiste en que lo transmitido de una generación a la siguiente conlleva estrategias y decisiones no siempre plenamente

conscientes acerca de qué ha de transmitirse, cómo y a quiénes. Las especificidades de las actividades económicas imponen restricciones a lo que es posible transmitir y ser heredado. En ocasiones se prevé, en función del número de hijos y de sus géneros, quiénes tomarán el relevo de los padres y quiénes se dedicarán a otras actividades. El derecho del primogénito que en sociedades de antaño fungía como principio organizador de la herencia ya no tiene cabida — aunque puedan persistir resabios —, pero la diferenciación por género sí está muy presente en la diferenciación de herencias.

---

### *Caso 1. La historia de Domingo*

Domingo nació en 1973 en una familia de pequeños comerciantes en el barrio de Villa Ortúzar de la Ciudad de Buenos Aires. Durante la infancia de Domingo, en los años setenta y ochenta, sus padres tuvieron varios comercios barriales que atendían ellos mismos. Por aquel entonces llegaron a tener al mismo tiempo una verdulería, una pescadería y una heladería, que se alternaban para atender. La madre atendía la verdulería y, el padre, la pescadería por la mañana y la heladería por la tarde. Ya desde pequeño, cuando Domingo salía de la escuela, debía ayudar a sus padres en el trabajo. El momento en que empezó a trabajar no puede entenderse como un punto de transición, porque la vida familiar y el trabajo estaban indiferenciados. “Mi papá a los nueve años me puso una bolsa de zanahorias que pesa once kilos y me dijo: ‘Dale, entrala’” (Domingo).

Domingo abandonó la escuela secundaria en tercer año, para trabajar junto a su padre luego de que éste padeciera varios infartos y una enfermedad pulmonar. Durante toda la década de 1990, hasta que su padre falleció durante la crisis de 2001-2002, Domingo fue a la par de su padre, responsable y aportante del sustento al hogar. En aquel tiempo, su padre se asoció con otra persona para encargarse de una cochera para treinta automóviles, aportando sobre todo su trabajo — junto a Domingo — y repartiéndose las ganancias. Luego de cinco años trabajando en el garaje, su padre adquirió el fondo de comercio de un bodegón y comenzó la familia a trabajar allí. Domingo, su padre, su madre y una hermana se ocuparon de llevar adelante el nuevo emprendimiento, que duró cuatro años. Luego de ese periodo, Domingo y su padre trabajaron como remiseros turnándose para trabajar con su automóvil particular.

Los comercios familiares resultaban rentables en algunos períodos, pero no siempre los ingresos eran suficientes para cubrir los gastos. Tanto la vivienda familiar como los locales comerciales fueron siempre alquilados. Entre los gastos de la familia, se destacan los automóviles que el padre de Domingo renovaba con mucha frecuencia.

Mi viejo era muy hábil en los negocios, hoy te venía con un Fiat 600 y al otro día te venía con un Mercedes Benz, y al otro día lo veías de vuelta con un rastrojero, ¿pero qué pasa?, él invertía, vendía, hacía otro

negocio, vendía, iba para atrás el auto, y con la plata que sobraba, iba y pagaba las deudas o el alquiler de la casa y así, iba jugando con los coches también que teníamos (Domingo).

Luego del fallecimiento de su padre, Domingo compró una camioneta y comenzó a trabajar haciendo fletes. Años más tarde, entró a trabajar como empleado en un taller mecánico y luego en un servicio de lubricación automotriz hasta el año 2008. Durante este tiempo, Domingo fue el principal aportante de ingresos en su familia, aunque sus hermanas también trabajaban y contribuían en menor medida. Cuando falleció el dueño del servicio de lubricación, el lugar cerró sus puertas y Domingo cobró una indemnización. Con ese dinero, Domingo adquirió un puesto de flores, donde trabaja hasta la actualidad.

Por el tiempo en que comenzó a trabajar en su puesto de flores, Domingo se fue a vivir con su pareja, con quien habían estado de novios hacía más de diez años. Domingo se ha rehusado a casarse, pero hace dos años, luego de perder un embarazo, él le propuso y contrajeron matrimonio como modo de sobrellevar la pérdida. Ella trabaja en un centro de recuperación de adicciones en Villa Palito, en la localidad de La Matanza. Su esposa sigue deseando tener un hijo, pero a Domingo le preocupa resolver primero las dificultades económicas. Actualmente, él está evaluando cambiar de rubro comercial o buscar otro empleo, porque la florería no resulta rentable.

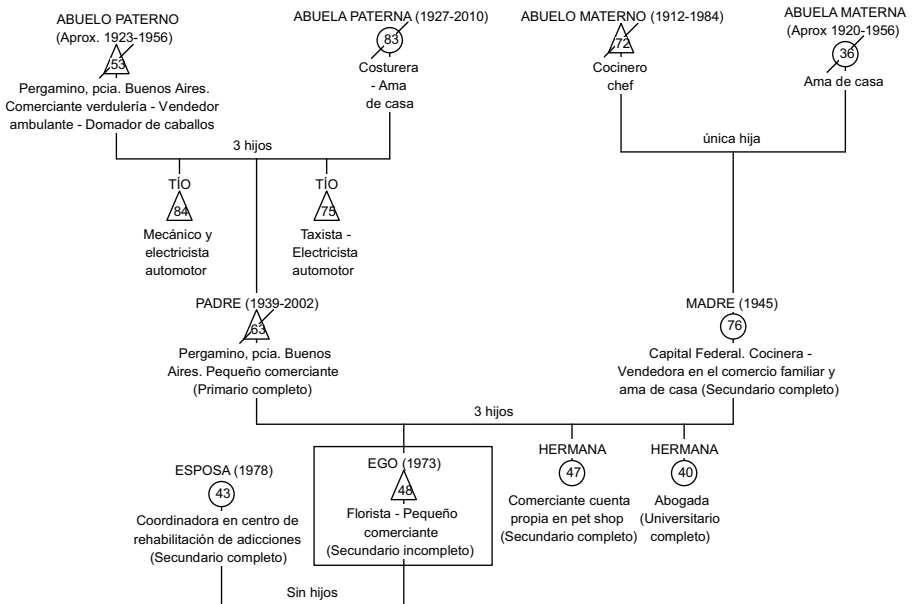


Figura 1 Árbol genealógico 1: Domingo

En la historia de la familia de Domingo ha tenido lugar, en principio, un proceso de reproducción de la posición social a través de numerosos cambios de situaciones laborales y oficios. Aunque siempre se dedicó al comercio, el padre de Domingo varias veces llegó a la quiebra con algún negocio, cambió de rubro, combinó más de uno o invirtió en un nuevo emprendimiento. La reconstrucción retrospectiva a través del relato permite vislumbrar que el vertiginoso movimiento no motorizó un ascenso social, por lo menos para la generación de sus padres y para Domingo. En su relato, Domingo pone el acento en la variedad de emprendimientos llevados a cabo por su padre, lo que desde su punto de vista es entendido como habilidad para los negocios. Evidentemente, la contracara de esto es que cada nuevo emprendimiento comercial puede entenderse como el fracaso del anterior. La riqueza del relato permite rastrear en el análisis varios factores que operaron como impedimentos para una acumulación sostenida de capital económico.

En lo que respecta al patrimonio, el hecho de que no fueran propietarios de los locales donde funcionaban los comercios ni de la vivienda familiar significaba importantes erogaciones de alquileres, gastos fijos que aminoraban las ganancias que pudieran obtenerse en momentos de prosperidad y constituían una pesada carga en momentos en que los negocios no funcionaban bien. Por otra parte, al estar entremezclada la actividad económica con la vida familiar, muchas de las decisiones y estrategias estuvieron regidas por una lógica ajena a la de la propia administración de los negocios. En los períodos en que se generaban ganancias, éstas a menudo se destinaban a gastos familiares extraordinarios, como la adquisición de automóviles, o para saldar deudas acumuladas. Cuando mermaban las ganancias, el alto nivel de gastos resultaba apremiante y podía forzar a tener que vender un automóvil o un fondo de comercio para poder pagar alquileres o deudas, en momentos en que desprenderse de sus posesiones no era lo más conveniente de no ser por la necesidad inmediata.

Para Domingo, ser el hijo varón y el mayor de la familia significó asumir la responsabilidad del sustento familiar en su adolescencia, lo cual desalentó que concluya sus estudios secundarios. Los problemas de salud de su padre lo obligaron a reemplazarlo en momentos críticos, pero incluso cuando este recobraba la salud continuó acompañándolo en los distintos trabajos. Tanto los comercios como el estacionamiento y el trabajo de remisería eran actividades organizadas y decididas por su padre, pero involucraban a la familia, porque requerían más de una persona para atender o cubrir largas jornadas, y se daba por sentado que Domingo era el primer miembro de la familia a quien le correspondía prestar esa colaboración.

El itinerario económico de su padre fue inestable y, en los últimos años de su vida, descendente. En la sociedad para explotar el garaje, Domingo y su padre

aportaban la fuerza de trabajo. En el bodegón, se necesitó la fuerza de trabajo de toda la familia para que funcionase y aun así la rentabilidad era baja. Finalmente, terminaron usando el automóvil las veinticuatro horas del día como remise, turnándose entre Domingo y su padre. Al tener que acompañar a su padre, Domingo vio atada su propia suerte a la de éste, justo en el tramo temporal menos conveniente.

Tras el fallecimiento de su padre, Domingo replicó una vez más la experiencia de un emprendimiento por cuenta propia, en esta ocasión un servicio de fletes, que nuevamente no resultó exitoso luego de algún tiempo. En los años previos, Domingo había realizado cursos de mecánica automotriz, adquiriendo competencias laborales que le fueron de utilidad para trabajar como operario del taller mecánico y del servicio de lubricación. Cuando la pérdida del pequeño capital económico, tantas veces transformado en los distintos emprendimientos familiares, era casi completa, fue este capital cultural, adquirido más por gusto que por una decisión planificada, lo que le proporcionó un oficio para ofrecer en el mercado de trabajo. Respecto al capital social, no resulta sencillo identificar sus efectos en la trayectoria. Si bien la red de conocidos, clientes y proveedores está presente en los contextos que posibilitaron los emprendimientos, no emergieron en el relato oportunidades laborales o de lucro decisivas ni tampoco redes de apoyo allende la familia.

Su esposa trabaja todos los días, sin fines de semana ni días francos. A pesar de tener un salario que apenas alcanza para cubrir las necesidades básicas, el ingreso de ella es más estable que el de Domingo, que tiene el puesto de flores en el que con el paso del tiempo fue decayendo el nivel de ventas. Domingo relata que su esposa quiere tener un hijo, pero a él le preocupa garantizar primero el sustento económico que percibe en peligro. Tiene en claro que necesita buscar otro medio de vida, pero no ha decidido aún de qué podría trabajar. Piensa que podría trabajar en una fábrica o como chofer de colectivo, pero que difícilmente contratarían a alguien de su edad, por lo cual otro empleo por cuenta propia es la alternativa que considera más factible.

En suma, la trayectoria de Domingo ha sido inestable y en cierto modo descendente con respecto a los mejores momentos comerciales de su padre en las décadas de 1970 y 1980. El hecho de no haber heredado capital económico y no contar con ninguna propiedad inmueble ni para vivienda ni para el comercio, aparece como un factor clave para comprender la vulnerabilidad ante los vaivenes de la actividad comercial en la década de 1990 y con la crisis de 2001-2002. La pendiente de la trayectoria puede considerarse incluso descendente puesto que sus padres lograban obtener mayores ingresos y sustentar una familia más numerosa con los

ingresos de los comercios. Los propios avatares de los negocios y las decisiones económicas de su padre han condicionado fuertemente las oportunidades de Domingo para la acumulación de capital económico y cultural. Sus hermanas, en cambio, han tenido oportunidades que Domingo careció, como tiempo para estudiar antes de ingresar al mercado laboral; incluso una de ellas llegó a recibirse de abogada. El mandato de acompañar a su padre en el trabajo por ser el hijo mayor y varón parece haberlo desfavorecido. Lo que desde el punto de vista de la familia pudo entenderse como un modo de enseñarle oficios, brindarle experiencia y alentar su autonomía económica, en los hechos significó una entrada prematura al mundo del trabajo, que lo privó de otras oportunidades y lo dejó más desprotegido.

La indagación de los relatos de vida permite conocer este tipo de detalles — algunos bastante gruesos — que complementan la información que puede proporcionar una tabla de movilidad. Aunque la ocupación de Domingo haya sido la misma que la de su padre, existen diferencias cualitativas entre la situación y posición de clase de uno y otro. Hay una pendiente descendente y una situación relativa más desventajosa para Domingo que se oculta bajo lo que aparece como reproducción de clase. Asimismo, el devenir de esta trayectoria no se comprende del todo si se deja de lado la comparación con sus hermanas y la descripción acerca de cómo el modelo masculino moldeó sus prácticas. Por último, el hecho de que evalúe algunas ocupaciones obreras como posibilidades adecuadas a su situación actual corrobora el desclasamiento en el plano de las disposiciones subjetivas.

### *El capital heredado y el heredero descapitalizado*

La diferenciación de herencias conlleva una serie de efectos a mediano y largo plazo. Algunas trayectorias que parten de un mismo origen pueden acentuar sus divergencias a través del tiempo. La herencia directa de algún pequeño capital económico puede convertirse en una plataforma para la ampliación de la acumulación, pero en ciertas circunstancias, como ilustra la trayectoria de Domingo, puede socavar las oportunidades de ascenso social. El capital cultural, en cambio, por su propia naturaleza, no se transmite de manera directa como la herencia económica pero, en contrapartida, no puede perderlo un individuo cuando ya lo adquirió.

---

## **Caso 2. La historia de Lara**

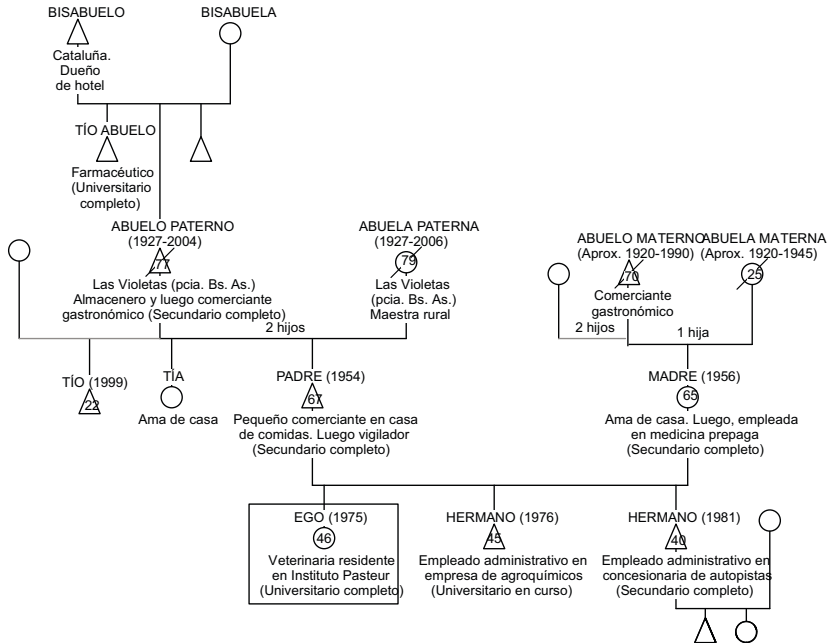
Lara nació en Buenos Aires en 1975 en una familia de pequeños comerciantes. Sus abuelos paternos habían vivido en un pequeño pueblo cercano a Pergamino en la provincia de Buenos Aires. Allí desde fines de los años cuarenta su abuelo tuvo un primer almacén de ramos generales y su abuela era maestra rural. Luego su abuelo

tuvo restaurantes y cafeterías en otras ciudades, entre ellas Córdoba y Buenos Aires. Este provenía de una familia catalana de buena posición económica: su padre, el bisabuelo de Lara, había sido propietario de un hotel en Buenos Aires desde las primeras décadas del siglo XX. Sus hijos tuvieron educación secundaria en una época en la cual esto no era lo más habitual, y uno de ellos llegó a completar estudios superiores como farmacéutico.

El padre de Lara trabajó desde que terminó la secundaria y durante gran parte de su vida en los negocios de su padre. Estudió para ser martillero público, probablemente incentivado por la administración de los inmuebles que por entonces poseía la familia, pero nunca ejerció el oficio. Trabajó hasta la edad de cuarenta y cinco años en los distintos emprendimientos que fue teniendo su padre y su familia: en el hotel de los abuelos, en restaurantes y en un criadero de pollos con granja de venta al público. En la época de mayor prosperidad en la década de 1980 llegaron a tener cerca de veinte empleados entre dos negocios en simultáneo. Pero no siempre resultaban rentables a través del tiempo los comercios e incluso llegaron a implicar importantes pérdidas desde mediados de la década de 1990. El último negocio familiar, también dentro del rubro gastronómico, fue una rotisería, que duró quince años. Con la apertura de un gran supermercado enfrente del local – en aquella década abrieron varios shoppings y numerosas sucursales de cadenas de supermercados – no pudieron resistir la competencia y la rotisería entró en declive durante tres años hasta que llegó a la quiebra en 1999. Los alquileres del local y los salarios adeudados los forzaron a vender inmuebles para saldar las cuentas.

Por aquel entonces el abuelo de Lara se retiró y el padre debió comenzar a trabajar en relación de dependencia como vigilante privado. Con la nueva situación económica familiar y la crisis de principios de siglo, la madre de Lara también comenzó a trabajar en relación de dependencia, como vendedora en una empresa de medicina prepaga, luego de haber sido hasta entonces ama de casa. Cuando Lara terminó la secundaria, comenzó a trabajar y a estudiar la carrera de veterinaria, que tardaría doce años en finalizar. Trabajó en un restaurante de comidas rápidas, en un locutorio y luego en empleos vinculados al rubro veterinario, como promotora de alimentos balanceados para mascotas y como viajante de un laboratorio de productos veterinarios. Los viajes dificultaban la cursada de la carrera y para completar el último tramo debió renunciar al empleo. Cuando se graduó en 2006, comenzó a trabajar como asistente en veterinarias con las que había entrado en contacto en sus empleos anteriores como vendedora.

Al poco tiempo, con una ex compañera de estudio abrieron una veterinaria propia, un negocio que funcionó bien algunos meses, pero debió cerrarse por fuertes conflictos entre las socias por el manejo del dinero, que incluso desembocaron en un litigio en la justicia. Lara volvió a trabajar en relación de dependencia en una veterinaria y al tiempo se preparó para rendir el examen que le permitiera ingresar a la residencia veterinaria en un instituto público de zoonosis de la ciudad de Buenos Aires. Actualmente está realizando el cuarto y último año de dicha residencia.



**Figura 2** Árbol genealógico 2: Lara

La historia familiar de Lara encierra una evidente pérdida de capital económico a través de los años y una lenta adquisición de capital cultural de tipo educativo aprovechando las oportunidades ofrecidas por la universidad pública. La descapitalización económica comenzó ya en la propia trayectoria intrageneracional de su abuelo, que había llegado a obtener ingresos de dos prósperos comercios y rentas de propiedades, pero sucesivos reveses comerciales hicieron decrecer su patrimonio. Como el padre de Lara trabajó gran parte de su vida junto a su padre, su trayectoria de clase quedó atada a la suerte de esos negocios. Tampoco se manifestó un papel clave del capital social en la trayectoria de clase: la red de contactos a partir de los comercios no impidió el declive ni ofreció oportunidades que tuerzan la pendiente de la trayectoria.

Pueden conjeturarse distintas posibilidades acerca de la trayectoria alternativa que podría haber transitado el padre de Lara si hubiese decidido emprender una carrera laboral independiente de los negocios familiares. Por una parte, las microempresas familiares pueden beneficiarse de que los miembros de la familia se involucren y concentren sus energías en sus negocios preexistentes. Puede suponerse que quienes mejor los administrarán serán los más interesados en resguardar y acrecentar el capital familiar. En el extremo opuesto,



puede ocurrir que el desarrollo de una carrera individual disociada de la actividad familiar resulte una estrategia más exitosa. Si concebimos a los recursos de los miembros de la familia como formas de capital, la estrategia de “despegarse” conlleva las ventajas de la diversificación de los riesgos. En este sentido, emprender un nuevo camino solitario, que desde el punto de vista individual y en un momento determinado puede percibirse como más arriesgado, o incluso como un desaire por descuidar o desaprovechar las oportunidades que ofrece la familia, desde el punto de vista del interés de la familia a largo plazo, puede constituir la mejor forma de conservar o acrecentar el patrimonio mediante su reconversión.

En cuanto a la trayectoria individual de Lara, se destaca su perseverancia para llegar a la meta de concluir su carrera universitaria, aunque ello le insumió el doble del tiempo previsto por el plan de estudios. De esta manera, superó el capital educativo de ambos padres. También uno de sus hermanos, que aún está cursando su carrera, parece seguir un recorrido similar. Ambos carecen de grandes responsabilidades familiares: están solteros, no tienen hijos y viven solos. Este tipo de trayectoria contrasta otras en las cuales el trabajo y el formar una nueva familia condujeron al abandono de los estudios. En el caso de Lara, si bien trabajó desde joven, llegó a renunciar a un empleo cuando se tornó incompatible con el estudio, algo impensable para otros entrevistados, que dieron por sentado que ante dicha incompatibilidad solo cabe resignar lo segundo. La adquisición de capital cultural en forma de título universitario pudo haber tenido un atractivo mayor como modo de compensar la pérdida de capital económico familiar que experimentaron y presenciaron en su padre.

En términos de las etapas del ciclo de vida, la de Lara es una trayectoria “prorrogada”, donde las etapas según rangos etarios se prolongaron en comparación con otras en las cuales las circunstancias laborales están más definidas y consolidadas para esa edad biológica. Probablemente no ha encontrado aun el punto más alto de sus posibilidades de desarrollo laboral. Cuando finalice la residencia, planea presentarse para concursar por un cargo en el sector público. Si no lo logra, volverá a trabajar en una veterinaria en relación de dependencia o abrirá una propia. Las posibilidades más diversas están abiertas y la incertidumbre es alta.

Actualmente está en pareja, pero no convive con él. Los planes sobre formar una familia existen, pero para un futuro indeterminado. Todo esto contrasta especialmente con las trayectorias analizadas en la investigación de mujeres obreras de más bajo capital económico y cultural, que a una edad similar a la de Lara tienden a identificarse en lo familiar como abuelas y en lo laboral como

retiradas del mercado. La trayectoria de Lara es una trayectoria “joven”, donde la moratoria social de la juventud (Margulis, 1996) se ha visto notablemente prorrogada. La singularidad de su historia exhibe algunos aspectos de la relación entre clase y categorías etarias abordados por Bourdieu, relativos al carácter socialmente manipulable de la edad como dato biológico, variable según la posición social (Bourdieu, 1990).

---

### Caso 3. La historia de Marcelino

Marcelino nació en la localidad de Chacabuco (Provincia de Buenos Aires) en 1968. Su bisabuelo paterno había sido propietario de una estancia a principios del siglo XX, de la que su abuelo heredó el casco y una porción de tierra laborable que se dedicó a trabajar como chacarero. Su padre fue un trabajador especializado en la clasificación de granos en una empresa de la zona. Su madre, hija de un comerciante del pueblo, era docente y llegó a ser inspectora escolar. Ambos se conocieron en los años sesenta cuando ella era maestra de la escuela rural situada en el casco de la estancia.

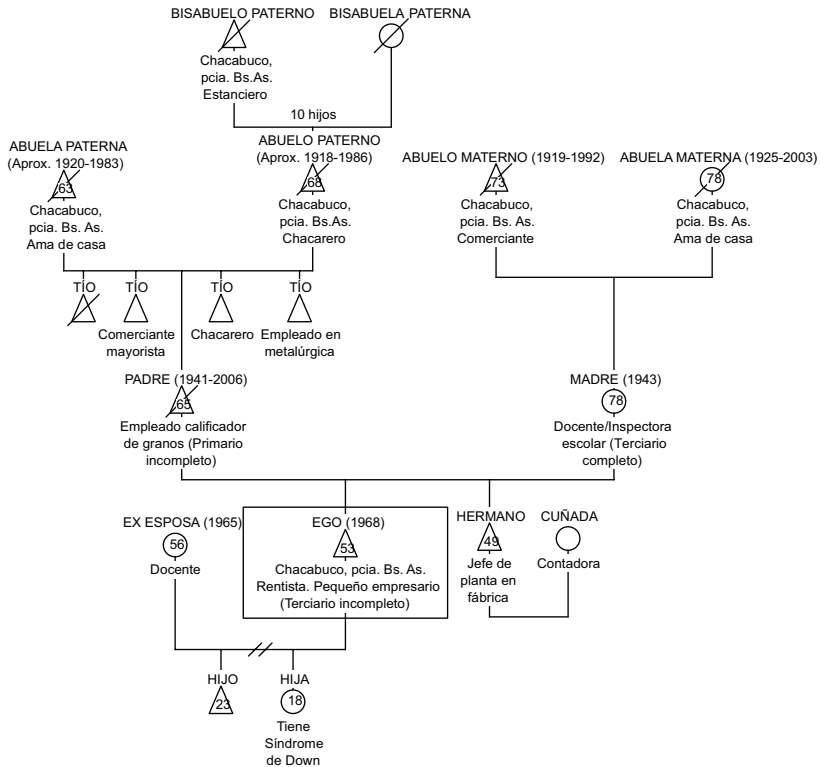
Cuando Marcelino tenía catorce años, en 1982, sufrió un accidente automovilístico y como consecuencia tuvo que usar silla de ruedas y hacer un sacrificado tratamiento de rehabilitación. Las dificultades físicas y la depresión resultante lo llevaron a abandonar la escuela. Al año siguiente, ya avanzada su recuperación motriz, sus padres le ofrecieron abrirle una disquería en la ciudad, para que tuviese una ocupación. El negocio funcionó como se esperaba y la actividad se adecuaba bien a sus posibilidades. Aunque retomó la escuela, volvió a dejarla antes de graduarse. En su tiempo libre, hizo un curso de piloto, actividad que luego realizaría como hobby. A partir de la segunda mitad de la década de 1980, cuando cumplió dieciocho, con sus amigos abrieron un boliche bailable en la ciudad. Los siguientes siete años continuaron con el negocio, organizando bailes en varias ciudades cercanas. La actividad de aviación de Marcelino fue aprovechada para publicitar el boliche.

Por aquel entonces, Marcelino contrajo matrimonio con la madre de sus hijas, de la que ahora está divorciado. Ella le puso como condición abandonar la aviación, la actividad en los boliches y la permanente movilidad de una ciudad a otra, para asentarse nuevamente en Chacabuco. En esta nueva etapa, Marcelino emprendió junto a un socio una nueva actividad: estudió informática y abrió un local de computación al lado de la vivienda donde residían. Por aquel entonces, a principios de la década del noventa, los conocimientos de informática eran algo que pocos detentaban y que permitían llevar a cabo actividades redituables. Entre ellas, capacitar a docentes cuyas escuelas habían recibido computadoras de parte del Estado y desconocían casi por completo su manejo. Asimismo, lograron que se les adjudique la instalación de los equipos en un banco público, así como la capacitación del

personal en el manejo de los sistemas, lo cual podía insumir varios meses en cada sucursal, totalizando unos dos años de trabajo en aquel proyecto con el que obtuvieron importantes ganancias. Terminado aquel proyecto, volvió a ocuparse de lleno en el negocio, al que incorporó empleados y un reparto en tres camionetas para cubrir las zonas cercanas a Chacabuco. En esta época de prosperidad, su esposa dio a luz a su primer hijo.

Con la crisis de 2001, los artículos importados se encarecieron y las ganancias del negocio mermaron. Su socio decidió vender su parte y Marcelino continuó algunos años más, pero la situación económica desfavorable y la pérdida de exclusividad en el rubro por la aparición de competidores y la mayor difusión de conocimientos, no permitían volver a los niveles de beneficio previos. En el año 2005 finalmente cerró el negocio, cuando nació su segunda hija.

La niña padece Síndrome de Down y desde su nacimiento requirió cuidados especiales que modificaron la vida cotidiana de la familia. Un accidente cerebrovascular que sufrió su esposa a los pocos meses alteró más aun la vida de la familia. Tras varios meses internada, en los cuales Marcelino la acompañó permanentemente, su esposa logró recuperarse. Luego, la convivencia entre ambos se fue deteriorando, hasta que decidieron separarse. Ella se quedó en Chacabuco cuidando a sus hijos y Marcelino se mudó a Buenos Aires, a una vieja y destartada casa heredada de su abuelo. En esta casa comenzó una nueva etapa en su vida, viviendo solo y prácticamente sin trabajar. Su tiempo lo ha dedicado a reparar la casa y a construir muebles artesanales con materiales que recicla. El último emprendimiento que tuvo consistió en comprar varios automóviles para que fueran trabajados por choferes en una remisería. Tras algunas dificultades, decidió deshacerse de los coches y compró un departamento para poner en alquiler, el cual sumado a una habitación anexa a su vivienda que también pone en alquiler, constituyen sus fuentes de ingresos. Como sus gastos superan los ingresos, paulatinamente va gastando también sus ahorros, a un ritmo calculado para que le duren hasta su muerte. Eventualmente vende algunos de los muebles que fabrica, y piensa que ello podría constituir una fuente de ingresos adicional, pero no tiene planeado conseguir un empleo o lanzar un nuevo emprendimiento, ya que padece algunos trastornos psiquiátricos, leves pero que le impiden mantener la calma ante dificultades cotidianas.



**Figura 3** Árbol genealógico 3: Marcelino

La trayectoria de Marcelino encierra muchos acontecimientos que signaron la historia de vida y que afectaron la posición de la familia en el espacio social. En primer lugar, se destaca el fraccionamiento de la estancia del bisabuelo al repartir la herencia entre sus diez hijos. Su abuelo y su padre tuvieron trayectorias descendentes con respecto al capital económico. De una generación a la siguiente un capital puede volverse demasiado pequeño y luego insignificante.

La madre de Marcelino, como docente que llegó a inspectora escolar, exhibe un importante capital educativo e institucional. Sin embargo, este capital no se transmitió o no fue recibido por Marcelino, al menos bajo la misma forma. El accidente automovilístico fue la razón inmediata por la cual abandonó la educación formal. Luego, cuando estuvo en condiciones de retomarla, prefirió abocarse a otros planes, algo a lo que los padres no se opusieron. Los emprendimientos comerciales que realizó en distintos momentos, como la disquería, la discoteca y la casa de computación, tendieron a ser rentables, pero fundamentalmente eran

actividades que hacía porque — de acuerdo a su relato — lo apasionaban. En este sentido, la única diferencia entre estas ocupaciones y su afición por la aviación es que esta última constituía un gasto en vez de un ingreso.

El capital cultural relativo a destrezas útiles para el mundo laboral no fue adquirido mediante un plan a largo plazo, sino para dominar aquellos ámbitos de actividad que le producían interés inmediato. El aprendizaje de computación en la década del noventa, cuando aún no estaban muy difundidos esos saberes en el país, fue una inversión relativamente poco costosa y muy rentable durante un período de tiempo, pero al no adquirir nuevos conocimientos perdió la ventaja de exclusividad que había tenido. Sus distintos emprendimientos siguieron un mismo patrón: rindieron mucho, pero por un corto o mediano plazo. La estrategia no planeada de diversificar sus habilidades según sus inquietudes temporales, de manera casi impulsiva, parece haberle hecho desaprovechar la posibilidad de concentrar todas sus energías en una actividad y especializarse.

El capital social indudablemente debió haber jugado un papel significativo en el emprendimiento de la discoteca y luego para la adjudicación de instalaciones y capacitaciones informáticas. La construcción de redes de vínculos en distintos ámbitos, condición necesaria para hacer rentables las inversiones de capital económico y cultural, no parece haber perdurado en el tiempo ni rebasado los contextos específicos en los que se creó capital social. El capital social posibilitó rendimientos mayores de las otras especies de capital, pero no tuvo la misma eficacia para contrarrestar las dificultades económicas y los infortunios personales devenidos en desventajas acumuladas (Dannefer, 2003; Dewilde, 2003).

Los problemas de salud fueron un factor que tuvo gran peso en su trayectoria. Su accidente automovilístico de joven, el accidente cerebrovascular de su esposa y la enfermedad de su hija marcaron puntos de viraje en su vida familiar y laboral. De hecho, su relato se organiza a partir de estos acontecimientos, que resultaron traumáticos para Marcelino. Además de las energías y la tensión psíquica, los asuntos de salud de su esposa e hija significaron grandes erogaciones de dinero. Cuando su esposa se recuperó, el vínculo de la pareja se fue deteriorando, hasta que decidieron separarse. Entonces Marcelino decidió el último gran cambio en su vida: mudarse a Buenos Aires y dejar de trabajar, por lo menos de manera formal y permanente. Su modo de vida relativamente aislado, luego de lo que él denomina “haber pateado el tablero”, se aproxima a la posición de retraimiento de la tipología de Robert Merton (1992) sobre adaptaciones individuales a los mandatos culturales. La misma refiere al individuo sumido en el desencanto y la resignación, que lo lleva a renunciar a metas y normas, alejándose de un juego social que considera hipócrita.

Por eso te conté, así explayado, todo lo pasado hace que yo hoy por hoy no quiera nada, nada que ver con el sistema, no quiero banco, no quiero tarjeta de crédito, no quiero mutuales, porque en los momentos que las precisé, que realmente las precisé, no estuvieron, y las precisé en serio. Las precisé con mi hija, no estuvieron; las precisé con mi mujer, no estuvieron (Marcelino).

Este tipo de disposiciones subjetivas son producto de una trayectoria con bruscos cambios y adversidades difíciles de sortear, que ha experimentado como impotencia. La trayectoria probable de Marcelino tuvo en distintos momentos potencialidades que luego no se realizaron. A pesar de las dificultades, algunos ahorros e ingresos por las rentas de dos propiedades heredadas le permitieron decretar su propia jubilación anticipada. La estrategia actual consiste en gastar sus recursos administrándolos de modo tal de hacerlos durar lo máximo posible. Le envía una mensualidad a su esposa, quien tiene a cargo a los hijos, entre ellos la niña con Síndrome de Down, quien requiere cuidados especiales que realizan su ex esposa y el resto de la familia en Chacabuco.

En suma, la trayectoria de Marcelino ha tenido varias aristas y recodos que la hacen compleja. Ha partido desde una posición intermedia en capital económico y cultural. El pequeño capital económico familiar proveniente de sus abuelos le ha permitido financiar sus emprendimientos, solventar gastos en los momentos críticos y en la actualidad obtener un mínimo de ingresos que tornó factible su decisión de abandonar su vida laboral. El capital cultural de su madre no puede reconocerse en él más que fragmentariamente, como habilidades que ha desarrollado en direcciones distintas y poco sistemáticas. El capital social parece haberse diluido rápidamente en más de una ocasión, cuando las circunstancias llevaron a alejarse de un ámbito de actividad o lugar geográfico. Si simplemente se comparase la ocupación obrera de su padre con el status de "rentista" y ex pequeño empresario de Marcelino, la imagen que se tendría sobre la movilidad social de este caso poco tendría que ver con las vicisitudes del itinerario recorrido, con la sub-realización de potencialidades que estaban inscritas en su situación objetiva y con las vivencias subjetivas que refiere.

### **Situaciones objetivas y disposiciones subjetivas**

La historia de Lara y la de Marcelino tienen en común una descapitalización económica a través de las generaciones. En el caso de Lara, el descenso económico se produjo en la trayectoria intrageneracional de su padre, que de tener varios comercios pasó a ser un asalariado en un empleo de baja calificación. En el caso de Marcelino,

el descenso fue paulatino y se concretó sobre todo en la vida de su padre, que tuvo ocupaciones obreras, pero en una familia que aún mantenía una pequeña propiedad rural. En general, las historias que exhiben la pérdida de una actividad económica familiar implican una disociación de la trayectoria individual respecto a las generaciones anteriores, con nuevas estrategias, como la apuesta de Lara a la acumulación de capital cultural y las sucesivas apuestas de Marcelino, que por múltiples vicisitudes no resultaron sostenibles.

Los comercios de los padres de Domingo y Lara fueron varios, duraron algunos años y, de acuerdo a sus relatos, con el paso del tiempo y los emprendimientos, las condiciones fueron cada vez más dificultosas para lograr el éxito comercial. El padre de Domingo emprendía nuevos negocios que no resultaban rentables, porque no tenía el capital acumulado suficiente para esperar el mejor momento o buscar la oportunidad más ventajosa, situación que transmitió a su hijo. Domingo no pudo estudiar por trabajar con el padre, pero no obtuvo en compensación un negocio familiar cuando éste falleció. Al contrario, debió conseguir empleo asalariado sin estudios secundarios completos. Cuando se quedó sin ese empleo, abrir un pequeño comercio fue más una necesidad que una elección, puesto que no podía conseguir fácilmente otro empleo asalariado. Respecto a la familia de Lara, también puede observarse la importancia de la temporalidad: el último negocio familiar se mantuvo abierto demasiado tiempo más del que era conveniente. En el caso de Marcelino, su trayectoria presenta un recorrido sinuoso, donde los problemas de salud familiares resaltan como puntos de inflexión del itinerario. Las apuestas económicas, aunque no fracasaron e incluso sus productos morigeraron el impacto negativo de las conmociones en la vida familiar, se vieron interrumpidas intempestivamente varias veces, impidiendo una consolidación y ascenso social sostenido a través del tiempo.

El cambio de rubro comercial y el comienzo de un nuevo emprendimiento supone una importante inversión económica inicial para la economía de un pequeño comerciante. Además, tratándose de negocios familiares, puede suponerse que también hay una importante inversión de energías de la familia puestas a disposición del emprendimiento. El riesgo que conllevan, cuando la incertidumbre recae nada menos que sobre el bienestar futuro de la familia, que se añade a los costos económicos y morales, permite suponer que el cambio de rubro tenderá a ser evitado toda vez que sea posible o conveniente. Por ende, salvo los casos en los que dicho cambio obedece a un crecimiento económico, lo más probable es que constituya más bien un intento de salvar la economía familiar de la debacle que se avizora, más cerca de un "manotazo de ahogado" que de una manifestación de la actitud proactiva prescripta por la ideología del emprendedorismo. En este sentido, no

parece casual que las trayectorias cuyas familias de origen pasaron de un comercio a otro sean las que tuvieron más dificultades para un trayecto ascendente o bien experimentaron un desclasamiento.

La transformación económica de Argentina en la década del noventa dificultó la subsistencia de muchos pequeños comercios, que no pudieron competir con grandes empresas, como cadenas de supermercados, o que estuvieron en una posición dependiente respecto a empresas líderes, como en el rubro informático. La recesión desde 1998 y la mega-crisis de 2001-2002 remataron el proceso. La secuenciación temporal es una de las claves para entender cómo pueden bifurcarse los destinos de clase ante condiciones similares. El menor volumen de capital económico permite resistir muy poco tiempo un negocio que no rinde lo suficiente o que va a pérdida. Este estrecho margen de maniobra no alcanza a evitar que fracasen, por inoportunas o precipitadas, las siguientes estrategias de los miembros de las familias. La reactivación económica a partir de 2003 parece haber llegado tarde en estos casos para recuperar el capital perdido.

La diversidad de los casos puede sintetizarse de distintos modos. Según la pendiente de la trayectoria, todos son recorridos sinuosos, con momentos de descenso y otros de recuperación. Lara logró compensar la pérdida de capital económico de la generación anterior a través de la adquisición de capital educativo, Marcelino presenta un descenso educativo respecto a su madre y sus apuestas económicas se vieron truncadas por dificultades de salud y problemas familiares, mientras que Domingo está en una posición económica más frágil que la de sus padres sin que ello sea compensado por la adquisición de otra especie de capital como Lara. A partir de estos casos analizados, es posible identificar dos configuraciones entre las distintas especies de capital en las trayectorias descendentes desde orígenes comerciantes:

- *Compensación de la descapitalización económica a través de la adquisición de capital cultural.* El capital cultural —principalmente educativo— suscita interés y prioridad, a pesar de las restricciones económicas, precisamente para hacerles frente (Lara).
- *Fragilidad económica no compensada por capital cultural.* Las pérdidas o dificultades en la actividad económica no logran ser superadas mediante recursos culturales ni de capital social (Domingo, Marcelino).

Respecto al capital social, no resulta sencillo identificar sus efectos en estas trayectorias, a diferencia de las trayectorias de ascenso social en las cuales los recursos y oportunidades de la red social se activaron en momentos decisivos de las biografías.



Abordar empíricamente el capital social requiere un análisis de redes de interacciones que, desde la perspectiva bourdieusiana, no dejan de ser un efecto de la posición estructural (Bottero, 2009). Un desafío para futuros trabajos sobre trayectorias de clase en Argentina reside en buscar las mejores alternativas para la medición del capital social y examinar sus articulaciones contextuales con otras especies de capital, algo que investigaciones como Li, Savage y Pickles (2003) y Li, Savage y Warde (2008) en Reino Unido han mostrado que está asociado con las trayectorias de clase, fundamentalmente reforzando privilegios.

Por último, otro modo de resumir las diferencias en las trayectorias analizadas resulta de las combinaciones de condiciones y disposiciones subjetivas respecto al ascenso social (Tabla 1).

**Tabla 1** Tipos de trayectorias según oportunidades y disposiciones para el ascenso social

		Situación objetiva favorable al ascenso	
		+	-
Disposiciones subjetivas favorables al ascenso	+	Beneficio asegurado	Sacrificio contracorriente
	-	Potencial desaprovechado	Conformidad impuesta

Domingo y Lara no tuvieron condiciones favorables al ascenso social, a pesar de lo cual han tenido disposiciones subjetivas para enfrentar las adversidades que la pendiente más bien descendente de las trayectorias les impuso. Podríamos denominar a estas como trayectorias de *sacrificio contracorriente*. Marcelino contaba en principio con ciertas oportunidades objetivas por su posición de origen favorables al ascenso social, pero las vicisitudes de su vida han arruinado sus disposiciones subjetivas más favorables al ascenso social y optó por abandonar la lucha económica. Podríamos denominar a una trayectoria como esta de *potencial desaprovechado* — no voluntariamente, sino en el sentido de que un *habitus* no originó las prácticas que la posición exigía para el ascenso. Si, en cambio, se considera la posición social de Marcelino no en su origen familiar sino en un momento posterior a las dificultades personales que debió atravesar, las condiciones ya eran más bien desfavorables, y su resignación puede entenderse como una *conformidad impuesta*. La situación de *beneficio asegurado*, que completa la tipología, se verificó en otros casos que quedan fuera de este análisis de descensos sociales.

## Conclusiones

En las trayectorias desde familias de comerciantes y pequeños propietarios, la actividad económica familiar ha sido a menudo el eje de organización de la vida familiar. La esfera doméstica y la económica tienden a permanecer unidas. Las transmisiones suelen diferenciarse según género, de modo tal que en los casos analizados los hijos varones heredaron el negocio familiar mientras que las mujeres apostaron a la adquisición de capital educativo. El rol masculino como continuador del negocio familiar, ligado a la concepción del varón proveedor, beneficia a ellos en las oportunidades de acumulación económica, pero si el negocio fracasa, el heredero varón termina más desprotegido que sus hermanas. Cuando tiene lugar una descapitalización económica familiar a través del tiempo, esta induce cambios en las estrategias en las siguientes generaciones y las trayectorias individuales se tornan más sinuosas.

La posibilidad de movilización de recursos familiares en los momentos apropiados puede ser decisiva para las generaciones siguientes. Si la familia no cuenta con un capital económico de reserva — con suficiente liquidez —, difícilmente se pueda evitar el desclasamiento intergeneracional cuando un negocio en que se tiene invertido prácticamente todo el capital económico deja de ser rentable.

En los estudios de movilidad social convencionales, estos desclasamientos tienden a permanecer como puntos ciegos. Alguien que sigue siendo comerciante como sus padres, sería clasificado como un caso de reproducción de clase. Alguien que no es comerciante como sus padres, pero es profesional con título universitario, sería clasificado como un caso de ascenso social. La descapitalización económica queda oculta cuando se usan exclusivamente las ocupaciones como indicadores de clase.

Las tendencias contrapuestas que las investigaciones sociológicas han hallado en materia de desigualdades en Argentina y Latinoamérica a principios de siglo (Benza & Kessler, 2020; Kessler, 2015) enmarcan estas trayectorias de una fracción de sectores medios que mantuvo o incluso mejoró la posición de clase ocupacional, pero vio reducidos sus ingresos y experimentó una descapitalización económica. Este tipo de situaciones ofrecen pistas sobre uno de los “enigmas” de la sociología sobre la estructura social argentina: que las distribuciones porcentuales por clase social no manifiesten una reducción de los sectores medios en las últimas décadas, cuando se sabe del empobrecimiento relativo de importantes franjas de sectores medios, especialmente en momentos de crisis. Los relatos de vida permiten completar algunos huecos del análisis de clase cuantitativo, sabiendo que las grandes crisis económicas, recurrentes en Argentina — 1975, 1989, 2001, 2020 —, no pueden dejar indemnes la estructura y las experiencias de clase.

## Agradecimientos

Gonzalo Seid es Becario postdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) de Argentina e Director del proyecto “Trayectorias de sectores medios: indicadores concurrentes y divergentes” (Facultad de Ciencias Sociales, UBA).

## Referencias

- Benza, G., & Kessler, G. (2020). *Uneven trajectories: Latin American societies in the twenty-first century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bertaux, D. (2005). *Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Bertaux, D., & Bertaux-Wiame, I. (1994). El patrimonio y su linaje: Transmisiones y movilidad social en cinco generaciones. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, VI(18), pp. 27-56.
- Bertaux, D., & Thompson, P. (Eds.) (2007). *Pathways to social class. A qualitative approach to social mobility*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Boltvinik, J. (2003). Conceptos y medición de la pobreza: La necesidad de ampliar la mirada. *Papeles de población*, 9(38), 9-25.
- Bottero, W. (2009). Relationality and social interaction. *The British Journal of Sociology*, 60(2), 399-420.
- Bourdieu, P. (Ed.) (1990). La “juventud” no es más que una palabra. In *Sociología y Cultura* (pp. 163-173). México: Grijalbo/Consejo Nacional de las Artes.
- Bourdieu, P. (2011). *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Bourdieu, P. (2012). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Buenos Aires: Taurus.
- Cachón Rodríguez, L. (1989). *¿Movilidad social o trayectorias de clase? Elementos para una crítica de la sociología de la movilidad social*. Madrid: CIS-Siglo XXI.
- Cominiello, S., Desalvo, A., Telechea, R., & Villanova, N. (2005, noviembre). *Para una historia de la pequeña burguesía argentina*. Paper presentado en IV Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata, La Plata.
- Correa, F., Leiva, V., & Stumpo, G. (2018). Mipymes y heterogeneidad estructural en América Latina. In M. Dini & G. Stumpo (Coords.), *Mipymes en América Latina: un frágil desempeño y nuevos desafíos para las políticas de fomento* (pp. 9-34). Santiago: CEPAL.
- Dalle, P. (2016). *Movilidad social desde las clases populares: Un estudio sociológico en el Área Metropolitana de Buenos Aires 1960-2013*. Buenos Aires: UBA-IIGG-CLACSO.
- Dannefer, D. (2003). Cumulative advantage/disadvantage and the life course: Cross-fertilizing age and social science theory. *Journal of Gerontology*, 58B(6), 327-337.

- Dewilde, C. (2003). A life course perspective on social exclusion and poverty. *British Journal of Sociology*, 54, 109-128.
- Efrat, R. (2002). Global trends in personal bankruptcy. *The American Bankruptcy Law Journal*, 76(1), 81.
- Elbert, R. (2020). Posición de clase objetiva y auto-identificación de clase. In R. Sautu, P. Boniolo, P. Dalle & R. Elbert (Eds.), *El análisis de clases sociales: Pensando la movilidad social, la residencia, los lazos sociales, la identidad y la agencia* (pp. 161-184). Buenos Aires: CLACSO.
- Germani, G. (1955). *La estructura social de la Argentina. Análisis estadístico*. Buenos Aires: Raigal.
- Jiménez, C. (2014, julio). *Trayectorias sociales de las clases medias argentinas: Reproducción, reconversión, ascenso y desclasamiento*. Paper presentado en XI Congreso Argentino de Antropología Social, Rosário.
- Kantis, H., & Federico, J. (Coords.) (2007). Crisis y renacimiento emprendedor en la Argentina: Evidencias y algunos interrogantes. In *Transformaciones recientes en la economía argentina: Tendencias y perspectivas* (p. 143). Buenos Aires: Editorial Prometeo.
- Kessler, G. (2015). *Controversias sobre la desigualdad: Argentina, 2003-2013*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Kulfas, M. (2018). Políticas e instituciones de apoyo a las mipymes en la Argentina, de 2000 a 2015. In M. Dini & G. Stumpo (Coords.), *Mipymes en América Latina: un frágil desempeño y nuevos desafíos para las políticas de fomento* (pp. 35-88). Santiago: CEPAL.
- Li, Y., Savage, M., & Pickles, A. (2003). Social capital and social exclusion in England and Wales (1972-1999). *The British journal of sociology*, 54(4), 497-526.
- Li, Y., Savage, M., & Warde, A. (2008). Social mobility and social capital in contemporary Britain. *The British journal of sociology*, 59(3), 391-411.
- Maceira, V. (2018). Clases y diferenciación social. In J. I. Piovani & A. Salvia (Coords.), *La Argentina en el Siglo XXI: Cómo somos, vivimos y convivimos en una sociedad desigual* (pp. 49-86). Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Margulis, M. (1996) (Ed.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos.
- McIntyre, L. J. (1989). A sociological perspective on bankruptcy. *Indiana Law Journal*, 65(1), 123.
- Merton, R. (Ed.) (1992). Estructura social y anomia. In *Teoría y estructura sociales* (pp. 209-239). México: Fondo de Cultura Económica.
- Minujin, A., & Kessler, G. (1995). *La nueva pobreza en la Argentina*. Buenos Aires: Temas de Hoy-Planeta.
- Muñiz Terra, L. (2012). Carreras y trayectorias laborales: Una revisión crítica de las principales aproximaciones teórico-metodológicas para su abordaje. *Revista latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, 2(1), 36-65.
- Pla, J., & Rodríguez de la Fuente, J. J. (2014, diciembre). *Trayectorias de clase y consumo*. Paper presentado en VIII Jornadas de Sociología de la UNLP, La Plata.

- Ramírez, N. (2009). *La quiebra personal, familiar o insolvencia individual en Chile* (Doctoral Dissertation), Universidad de Talca, Escuela de Derecho, Chile.
- Rodríguez de la Fuente, J. J. (2020). Evolución de la estructura de clases y el bienestar material en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires contemporánea (2004-2015). *Población de Buenos Aires*, 29, 20-37.
- Romero Espinosa, F., Megarejo Molina, Z., & Vera-Colina, M. (2015). Fracaso empresarial de las pequeñas y medianas empresas (pymes) en Colombia. *Suma de negocios*, 6(13), 29-41.
- Seid, G. (2017). La pluralidad de procedimientos para alcanzar validez en las investigaciones cualitativas. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social: ReLMIS*, 12, 41-55.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2002). *Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Colombia: Universidad de Antioquia.
- Sullivan, T. A., Warren, E., & Westbrook, J. L. (2020). *The fragile middle class: Americans in debt*. New Haven: Yale University Press.
- Svampa, M. (2001). *Los que ganaron: La vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos.
- Warren, E., & Thorne, D. (2012). A vulnerable middle class. In C. Porter (Ed.), *Broke: How debt bankrupts the middle class* (pp. 25-39). California: Stanford University Press.

**Data de submissão:** 13/07/2020 | **Data de aceitação:** 04/02/2021



# EVENTOS SUBCULTURAIS E A CIDADE ESTRATÉGIA PARA A ECONOMIA SIMBÓLICA OU MEIO INTEGRADOR DE UMA CULTURA ALTERNATIVA? O CASO DO FESTIVAL GÓTICO “ENTREMURALHAS” EM LEIRIA

## SUBCULTURAL EVENTS AND THE CITY: STRATEGY FOR THE SYMBOLIC ECONOMY OR AN INTEGRATOR OF AN ALTERNATIVE CULTURE? THE CASE OF THE GOTHIC “ENTREMURALHAS” FESTIVAL IN LEIRIA

*Manuel Pereira Soares*

Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Departamento de Sociologia. Avenida Dr. Dias da Silva,  
3004-512 Coimbra, Portugal.  
E-mail: manuelsoares@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3057-3283>

**Resumo:** A cidade é um espaço de diversidade onde se verificam conflitos e tensões entre culturas dominantes e alternativas. Os festivais, funcionando como alavanca para o desenvolvimento das cidades, colocam também em contacto diferentes culturas e podem contribuir para desfazer estereótipos e atenuar estigmatizações.

Este artigo pretende descortinar como é que um evento subcultural pode promover a imagem de uma cidade enquanto espaço de cultura e diversidade. Recorre-se ao festival gótico Entremuralhas e cruza-se a análise de material produzido pelo município com notícias sobre o evento publicadas em jornais, procurando perceber como o festival é comunicado à população e como os membros da comunidade gótica o percebem no que concerne ao dissipar dos estereótipos. Conclui-se que o festival tem sido apresentado como um dos mais importantes elementos de promoção da cidade ao mesmo tempo que observamos que persistem alguns dos estereótipos em relação a esta subcultura.

**Palavras-chave:** festival Entremuralhas, subcultura gótica, estereótipos, festivalização da cidade.

**Abstract:** The city is a space of diversity with conflicts and tensions between dominant and alternative cultures. Festivals, acting as a leverage for the development of cities, bring different cultures into contact and can contribute to break down stereotypes and reduce stigma.

This article assesses how a subcultural event can promote the image of a city as a space of culture and diversity. We analyzed promotional material produced by the municipality and articles about the Entremuralhas gothic festival published in newspapers. This allowed an understanding how the festival is communicated to the population and how members of the gothic community perceive it in terms of dispelling of stereotypes. It is concluded that the festival has been presented as one of the most important elements of city promotion, but that some of the stereotypes persist.

**Keywords:** Entremuralhas festival, gothic subculture, stereotypes, city festivalization.

## Introdução

Vivemos num mundo que se urbaniza a cada dia que passa. As cidades carregam consigo a sua apetência pela heterogeneidade, dimensão e densidade (Wirth, 2001). Contudo, a coexistência de culturas diferentes num mesmo espaço potencia o surgimento de tensões e conflitos, algo que desde a Escola de Chicago vem despertando o interesse dos sociólogos.

Num mundo globalizado a cultura representa as ideias e práticas, os locais e símbolos do que tem sido chamado de “economia simbólica” das cidades (Zukin, 2014, p. 3), transformando-as em mercadorias e bens como outros quaisquer, o que as torna competitivas na disputa pelo seu espaço no mercado global. Nesta linha de argumentação, as cidades procuram convocar os seus recursos endógenos no sentido de se promoverem, utilizando a cultura como forma de criar imagens de marca distintas (Richards & Palmer, 2010, p. 2). Não se pode atualmente falar de cidades “sem entender como (elas) utilizam a cultura como base económica” (Zukin, 1995, p. 11). Os eventos culturais, especialmente os festivais, assumem, neste particular, um papel preponderante para a criação de uma marca distintiva, constituindo-se como uma ferramenta à qual autarcas e agentes do *marketing* de lugar recorrem frequentemente como uma forma rápida, acessível e temporária de promoção de uma cidade (Wynn & Yetis-Bayraktar, 2016, p. 204) Argumenta-se, cada vez mais, que as cidades que assumem os eventos culturais como parte de uma estratégia para o seu desenvolvimento têm mais probabilidades de colher benefícios sociais, económicos e culturais (Richards & Palmer, 2010, p. 2).

Nas cidades, podem encontrar-se duas situações distintas: *i*) a presença de subculturas e diversidade cultural, por um lado; *ii*) o uso da diversidade subcultural como estratégia nas políticas urbanas, por outro. A literatura produzida sobre a diferença na cidade centra, por norma, a discussão no tema das diferenças étnicas, raciais ou religiosas, incidindo a sua análise na questão do multiculturalismo e nos desafios com que os planeadores das cidades têm de conviver para lidarem com esse tema numa era de migrações (Sandercock, 2003, p. 4). Mas existem outras formas de diferença nas cidades, como a que contempla a coexistência de diversas expressões culturais e estilos de vida no espaço urbano, principalmente numa altura em que essa diversidade se transforma, cada vez mais, em estratégia das políticas urbanas para a criação de espaços cosmopolitas e abertos que visam construir novas imagens mercadorizáveis, olvidando, muitas vezes, que os atores dessa diversidade devem ser vistos e tratados como sujeitos e não apenas como “décor” dessa evolução urbana (Fortuna, 2016).

Já existe em Portugal pesquisa sólida relativamente a culturas musicais alternativas (Guerra, 2010; Guerra & Moura, 2016), mas verifica-se ainda escassez de produção científica sobre a forma como a coabitação entre culturas alternativas e dominantes nas cidades se combina com processos de festivalização, culturalização e gentrificação dos espaços urbanos (Bennett, Taylor & Woodward, 2014; Evans, 2011; Ferreira, 2010). As cidades tentam aproveitar as suas especificidades e recursos para se regenerarem e crescerem cultural e economicamente (Richards & Palmer, 2010), e a aposta na cultura afigura-se como central para elas procurarem encontrar o seu espaço na competição entre cidades, constituindo-se essa estratégia como uma forma de notabilização e promoção de imagens que se constroem e divulgam, falando-se, cada vez mais, em cidades de eventos (Evans, 2011; Richards & Palmer, 2010). A simples existência de uma cena musical consolidada numa cidade pode trazer-lhe, e à comunidade, benefícios através do turismo, como nos recorda Andy Bennett (2004, p. 228). A cidade funciona como meio onde as dinâmicas culturais se geram e também através do qual se realizam, fornecendo o conjunto infraestrutural que permite a sua emergência (Guerra & Moura, 2016, p. 4). Esses eventos são muitas vezes utilizados para construir imagens de espaços tolerantes, abertos à diversidade e cosmopolitas (Chalcraft, Delanty & Sassatelli, 2014), especialmente nas cidades de pequena e média dimensão que “procuram e disputam a afirmação no plano regional e nacional” e onde “a cultura assume um valor estratégico importante” (Abreu, 2001, p. 161).

Ressalta, portanto, a ideia que os festivais podem funcionar como agentes e como produtores de cosmopolitismo (Chalcraft, Delanty & Sassatelli, 2014, p. 111), afigurando-se como uma das mais importantes formas de conexão de pessoas, culturas e ideias, podendo atuar como atores sociais, e funcionando como algo mais que objetos, isto é, também como sujeitos (Richards, 2015, p. 1) ao mesmo tempo que enriquecem a cultura cosmopolita das cidades, encorajando os residentes urbanos a tornarem-se consumidores culturais polimórficos, tornando-os mais tolerantes com os estranhos na sua comunidade e mais ligados ao que vem de fora (Zukin, 2014). Interessa perceber em que medida os festivais podem atuar enquanto meio atenuador de tensões existentes entre culturas dominantes e alternativas em espaço urbano, procurando descortinar que contributo esses eventos dão, de facto, para a conquista de espaço por parte destas culturas alternativas, e perceber se eles podem funcionar como elementos agregadores entre os diversos grupos ao mesmo tempo que potenciam o desenvolvimento económico dos lugares, especialmente numa altura em que se procura, cada vez mais, perceber o papel que a música pode assumir na tarefa de tornar as cidades mais ricas, saudáveis, habitáveis e internacionais (Baker, 2019, p. 12).



A diversidade cultural, e em particular as culturas alternativas, constituem fenómenos desafiantes para a compreensão dos processos culturais que transformam as cidades, remetendo para problemáticas sociológicas como as relações de convivência e tensão entre culturas e modos de vida distintos. Os festivais, ao permitirem àqueles que pertencem à cultura dominante imergir durante algum tempo na cultura do outro (Bennett & Woodward, 2014, p. 12), possibilitam que eles possam adquirir um melhor conhecimento da cultura alternativa, desfazendo, desse modo, estereótipos e servindo de alavanca para o desenvolvimento e promoção dos territórios.

### **Duplo papel da cultura: criadora de imagens da cidade e facilitadora de integração**

A cidade é composta de gente heterogénea e depreende uma certa normalização da ideia do anonimato, sendo vista como um espaço inato para estranhos e lugar propício para “desenvolver uma cultura de diferença” (Innerarity, 2006). A distinção que desponta entre a cidade e a pequena localidade é o facto de na cidade causar admiração encontrar alguém conhecido, enquanto na aldeia sobressai o estranho, o que não pertence àquele espaço (Innerarity, 2006).

O urbanismo em si afigura-se como uma variável que tem efeitos sociais, já o defendia Claude Fischer (1975, p. 1320). O mesmo autor afirmava que os valores mais elevados de “desvio” e desorganização nas cidades não se deviam tanto a fatores como a alienação, anonimato e impersonalidade, mas sim à congregação de elevado número de pessoas, de massa crítica em número suficiente para manterem viáveis subculturas (Fischer, 1975, p. 1320).

Pelas suas especificidades, e também muito devido à sua diversidade, as cidades constituem-se, portanto, como espaços privilegiados da arte e da cultura, e são-no a vários níveis, desde a produção e consumo cultural, até ao facto de serem “objetos de representação estética e de valor artístico, cuja singularidade reside tanto na sua configuração arquitectónica como nas formas da vida social e cultural que pulsam no seu interior” (Abreu & Ferreira, 2016, p. 3). Pelo papel preponderante que a cultura assume para as cidades, as políticas urbanas têm-lhe dedicado cada vez mais atenção no planeamento e no gizar de políticas de desenvolvimento urbano (Abreu & Ferreira, 2016, p. 3). A cultura na cidade, significa (ou pode significar) desenvolvimento económico, atratividade, mercadorização das imagens da urbe que vão sendo construídas, muito da linha do que Lefebvre chama de “urbanismo dos promotores”, em que o urbanismo visa o lucro e se transforma em valor de troca (Lefebvre, 2012, p. 37), interessando apresentar a cidade, e os seus lugares,

como imaginários de bem viver. É ela que “lança as modas e as legitima, mas é também nela que “fervilham os conflitos e as tensões, pelo que é comum falar-se em mosaico cultural quando pretendemos referir-nos à cidade” (Lopes, 2000, pp. 67-68). Interessa, então, que os eventos tenham efetivamente impactos visíveis, pelo que os apoios à cultura estão cada vez mais indexados a um conjunto de indicadores de performance, uma vez que, embora efêmeros, os eventos geram capital simbólico, a mais valiosa mercadoria da atualidade (Richards & Palmer, 2010, pp. 11-12).

Muitos dos festivais destinam-se a nichos e funcionam como eventos ligados a estilos de vida (Bennett & Woodward, 2014, pp. 12-13). Neste sentido, eles podem ser tanto agentes como produtores de cosmopolitismo (Chalcraft, Delanty & Sassatelli, 2014, p. 111). Permitem, então, que esse cosmopolitismo se manifeste das mais diversas formas: através do lugar do evento, do contexto cultural ou através das pessoas (Chalcraft, Delanty & Sassatelli, 2014, p.111). Cumprem, assim, a função de meio para representar, encontrar, incorporar e perceber as diferenças culturais a partir do momento em que colocam em contacto pessoas com diferentes experiências e interesses (Bennett & Woodward, 2014, p. 18).

A cultura vai, portanto, assumindo um papel mais instrumental no significado das cidades, principalmente numa altura em que a globalização e o acesso a mais informação e imagens enriquece a sua cultura cosmopolita. Talvez seja por isso que se observe cada vez mais pressão para que as instituições culturais diversifiquem a oferta para poder abranger públicos mais vastos (Zukin, 1995, p. 2).

Em Portugal, eventos como o Festival Músicas do Mundo, em Sines, o Festival Islâmico, em Mértola, o Boom Festival, em Idanha-a-Nova e o festival gótico Entremuralhas, em Leiria, são ilustrativos de eventos que colocam o seu foco nas culturas alternativas e na diversidade cultural. Por norma, o estudo em Portugal do impacto dos festivais de cariz cultural e subcultural tem incidido sobre a questão económica (Antunes, 2020), fazendo-se já algum trabalho também em relação à forma como eles são acolhidos por parte dos residentes locais (Brás, Mendes, Guerreiro & Sequeira, 2019).

A subcultura gótica conta com a realização de vários festivais um pouco por todo o mundo. A importância que é concedida à questão da promoção do lugar, por um lado, e à da interação entre cultura dominante e alternativa, por outro, varia conforme o evento. Aproveitando a ligação que tem com o livro *Dracula* de Bram Stoker, que foi parcialmente escrito em Whitby (Spracklen & Spracklen, 2014), ainda antes do surgimento do festival gótico a cidade acolhia já muitos aficionados da obra deste autor e do universo vampírico, recriando cenários presentes no livro e permitindo aos seus visitantes experimentarem uma vivência próxima do ambiente do romance,

tendo a cidade assistido à abertura de várias lojas especializadas em vestuário e acessórios ligados ao universo do livro (Spracklen & Spracklen, 2018), o que permitia aos seus visitantes reviverem episódios do romance. O festival gótico de Whitby, realizado anualmente em dois momentos, um em abril e outro em outubro no fim de semana do *Halloween*, trouxe um contributo para que a cidade se tornasse uma atração turística que acolhe milhares de visitantes, especialmente nos dois fins de semana correspondentes ao evento. A grande teatralidade que os frequentadores emprestam ao festival, desfilando por aqueles dias hordas de góticos pelas ruas da cidade, coloca ênfase na ideia que aquele “teatro” atua como reflexo da vida, e o festival funciona como um pedaço dessa vida real (Goulding & Saren, 2016, p. 218). Contudo, toda esta espetacularidade tem funcionado como fator de atração para muitos curiosos e fotógrafos amadores que se deslocam ao evento para verem os góticos e tirarem o máximo de fotografias que alimentarão as redes sociais (Spracklen & Spracklen, 2018). Este facto tem motivado algumas tensões com a comunidade local e com a própria comunidade gótica, especialmente pelo facto de muitos dos visitantes procurarem apenas viver uma experiência diferente, sem serem verdadeiramente integrantes desta subcultura, e utilizarem espaços como o cemitério para sessões fotográficas, o que tem desagradado tanto aos residentes locais, que sentem desrespeitados os seus familiares ali sepultados, como aos góticos que veem a sua cultura ser mercadorizada e tornada um produto de massas, perdendo a sua autenticidade (Spracklen & Spracklen, 2014). O evento tem-se tornado uma forma de promoção da cidade e a constante mercantilização da subcultura tem afastado cada vez mais góticos “verdadeiros” do festival, obrigando os organizadores a abrir o cartaz a bandas não diretamente relacionadas com a cultura gótica, com vista a procurar atrair mais espetadores (Spracklen & Spracklen, 2018).

O Wave Gotik Treffen (WGT) é provavelmente o maior festival gótico do mundo. Localizado na cidade de Leipzig, cidade da antiga RDA, conheceu a sua primeira edição em 1992, já depois da queda do Muro de Berlim, acolhendo cerca de 2000 góticos que assistiram aos concertos num único local (Hoffert & Nym, 2011, p. 4). Atualmente, o evento recebe mais de 20000 espetadores e vê os seus espetáculos espalhados por toda a cidade. Para a comunidade gótica este evento é um acontecimento importante, como atesta uma trilogia escrita sobre a subcultura gótica e que dedica grande parte da atenção do primeiro volume ao festival WGT (Matzke, Seeliger & Stieg, 2000). Para a cidade, o festival também se constitui um dos seus principais eventos culturais realizados anualmente, trabalhando o município de forma estreita com a organização do evento, como atesta o convite feito aos ingleses *In the Nursery* para, em 2007, integrado na edição do festival WGT desse ano, criarem o espetáculo de luz e música intitulado *Monumentum II*, que serviu

para homenagear compositores como Bach, Wagner, Liszt e Mendelssohn, todos eles com ligações à cidade, tendo por cenário o principal monumento de Leipzig, o *Völkerschlachtdenkmal* (Humberstone, 2011).

### **Cidade como espaço para subculturas**

Claude Fischer, no seu texto sobre a teoria subcultural do urbanismo, afirmava que a concentração de populações heterogêneas em grande número num mesmo espaço conduzia ao enfraquecimento dos laços interpessoais, das estruturas sociais primárias e do consenso normativo, tendo como consequências dessa realidade a alienação individual, anomia societal e a prevalência de comportamentos desorganizados, não tradicionais e desviantes (Fischer, 1975, p. 1320). O desafio que aqui se coloca é perceber se quando se assume uma determinada ordem cultural como dominante isso implica a subordinação ativa das alternativas (Hall, 2001, p. 89).

O tema das subculturas tem sido estudado desde inícios do séc. XX assentando, essencialmente, em duas vertentes: a do desvio, desenvolvida pela Escola de Chicago, (Becker, 1973; Berzano & Genova, 2015; Gelder, 2007; Gelder & Thornton, 1997; Haenfler, 2014; Williams, 2014) e a da resistência de classe, resultado dos trabalhos do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (CCCS) (Brake, 1995; Gelder, 2007; Gelder & Thornton, 1997; Haenfler, 2014; Hall & Jefferson, 2003; Hebdige, 2005; Muggleton, 2000). São duas abordagens diferentes ao tema, mas mantém-se, em ambos os casos, a ideia que ao falar-se de subculturas está-se a referir a algo que sai da normatividade, que se apresenta como uma alternativa ao que é dominante, independentemente de se justificar esse facto com questões de comportamento, de resistência ou outras ainda. Fischer procurou relacionar o surgimento e desenvolvimento das subculturas com a densidade e dimensão das cidades. Nessa perspetiva, quanto mais urbano um lugar maior a diversidade e intensidade das subculturas existentes, da mesma forma que quanto mais urbano um lugar, maiores as formas de difusão das subculturas e maiores os graus de “inconvenção” do lugar, procurando, portanto, conferir às subculturas um carácter eminentemente urbano (Fischer, 1975).

Os estudos pós-subculturalistas têm identificado novas formas de agrupamento subcultural, como as neo-tribos, estilos de vida e cenas (Muggleton & Weinzierl, 2003; Redhead, 1997; Thornton, 1995). Importa destacar que, mantendo os habituais temas da identidade, e das relações centro-periferia (assentes nas lutas e tensões entre a cultura dominante e a não normativa ou marginalizada), os trabalhos mais recentes sobre as subculturas trazem novos temas para a discussão, como o dos meios de comunicação social e as novas tecnologias de informação, que têm

oferecido novas formas de visualizar as comunidades e permitem novas possibilidades de construção de identidades (Williams, 2019, pp. 5-7). Para Emre Ulusoy (2016, p. 244) as subculturas musicais dionisíacas proporcionam os meios para os seus consumidores encontrarem um conjunto de possibilidades para se autoexpressarem de formas alternativas, fornecendo estas subculturas espaços sociais onde podem ser experimentadas e recriadas identidades, enquanto se recusa o papel de mero espetador (Ulusoy, 2016, p. 247).

Mais do que procurar perceber se determinado grupo se enquadra em subcultura ou tribo, estilo de vida, cena ou uma mescla de todas elas, interessa aqui referir a visibilidade que estes grupos assumem no espaço urbano, e as tensões que muitas vezes daí decorrem, sendo a atividade desviante determinada pela cultura dominante, sem que aqueles que pertencem a esses grupos tenham de, necessariamente, aceitar a ideia de que praticam atos desviantes (Becker, 1997, p. 56). E, nesse particular, é interessante atentar na variedade de subculturas que vão conquistando notoriedade em contexto urbano ao ponto de a sua ocupação do espaço determinar alterações às funções que os planeadores lhes destinaram inicialmente, passando esses grupos (como no caso dos *skaters*, por exemplo) a ser conhecidos como formações sociais urbanas em vez de subculturas (Daskalaki & Mould, 2013). Interessa ressaltar como a subculturalização vive dois momentos: o do surgimento, em que são o “outro” através da sua marginalização e ilegalização, e um segundo, em que as forças homogeneizantes as formalizam e incorporam nas práticas dominantes e as transformam em produtos subjugados aos processos de comercialização (Daskalaki & Mould, 2013, p. 2). Sabendo que a cidade se ancora na cultura para fins de desenvolvimento, este aspeto é importante para perceber a função que os festivais têm (ou podem ter) para a aceitação das culturas alternativas, não apenas por permitir colocá-las em contacto com a cultura dominante, mas também pelos proveitos comerciais e de notoriedade que esta última daí pode retirar.

### **Apresentação do caso do Festival Entremuralhas**

A literatura que tem sido produzida sobre a subcultura gótica aponta para Inglaterra e para o final dos anos 70 do século passado como sendo o local e o momento em que esta subcultura surgiu (Brill, 2008; Goodland & Bibby, 2007; Hodkinson, 2002; Issit, 2011; Newman, 2018; Siegel, 2005). Ela caracteriza-se por se associar a diversas formas de expressão artística, indo buscar inspiração à literatura gótica, ao culto dos vampiros, aos filmes de horror e às práticas sexuais menos convencionais (Goodland & Bibby, 2007, p. 2), ou seja, tudo aquilo que, de alguma forma, a cultura dominante considera como saindo da normatividade.

O visual dos góticos, assente nas vestes negras produzidas pelos próprios (Hodkinson, 2002, pp. 151-181), não propriamente encontradas nas lojas convencionais e muitas vezes fruto da bricolage típica das subculturas (Hebdige, 2005), e as pinturas faciais claramente fora da norma contribuem para que a comunidade gótica se destaque facilmente nos meios urbanos onde marca presença. Neste sentido, os festivais e eventos dedicados à cultura gótica funcionam como uma forma de os seus integrantes poderem adquirir alguns objetos, como roupas e acessórios, tarefa que, de outra forma, veem dificultada quando ficam limitados ao comércio convencional, salvo algumas peças que a cultura dominante acaba por adotar e mercantilar, incorporando-as no comércio de massas (Hodkinson, 2002, pp. 131-151).

A subcultura gótica pouca atenção tem mobilizado, quer por parte dos *media* quer dos académicos (Martin, 2002), e quando tal acontece é por motivos menos abonatórios (Brill, 2008; Garland & Hodkinson, 2014; Goodland & Bibby, 2007; Issit, 2011; Newman, 2018; Siegel, 2005). A ideia estereotipada em relação a esta subcultura, talvez influenciada pelo visual ao qual não se fica indiferente e que cria discriminações, inclusivamente no local de trabalho (Fauquet-Alekhine, 2015), e o interesse por temas como a morte faz com que muitos estereótipos sejam criados e difundidos relativamente aos seus integrantes. Contribui também para a construção desses estereótipos em relação a esta subcultura a apropriação de objetos culturais, como crucifixos e outros símbolos religiosos, por exemplo, aos quais os góticos conferem novos significados, utilizando-os para, visualmente, construir novas mensagens contraculturais (Healey & Fraser, 2017, p. 12), o que potencialmente pode ser um fator gerador de tensões entre culturas diferentes.

Em Portugal, em final dos anos 1990 e início de 2000, assistiu-se a algum dinamismo desta cultura alternativa, especialmente em Lisboa e no Porto. O Norte, aliás, contou com uma comunidade muito ativa, tendo a discoteca *Heavens* sido uma referência para os góticos do norte do país, a par com a loja de discos *Division House*, em Oliveira de Azeméis, responsável pela organização de muitos dos concertos em Portugal de bandas de referência desta subcultura. Lisboa concentra parte significativa dos góticos portugueses, albergando também o grupo *Phantom Vision*, aquela que, provavelmente, é a mais conhecida banda nacional do género ainda no ativo. Também na capital encontra-se a *Equilibriummusic* que também tem tido um papel importante no panorama nacional enquanto distribuidora da música de muitas das bandas desta cultura alternativa, e também através do seu papel enquanto editora de alguns projetos nacionais e internacionais. Outra forma de divulgação da subcultura deu-se até inícios de 2000 através da organização de *Dark Nights* em bares e discotecas em várias cidades do país. Estes eventos eram organizados, por norma, por membros desta subcultura provenientes de Lisboa ou do

Porto e constituíam-se como uma possibilidade de levar a cultura gótica até cidades mais pequenas onde havia menos membros.

Mas é em Leiria que, fora dos dois grandes centros nacionais, esta subcultura tem conhecido considerável atividade. O festival Entremuralhas é organizado pela Associação Cultural *Fade In*, que desde há 20 anos organiza em Leiria concertos e espetáculos com bandas ligadas a esta cultura alternativa, dinamizando um dos seus responsáveis, desde há muitos anos, um programa de rádio, que atualmente ocorre *online*, que dá a conhecer música e bandas da subcultura em questão. O festival conheceu a sua primeira edição em agosto de 2010 e tem-se realizado anualmente. Ao longo dos últimos dez anos, o evento registou crescimento e notoriedade assinaláveis e saltou as muralhas do castelo de Leiria (onde começou por se realizar) para a cidade, tornando-se, entretanto, um dos eventos internacionais de referência da cultura gótica.

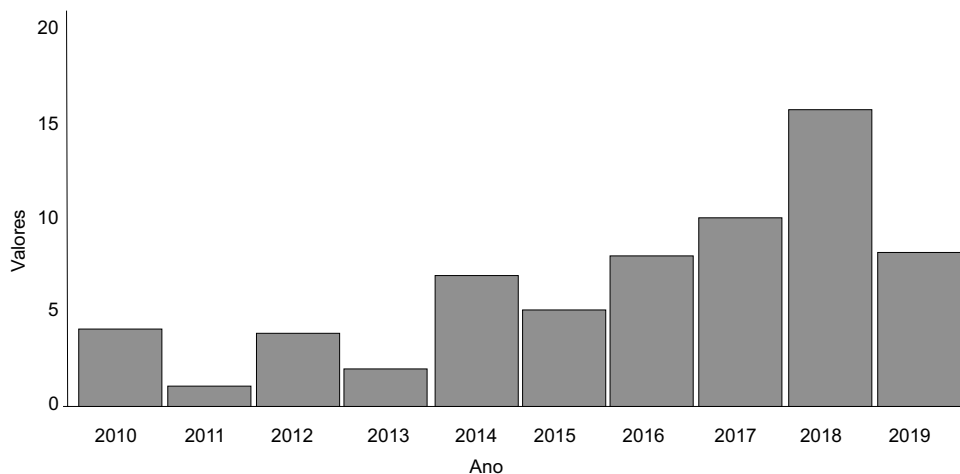
## Metodologia

Este trabalho teve por base a análise de documentos relativamente ao festival Entremuralhas produzidos pela Câmara Municipal de Leiria (CML) e por organismos oficiais de promoção e divulgação do turismo do Centro e que se encontram disponibilizados *online* ou publicados em formato impresso. Além destes documentos, fez-se também uma pesquisa ao conjunto de notícias relativas ao festival Entremuralhas publicadas entre 2010 (primeira edição) e 2019 (última edição) nos *sites* de jornais locais e nacionais e também em *sites* de música. Dedicou-se especial atenção aos artigos/notícias com entrevistas/declarações dos organizadores e participantes do evento relativamente à experiência vivida e intenções do festival, tendo-se, igualmente, feito uma análise às caixas de comentários dos diversos meios de comunicação *online* pesquisados. Para confrontar as informações obtidas através da análise destes documentos com as perceções da comunidade gótica em relação à importância e ao impacto do festival para a sua vivência subcultural, solicitou-se que alguns membros desta comunidade respondessem a um pequeno inquérito construído na plataforma eletrónica *Google Forms*.

## Resultados

### *Notícias e referências ao festival Entremuralhas*

Procedeu-se ao levantamento de todas as notícias e referências ao festival verificadas no período compreendido entre 2010 e 2019. Para tal, efetuou-se a procura no motor de busca eletrónico *Google* recorrendo à expressão *Festival Entremuralhas*.



**Figura 1** Notícias e referências online ao festival Entremuralhas entre 2010-2019

Identificaram-se 65 notícias e referências, observando-se um aumento consistente do número de ocorrências ao longo das dez edições do evento, com especial destaque para o ano 2018, altura em que o festival saiu do castelo e passou a realizar-se um pouco por toda a cidade (Figura 1).

### *Análise*

Da análise dos documentos que a Câmara de Leiria produziu, constata-se que o festival tem sido considerado como um dos eventos mais importantes para a promoção da cidade. Isso fica patente quando se lê que:

(...) O “Festival Gótico Entremuralhas” é um evento turístico com repercussões a nível mundial que tem obtido um enorme sucesso de caráter sociocultural e económico, essencialmente, na cidade de Leiria.

Esta reedição é a demonstração de que o nome da cidade de Leiria tem viajado por inúmeros países, sendo estes três dias um importante marco não só para a notoriedade positiva de Leiria como também um estímulo para a economia local, nomeadamente a hotelaria e restauração (Valentim, Manuel, Marques, Madureira & Marques, 2017, p. 36)

Percebe-se, através deste excerto, que o poder local entende o festival como sendo positivo para a notoriedade e imagem da cidade, gerando também “benefícios



económicos e culturais para o concelho” como afirma o vereador Gonçalo Lopes, responsável pela cultura em Leiria em 2014 e atual presidente do município (Diário de Leiria, 2014). O anterior presidente da Câmara Municipal, Raul Castro, referia-se em 2017 ao festival Entremuralhas como um dos eventos que trazia mais gente de fora do país a Leiria, afirmando que o evento “conquistou o estatuto de cabeça de cartaz da programação cultural da cidade” (Expresso, 2017), algo nada despiciendo se tivermos em conta a candidatura que o respetivo município desenvolve atualmente para ser Capital Europeia da Cultura em 2027.

O festival funciona, portanto, como forma de colocar em contacto culturas distintas. Os restantes membros da comunidade de Leiria, ao terem a oportunidade de imergir na cultura alternativa por alguns dias, podem obter um melhor conhecimento de algo que lhes parece estranho e impregnado de estereótipos. Nesse sentido, atente-se à afirmação que o festival “seduz os habitantes de Leiria a vestirem as suas roupas e rendas negras” (Jornal de Leiria, 2016), residentes que são apresentados como sendo “pessoas simpáticas, dispostas a ajudar e até já se habituaram às centenas de góticos que por lá passam em Agosto” (Ultraje.pt, 2016).

Importa destacar que Leiria é atualmente “considerada pelos forasteiros uma cidade socialmente e culturalmente vanguardista e emancipada”, destacando-se a importância do impacto do festival em “tornar Leiria numa boa notícia nacional e internacionalmente e, sobretudo, pela responsabilidade que tem tido na transformação do olhar que cada um de nós tem tido perante o que é culturalmente/socialmente diferente e não *mainstream*”, afigurando-se como um caminho para a abertura de mentes (Jornal de Leiria, 2016).

O festival, mais do que ser apenas um momento ritual de encontro da comunidade gótica, tem também sido utilizado como meio de aproximação entre culturas. O facto de ele se realizar, durante várias edições, no interior do castelo acabava por não permitir que a restante comunidade pudesse contactar de perto com o evento, pelo que surgiu, em 2014, a vontade de levar alguns espetáculos para fora do recinto do festival, abrindo a programação à restante comunidade através de um concerto gratuito para permitir “desfazer os preconceitos que subsistem em torno do rótulo de festival gótico” (Região de Leiria, 2013). A ideia de recorrer ao evento para colocar em contacto culturas que convivem em tensão parece ser uma constante, como atesta o lema da edição 2014: “Entremuralhas — Porque uma experiência vivida é bem diferente de uma contada” (Região de Leiria, 2013). A caixa de comentários do site desta notícia é bem ilustrativa da oportunidade que os eventos culturais constituem ao colocar em contacto diferentes culturas: “Eu por exemplo tenho imensa curiosidade em ver como é o ambiente e assim, mas como não faço parte da “cultura gótica não me compensa comprar um bilhete” ou ainda “Eu

também tenho curiosidade em ver o ambiente dum festival como este, muitos metaleiros são descriminados, por se inserir numa cultura como esta e assim, podia se quebrar, a tal barreira psicológica” [transcrição literal dos comentários] (Região de Leiria, 2013).

As notícias que se vão publicando sobre o evento demonstram que a comunidade leiriense vai-se envolvendo com o festival, pelo menos em termos económicos, como fica claro quando se lê numa das notícias que, finalmente, ao fim de sete edições, existe uma procura pró-ativa por parte de alguns parceiros do festival, nomeadamente da hotelaria e da restauração, em associarem-se de forma mais incisiva ao festival (Jornal de Leiria, 2016).

Mas nem todas as tensões conseguem ser ultrapassadas. Em 2018, devido a obras de requalificação no Castelo de Leiria, o festival realizou-se fora daquele espaço em vários equipamentos e lugares da cidade. Se, por um lado, isto permitiu colocar os residentes de Leiria em contacto direto com o festival, também deixou transparecer alguns dos estereótipos que persistem em relação à subcultura. Um dos momentos dessa tensão prendeu-se com a mudança de dois concertos inicialmente agendados para uma antiga igreja dessacralizada convertida em espaço cultural. A razão dessa mudança surgiu na sequência da polémica ocorrida uns meses antes com a realização de um espetáculo do festival Metadança, também em Leiria, e que, no entender de alguns vereadores da oposição e de entidades religiosas da cidade, foi atentatório do espaço em causa (dessacralizado), pois os bailarinos apresentaram-se em trajes considerados não adequados ao espaço em questão (Diário de Notícias, 2018a; Sapo.pt, 2018). O executivo camarário, coorganizador do Entremuralhas, determinou a mudança daqueles dois espetáculos para outro lugar, mantendo o seu papel de parceiro do festival. Registe-se a declaração de Carlos Matos, da direção da *Fade In*, coorganizadora do evento, afirmando que por ele nunca mudaria os concertos de lugar, pois eles nada tinham de ofensivo e que a censura artística era absurda, lembrando os 25 anos que vem levando de luta pela mudança de mentalidades na cidade, mas que parece não conseguir efeitos perante o “clero radical” (Sapo.pt, 2018). Este é um exemplo de como nestas lutas de poder a cultura dominante consegue exercer a sua influência e impor-se à cultura que lhe está à margem.

Na caixa de comentários de uma das reportagens da edição 2018 um leitor repudia o que considera “a incompetência e o sentido de dar nas vistas sem fazer nada” dos festivaleiros, defendendo que quem é competente na vida e no trabalho “não precisa de se tatuar nem colocar piercings para dar nas vistas”. O comentário obteve réplica de outro leitor que recordou o caráter competente da equipa de amadores que organiza o festival e salientando que também o público do festival tem

“de ser competente nas suas profissões para suportar as viagens, estadias, refeições e afins” e dinamizarem “a economia de uma região” que, afinal, não é “só Fátima” (TSF, 2018). Ainda na mesma caixa de comentários, outro leitor, em resposta a outra observação que rotula os organizadores e participantes do Entremuralhas de “mentes reprimidas” alude ao episódio da mudança dos dois concertos da edição desse ano, denunciando que essas mentes podem ser encontradas na igreja “que no séc. XXI ainda se acha no papel de censor e no direito de castrar a cultura segundo os seus padrões e interesses ou das pessoas que julgam o caráter, os princípios ou o profissionalismo de outras pelo aspeto”.

Numa leitura daquela que se entendeu ser uma das mais completas notícias sobre o festival (Diário de Notícias, 2018b) é possível identificar algumas expressões que se enquadram em três diferentes categorias de análise identificadas: *i) promoção da cidade; ii) preconceitos em relação à comunidade gótica; iii) argumentos contra os preconceitos*. Na Tabela 1 apresentam-se os excertos mais significativos identificados em relação a cada uma destas categorias, destacando-se a negrito as palavras e expressões consideradas mais pertinentes para esta análise.

**Tabela 1** Análise de notícia com base em três categorias

Categorias		
Promoção da cidade	Preconceitos em relação aos góticos	Argumentos contra os preconceitos
“...encontram-se por ali os amantes de um certo estilo musical, pois que sabem ser o único festival em Portugal onde é possível ver e ouvir “aquela” música”	“...no dia em que a organização faz o seu primeiro teste fora das muralhas, onde o público – gótico, na sua maioria – estava “mais protegido”.	“Na verdade, música e estética casam num registo “muito trabalhado e rebuscado”, tal como a própria arquitetura”
“...o castelo era o enquadramento perfeito para três dias de negro e de música, para um público que começou a ir a Leiria antes mesmo dos concertos se organizarem em festival”	“...uma súbita indignação de alguns setores da sociedade - a propósito de um recente espetáculo de dança considerada erótica - fez a câmara recuar na cedência do espaço”	“Acredito que os habitantes de Leiria e os visitantes vão ficar surpreendidos com a música, e comprovar que afinal não é nem inacessível nem extraordinariamente agressiva, como se faz crer”
“...quando a associação e a Câmara de Leiria, em conjunto, decidiram “resgatar o castelo de uma penumbra onde estava já há muitos anos”	“...as tais forças ocultas continuam a olhar para nós como se fôssemos uns diabinhos, o que é absolutamente inaceitável”	“...estamos a falar de público que vem de muitos sítios da Europa, que trazem filhos, que são advogados, médicos, engenheiros, operários, não interessa. Que são católicos, na sua maioria”
“...é a mesma cidade que está a candidatar-se a Capital Europeia da Cultura, e que se habituou a ver as esplanadas da Praça Rodrigues Lobo vestidas de negro”	“...não foi o estilo de música que foi censurado. Foi o tipo de público...”	“...vão sempre “outros artistas que não são góticos”

### Evolução do discurso

Tomando como referência as notícias publicadas nos anos 2010, 2013 e 2018, correspondentes às edições que foram consideradas, pelos elementos da *Fade In*, momentos-chave do evento<sup>1</sup>, identificaram-se notícias onde pudessem ser encontradas declarações tanto de organizadores ligados à *Fade In* como à CML. O intuito foi observar qual a evolução ocorrida no discurso proferido por ambos os parceiros em relação aos propósitos e objetivos do festival. Foi possível identificar duas linhas de abordagem: da parte da *Fade In*, responsável pela programação musical e cultural, o enfoque incide em dar a conhecer a cultura alternativa, desfazendo alguns estereótipos que lhe estão associados. Da parte dos organizadores da CML, o foco parece ter estado sempre mais do lado da possibilidade de utilizar o festival como forma de promoção da cidade (Tabela 2).

**Tabela 2** Evolução do discurso dos organizadores (*Fade In* e CML) nos anos 2010, 2013 e 2018

2010		2013		2018	
<i>Fade In</i>	CML	<i>Fade In</i>	CML	<i>Fade In</i>	CML
“O Entremuralhas – Festival Gótico realiza-se a 27 e 28 e pretende “desmistificar” algumas ideias “erradas” sobre o “movimento gótico” (Região de Leiria, 2010)	“Este é um festival único, que vai <b>projetar o concelho de Leiria e a cultura pelo país e além-fronteiras</b> ” (Região de Leiria, 2010)	“Não está também de fora a hipótese – e dependendo dos apoios que venhmos a ter – de haver um dia zero com um concerto gratuito acessível a todos os leirienses que queiram, definitivamente, participar neste evento que, <b>apesar de já ter derrubado muitas barreiras psicológicas, continua a ser alvo de algumas interpretações que não correspondem à sua essência.</b> ” (Região de Leiria, 2013)	“...à quarta edição o <b>Entremuralhas cimentou-se, definitivamente, como um evento que coloca Leiria na rota dos grandes eventos culturais nacionais e internacionais.</b> ” (Região de Leiria, 2013)	“Todos vão poder ver artistas que normalmente vão ao Entremuralhas e centenas de <b>pessoas que nunca foram ao festival, por preconceito, medo ou impossibilidade económica ou até física, vão ter uma pequena amostra do que acontece entremuralhas e acontecerá agora extramuralhas.</b> ” (SIC Notícias, 2018)	“Vamos ter muita gente a visitar Leiria, além dos habituais visitantes do festival. <b>Podemos mudar o paradigma, o cenário, a beleza, no que diz respeito à relação com a cidade.</b> ” (SIC Notícias, 2018)

### *Percepções da comunidade gótica*

Com o intuito de complementar as informações resultantes da análise de notícias e documentos com as percepções dos membros da subcultura em relação à importância do festival para a sua vivência diária enquanto góticos, foram inquiridos nove elementos desta comunidade.

Todos os respondentes, à exceção de um, manifestam terem níveis de envolvimento com a cultura gótica consideráveis e em dois casos o festival Entremuralhas desempenhou um papel importante para essa relação. Cinco dos respondentes são de Leiria ou concelhos limítrofes e os restantes de outros pontos do país.

Os esterótipos com que mais vezes têm de lidar na sua vivência diária prendem-se com a roupa e o estilo, que motivam comentários devido à cor *negra* predominante, mas também aos *folhos* e aspeto *vitoriano* de algumas das roupas. É em relação à personalidade que mais vezes os inquiridos lidam com qualificações, sendo chamados de *depressivos*, *deprimidos*, *estranhos*, *misteriosos* e *mórbidos*. Referem também outros termos com que têm de lidar como *satânicos*, *drogados*, *vampiros*, mas também *boneca* ou *princesa*. Quando se coloca a questão em relação às tensões que ocorrem entre os góticos e a restante comunidade de Leiria, a esmagadora maioria afirma que não experencia essa tensão, antes sentimentos de estranheza ou de curiosidade. É interessante verificar que os dois únicos casos que informam focos de tensão (relacionados com a religião e com a estereotipização feita pelos mais jovens) são da zona de Leiria, o que parece indiciar que durante o festival este tipo de tensões não se faz sentir.

Todos revelam que o festival é importante para eles próprios e para a comunidade gótica, pelo seu caráter único, pelo ambiente e pela possibilidade de assistir a concertos de bandas conhecidas ou novas que de outra forma não conseguiriam. Uma das inquiridas afirma que, para ela, o evento “é um ambiente em que me sinto aceite por quem sou, sem rótulos”, reforçando a ideia de *communitas* que este tipo de eventos permite aos seus participantes. Esta ideia é afirmada também por outra das inquiridas:

...no caso da comunidade a grande importância passa por ser um festival gótico o que dá a oportunidade à comunidade de se juntar, partilhar momentos, conhecer pessoas com os mesmos gostos que provavelmente grande parte como eu não teriam a oportunidade se não fosse o festival.

Quando se procura saber se os inquiridos sentem mudanças na relação com a comunidade local decorrentes do festival, há uma forte tendência para reconhecer que se tem assistido a uma maior abertura e interesse pela cultura gótica e que o

festival tem sido algo positivo para a cidade, mobilizando a restante comunidade local, que aguarda com expectativa a realização do evento seguinte. Na Tabela 3 são apresentadas as transcrições das respostas dos participantes a esta questão.

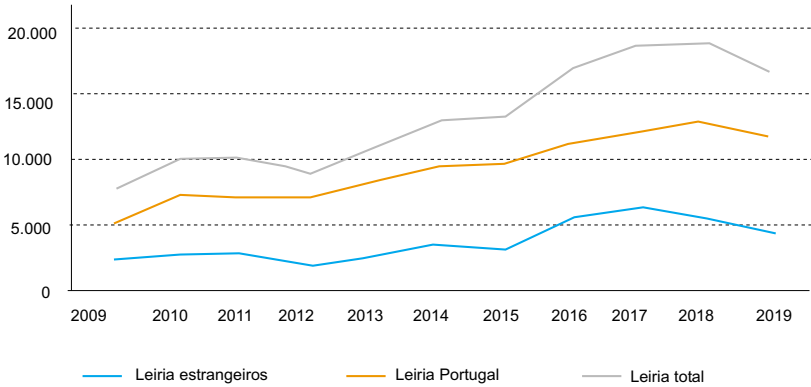
**Tabela 3** Respostas dos inquiridos em relação à evolução da relação da comunidade local com a comunidade gótica

"Sinto ano após ano sempre mais abertura"	"Eu acho que sim, mas não tenho a certeza pois não pertencia à comunidade antes de ir ao festival."	"Sempre responderam bem. E continuam a responder bem. E de ano para ano noto que estão tão ansiosos quanto os que participam no festival."	"Mudou ao longo dos anos, pois o festival trouxe riqueza à cidade e diversidade."
"Todos são aceites com respeito"			
"Mudou muito. A estranheza e o preconceito foram-se dissipando ao longo dos anos graças ao convívio entre ambas as comunidades."	"Acho que tem melhorado, é bom para a economia e mentalidade local e é um bom espaço para quem quer visitar e ir ao evento."	"Mudou e de uma maneira engraçada e positiva; as pessoas falam-me várias vezes sobre o festival, ou se vou ou questionam se sou gótica, que gostam de ver as pessoas a passar vestidos a rigor."	"Sim, se calhar, não sei porque nunca conversei com ninguém, mas provavelmente olham com outros olhos."

Todos afirmam que o impacto para Leiria tem sido muito positivo e que o festival se constitui já como uma *marca cultural* da cidade, que permite a Leiria *distinguir-se culturalmente das outras capitais de distrito*, dando um contributo importante para a *evolução do turismo da cidade*, uma vez que *traz muitas pessoas de outros países*, colocando a cidade *no mapa de artistas internacionais* e conferindo *visibilidade mundial* a Leiria, transformando o evento em *marco e símbolo da cidade*.

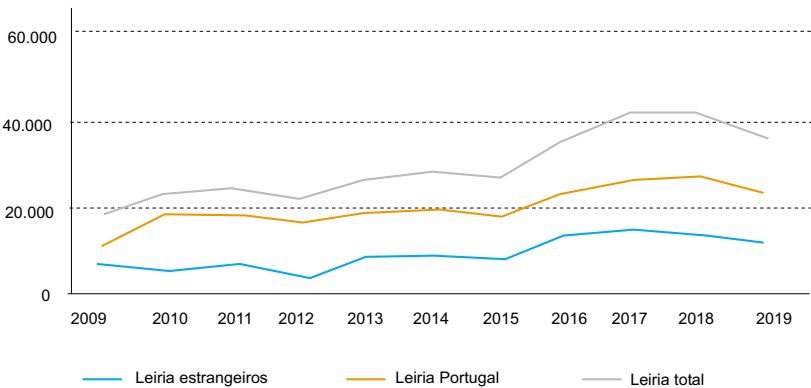
### *Impacto económico do festival*

Embora se tenha procurado perceber o impacto económico do festival para Leiria, a inexistência de dados desagregados não permitiu realizar esse exercício. Ainda assim, no que respeita ao número de hóspedes e dormidas em Leiria no mês de agosto observa-se um aumento desde 2010<sup>2</sup>. Importa referir que na edição de 2015 surgiu a necessidade de encontrar um espaço alternativo ao alojamento tradicional (hotéis, pensões e AL) para conseguir albergar todos os festivaleiros. Como se pode observar numa notícia divulgada na altura<sup>3</sup>, o Estádio de Leiria foi preparado para acolher 40 festivaleiros, informação que demonstra o impacto do evento na capacidade de alojamento existente na cidade. A evolução das dormidas e hóspedes durante o mês do festival é apresentada nas Figuras 2 e 3.



**Figura 2** Evolução dormidas Leiria Agosto 2010-2019

Fonte: INE (dados definitivos), cedido por Turismo de Portugal.



**Figura 3** Evolução hóspedes Leiria Agosto 2010-2019

Fonte: INE (dados definitivos), cedido por Turismo de Portugal.

## Conclusões

Os festivais assumem um protagonismo importante para gerar imaginários que capitalizam a economia simbólica das cidades, uma vez que são momentos privilegiados de contacto entre culturas diferentes que permitem construir imagens de maior cosmopolitismo, diversidade e tolerância.

Os eventos culturais oferecem a possibilidade de colocar em contacto, ainda que por períodos relativamente curtos, culturas diferentes, permitindo que esse imergir momentâneo na cultura desconhecida permita desfazer alguns dos estereótipos

previamente criados. A análise das notícias e outros documentos publicados durante as dez edições do festival gótico Entremuralhas permite identificar duas abordagens diferentes no tocante aos objetivos do evento no que concerne aos seus dois organizadores. Por um lado, os responsáveis da *Fade In* procuram dar a conhecer à comunidade local uma cultura alternativa marcada por estereótipos e preconceitos. A Câmara Municipal de Leiria norteia a sua associação ao festival pela vontade de participar num projeto que dê visibilidade à cidade e ajude a inscrevê-la no roteiro dos espaços de cultura ao nível nacional e internacional.

A análise documental permite perceber que o festival Entremuralhas colocou Leiria no rota dos festivais de música gótica, criando um espaço para a música alternativa e contribuindo para a promoção da cidade, constituindo-se atualmente como um dos principais marcos culturais da cidade. Os testemunhos da comunidade gótica revelam que se vai assistindo a uma maior abertura e interesse por parte da comunidade local em relação a esta cultura e a este evento.

Conclui-se que a o festival Entremuralhas tem contribuído para uma aproximação entre cultura dominante e alternativa em Leiria. Não obstante esta aproximação, episódios como o da mudança de local dois espetáculos na edição do Entremuralhas 2018 indiciam que persistem ainda tensões e subsistem alguns preconceitos por parte de algumas pessoas em relação a esta subcultura, havendo ainda um caminho a trilhar até que a comunidade gótica de Leiria consiga fazer a sua transição da margem para o centro.

## Agradecimentos

A Miguel Silva, por proporcionar o acesso aos respondentes do inquérito; e ao Turismo de Portugal, por fornecer os dados relativos às dormidas e hóspedes de Leiria.

## Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Informação resultante de uma entrevista exploratória feita no âmbito da preparação do trabalho de campo para a Tese de Doutoramento, atualmente em curso, do autor deste artigo intitulada Culturas entre Muralhas. (Sub)Culturas e Estilos de Vida alternativos nas pequenas Cidades: o Festival Entremuralhas e os Góticos em Leiria.
- 2 Estes dados devem ser lidos com o necessário distanciamento, pois tratam-se de dados respeitantes a todo o mês de agosto e não apenas aos dias do evento.



- 3 O vídeo completo desta notícia pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=5hzp9bh-pow> consultado em 24 de novembro 2020.

## Referências

- Abreu, P. (2001). Públicos culturais nas cidades ou das cidades? Algumas observações a partir de um estudo comparado em cidades portuguesas. In M. A. Pinheiro, L. V. Baptista & M. J. Vaz (Eds.), *Cidade e metrópole. Centralidades e marginalidades* (1ª ed.) (pp. 159-170). Oeiras: Celta Editora.
- Abreu, P., & Ferreira, C. (2016). Apresentação: A cidade, as artes e a cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (67), 3-6.
- Antunes, C. (2020, 3 de fevereiro). Boom Festival gera 55 milhões de euros no interior. *Expresso* 2466, Caderno Economia, p. 14.
- Baker, A. (2019). *The great music city exploring music, space and identity*. Cham: Pallgrave Macmillan.
- Becker, H. (1973). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Nova Iorque: The Free Press.
- Becker, H. (1997). The Culture of a deviant group: The “jazz” musician. In K. Gelder & S. Thornton (Eds.), *The subcultures reader* (pp. 55-65). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bennett, A. (2004). Consolidating the music scenes perspective. *Poetics*, 32, 223-234. doi:10.1016/j.poetic.2004.05.004
- Bennett, A., Taylor, J., & Woodward, I. (2014). *The festivalization of culture*. Surrey e Burlington: Ashgate Publishing Limited.
- Bennett, A., & Woodward, I. (2014). Festival spaces, identity, experience and belonging. In *The festivalization of culture* (pp. 11-25). Surrey e Burlington: Ashgate Publishing Limited.
- Berzano, L., & Genova, C. (2015). *Lifestyle and subcultures – History and a new perspective*. Nova Iorque e Oxon: Taylor and Francis.
- Brake, M. (1995). *Comparative youth culture: The sociology of youth culture and youth subcultures in America, Britain and Canada*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Brás, N., Mendes, J., Guerreiro, M., & Sequeira, B. D. (2019). How do residents experience their own festivals? In J. Mair (Ed.), *The Routledge handbook of festivals* (pp. 263-272). Abingdon e Nova Iorque: Routledge.
- Brill, D. (2008). *Goth culture: Gender, sexuality and style*. Oxford: BERG.
- Chalcraft, J., Delanty, G., & Sassatelli, M. (2014). Varieties of cosmopolitanism in art festivals. In A. Bennett, J. Taylor & I. Woodward (Eds.), *The festivalization of culture* (pp. 109-129). Surrey e Burlington: Ashgate Publishing Limited.
- Daskalaki, M., & Mould, O. L. I. (2013). Beyond urban subcultures: Urban subversions as rhizomatic social formations. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37, 1-18. doi:10.1111/j.1468-2427.2012.01198.x

- Diário de Leiria. (2014). Entremuralhas aumentou a notoriedade de Leiria a nível nacional e internacional. *Diário de Leiria*, p. 2.
- Diário de Notícias. (2018a, 10 de agosto). Depois da polémica da dança, a música gótica fica fora de igreja de Leiria. *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt/cultura/interior/depois-da-polemica-da-danca-a-musica-gotica-fica-fora-de-igreja-de-leiria-9706135.html>
- Diário de Notícias. (2018b, 25 de agosto). Extramuralhas: Leiria vestida a rigor para o maior festival gótico da Europa. *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/25-ago-2018/extramuralhas-leiria-vestida-a-rigor-para-o-maior-festival-gotico-da-europa-9759349.html>
- Evans, G. (2011). Cities of culture and the regeneration game. *London Journal of Tourism, Sport and Creative Industries*, 5(6), 5-18.
- Expresso. (2017). Dossiê especial Expresso. *Expresso*, (2326).
- Fauquet-Alekhine, P. (2015). Clothing-based discrimination at work: The case of the goth subculture. *British Journal of Education, Society & Behavioural Science*, 13(4), 1-16. doi:10.9734/bjesbs/2016/21592
- Ferreira, C. (2010). Cultura e regeneração urbana: Novas e velhas agendas da política cultural para as cidades. *Revista TOMO*, 0(16), 29. doi:10.21669/tomo.v0i16.518
- Fischer, C. S. (1975). Toward a subcultural theory of urbanism. *American Journal of Sociology*, 80(6), 1319-1341. doi:10.1086/225993
- Fortuna, C. (2016). Recensão: Lisboa Multicultural [M. Margarida Marques (org.), 2014, Lisboa, Fim de Século]. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 167-170. doi:10.7458/spp2016827404
- Garland, J., & Hodkinson, P. (2014). "F\*\*king freak! What the hell do you think you look like?": Experiences of targeted victimization among goths and developing notions of hate crime. *British Journal of Criminology*, 54(4), 613-631. doi:10.1093/bjc/azu018
- Gelder, K. (2007). *Subcultures. Cultural histories and social practice*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Gelder, K., & Thornton, S. (1997). *The subcultures reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Goodland, C. M. E., & Bibby, M. (2007). *Undead goth subculture*. Londres: Duke University Press.
- Goulding, C., & Saren, M. (2016). Transformation, transcendence, and temporality in theatrical consumption. *Journal of Business Research*, 69(1), 216-223. doi:10.1016/j.jbusres.2015.07.034
- Guerra, P. (2010). *A instável leveza do Rock. Gênese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal (1980-2010)*. Universidade do Porto, Porto.
- Guerra, P., & Moura, L. A. (2016). Uma outra Sonic youth: A gênese do barulho nas Caldas da Rainha. In *IS Working Papers* (Vol. 3).
- Haenfler, R. (2014). *Subcultures the basics*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hall, S. (2001). Cultural studies. In S. Seideman & J. C. Alexander (Eds.), *The new social theory reader* (pp. 88-100). Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Hall, S., & Jefferson, T. (2003). *Resistance through rituals youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Taylor & Francis.
- Healey, K., & Fraser, L. (2017). A common darkness: Style and spirituality in Goth subculture. *Journal of Popular Music Studies*, 29(3), 1-14. doi:10.1111/jpms.12231
- Hebdige, D. (2005). *Subculture the meaning of style*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hodkinson, P. (2002). *Goth. Identity, style and subculture*. Oxford e Nova Iorque: BERG.
- Hoffert, J., & Nym, A. (Eds.). (2011). *Black celebration: 20 Jahre Wave-Gotik-Treffen* (1. Aufl.). Leipzig: Plöttner.
- Humberstone, K. (2011). Monumentum II. In J. Hoffert & A. Nym (Eds.), *Black celebration* (pp. 136-144). Leipzig: Plöttner.
- Innerarity, D. (2006). *O novo espaço público*. Alfragide: Teorema.
- Issit, M. L. (2011). *GOTH: A Guide to an American subculture*. Santa Barbara, Denver e Oxford: Greenwood.
- Jornal de Leiria. (2016, 25 de agosto). Quem diria que o negro pode ser tão colorido? *Jornal de Leiria*. Disponível em <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/quem-diria-que-o-negro-pode-ser-tao-colorido-4858>
- Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Lopes, J. T. (2000). *A cidade e a cultura, um estudo sobre as práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Martin, S. (2002). Gothic scholars don't wear black: Gothic studies and gothic subcultures. *Gothic Studies*, 4(1), 28-43. doi:10.7227/g.s.4.1.3
- Matzke, P., Seeliger, T., & Stieg, E. (Eds.). (2000). *Gothic* (2.<sup>a</sup> ed.). Berlim: Schwarzkopf & Schwarzkopf.
- Muggleton, D. (2000). *Inside subculture the postmodern meaning of style*. Oxford e Nova Iorque: Berg.
- Muggleton, D., & Weinzierl, R. (2003). *The Post-subcultures reader*. Oxford e Nova Iorque: Berg.
- Newman, S. (2018). *The evolution of the perceptions of the goth subculture*. Johnsons e Wales University.
- Redhead, S. (1997). *Subcultures to clubcultures. An introduction to popular cultural studies*. Oxford e Massachusetts: Blackwell Publishers Inc.
- Região de Leiria. (2010, 9 de agosto). Castelo de Leiria recebe festival internacional de música gótica. *Região de Leiria*. Disponível em <https://www.regiaodeleiria.pt/2010/08/castelo-de-leiria-recebe-festival-internacional-de-musica-gotica/>
- Região de Leiria. (2013, 28 de agosto). Entremuralhas 2014 pode ter concerto grátis para derrubar “barreiras psicológicas”. *Região de Leiria*. Disponível em <https://www.regiaodeleiria.pt/2013/08/entremuralhas2014/>
- Richards, G. (2015). Events in the network society: The role of pulsar and iterative events. *Event Management*, 19(4), 553-566. doi:10.3727/152599515X14465748512849
- Richards, G., & Palmer, R. (2010). *Eventful cities. Cultural management and urban revitalisation*. Oxford e Burlington: Elsevier.

- Sandercock, L. (2003). *Cosmopolis II Mongrel Cities in the 21st Century*. Londres e Nova Iorque: Continuum.
- Sapo.pt. (2018, 13 de agosto). Festival Entremuralhas marcado por saída de concertos de igreja de Leiria. SAPO 24. Disponível em <https://24.sapo.pt/vida/artigos/festival-entremuralhas-marcado-por-saida-de-concertos-de-igreja-de-leiria>
- SIC Notícias. (2018, 9 de fevereiro). Festival gótico de Leiria sai do castelo e muda nome. SIC Notícias. Disponível em [//sicnoticias.pt/cultura/2018-02-09-Festival-gotico-de-Leiria-sai-do-castelo-e-muda-nome](http://sicnoticias.pt/cultura/2018-02-09-Festival-gotico-de-Leiria-sai-do-castelo-e-muda-nome)
- Siegel, C. (2005). *Goth's dark empire*. Bloomington e Indianapolis: Indiana Press.
- Spracklen, K., & Spracklen, B. (2014). The strange and spooky battle over bats and black dresses: The commodification of Whitby Goth Weekend and the loss of a subculture. *Tourist Studies*, 14(1), 86-102. doi:10.1177/1468797613511688
- Spracklen, K., & Spracklen, B. (2018). *The evolution of Goth culture: The origins and deeds of the new Goths* (1<sup>st</sup> ed.). Reino Unido/ América do Norte: Emerald Publishing.
- Thornton, S. (1995). *Club cultures music, media and subcultural capital*. Cambridge: Polity Press.
- TSF. (2018, 24 de agosto). Góticos, punks e xamãs. O festival que primeiro estranha-se, depois entranha-se. TSF. Disponível em <https://www.tsf.pt/sociedade/interior/goticos-punks-e-xamas-o-festival-que-primeiro-estranha-se-depois-entranha-se-9758533.html>
- Ultraje.pt. (2016, 27 de julho). As razões para irmos ao Entremuralhas – 25/26/27 Agosto. Leiria. *Ultraje*. Metal & Rock Online. Disponível em <https://ultraje.pt/entremuralhas2016-preview/>
- Ulusoy, E. (2016). Subcultural escapades via music consumption: Identity transformations and extraordinary experiences in Dionysian music subcultures. *Journal of Business Research*, 69(1), 244-254. doi:10.1016/j.jbusres.2015.07.037
- Valentim, M. F., Manuel, V., Marques, L., Madureira, Á. J., & Marques, D. R. (2017). *Município de Leiria Ata n.º 18/17* (Vol. 1079).
- Williams, J. P. (2014). Subcultures and Deviance. In M. Dellwing, J. Kotarba & N. Pino. (Eds.), *The death and resurrection of deviance* (pp. 108-121). Hampshire e Nova Iorque: Pallgrave Macmillan UK.
- Williams, J. P. (2019). Subculture's not dead! Checking the pulse of subculture studies through a review of 'subcultures, popular music and political change' and 'youth cultures and subcultures: Australian perspectives'. *YOUNG*, 27(1), 89-105. doi:10.1177/1103308818761271
- Wirth, L. (2001). O urbanismo como modo de vida. In C. Fortuna (Ed.), *Cidade, cultura e globalização* (2<sup>a</sup> ed.) (pp. 45-65). Oeiras: Celta Editora.
- Wynn, J. R., & Yetis-Bayraktar, A. (2016). The sites and sounds of placemaking: Branding, festivalization, and the contemporary city. *Journal of Popular Music Studies*, 28(2), 204-223. doi:10.1111/jpms.12169

- Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Massachusetts e Nova Iorque: Blackwell Publishing.
- Zukin, S. (2014, setembro). *Dialogue on urban cultures: Globalization and culture in an urbanizing world*. Comunicação apresentada no World Urban Forum, 2ª Edição, Barcelona. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.200.8998>

**Data de submissão:** 11/06/2020 | **Data de aceitação:** 04/02/2021



# REDES DE USUÁRIOS-CULTIVADORES DE CANNABIS NO BRASIL MÓBEIS MORAIS E RELAÇÕES SOCIAIS

## CANNABIS USERS-GROWERS NETWORKS IN BRAZIL MORAL MOBILES AND SOCIAL RELATIONS

*Marco Vinicius de Castro*

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n – São Pedro, 36036-900 Juiz de Fora – MG, Brasil.  
E-mail: marco.castro@estudante.ufjf.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0956-0613>

*Paulo Cesar Pontes Fraga*

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n – São Pedro, 36036-900 Juiz de Fora – MG, Brasil.  
E-mail: paulo.fraga@ufjf.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9140-8586>

**Resumo:** Este artigo parte do objetivo de estudar atores que cultivam a própria maconha para uso social-recreativo e, a partir disso, verificar a hipótese se suas ações, interações e associações suscitam efeitos morais. A partir de um trabalho de campo realizado em uma cidade do interior do Brasil e baseado no método etnográfico entre usuários que cultivam a própria maconha, observa-se que tais atores firmam uma vida moral de gênero único e configuram redes morais e relações sociais através de suas práticas. Logo, o plantio caseiro da própria maconha é considerado como uma fonte de relações morais *sui generis*, assim como um sentimento moral legítimo de libertação em relação às repressões formais e informais que esses atores sofrem.

**Palavras-chave:** moralidade, atores, cultivadores, cannabis.

**Abstract:** This article focuses on actors who grow their own marijuana for social-recreational use to assess whether their actions, interactions and associations give rise to moral effects. Based on ethnographic fieldwork carried out in a city in the interior of Brazil it is observed that such users who grow their own marijuana establish a single form of moral life and configure moral networks and social relationships through their practices. Therefore, the home planting of marijuana itself is considered as a source of *sui generis* moral relations, as well as a legitimate moral feeling of liberation from formal and informal repressions that these actors suffer.

**Keywords:** morality, actors, growers, marijuana.

### Introdução

O consumo de drogas, substâncias psicoativas que alteram os estados de consciência, como a maconha, por exemplo, são práticas sociais comumente observadas em todas as sociedades. Essas práticas podem ser tanto recreativas e ocasionais quanto

regulares e compulsivas, donde destas últimas podem culminar na rotulação de “viciado” ou “toxicômano”, o que fez muitas convenções e tratados nacionais e internacionais classificarem certas substâncias como “entorpecentes” ou “drogas” ilícitas (Bergeron, 2012). Bergeron (2012) argumenta, todavia, que existe uma quantidade imensurável de substâncias psicoativas socializadas que atuam na consciência e, com o uso prolongado, podem também produzir o que é taxado como dependência, adição ou vício, como os casos do álcool, tabaco, remédios psicotrópicos controlados, ou mesmo o café, um dos psicoativos mais consumidos no mundo.

Essas distinções em relação a outras substâncias, das quais algumas o uso refinado é prezado, consoante Bergeron (2012), define clivagem entre drogas psicoativas socializadas, como o álcool, o tabaco, o café e remédios psicotrópicos em geral, e drogas psicoativas estigmatizadas, como a maconha, a cocaína, a heroína e o crack, onde estas últimas acabaram sendo criminalizadas e classificadas como ilícitas. Nessa perspectiva, considera-se que os usos de maconha, assim como de outras drogas lícitas ou ilícitas, podem configurar relações morais através de seus diferentes usos sociais, como nos casos dos usos medicinais, religiosos, científicos ou recreativos da maconha, por exemplo. Além disso, os usos de drogas psicoativas, tanto lícitas quanto ilícitas, podem suscitar diversos conflitos, controvérsias e polêmicas morais.

Ademais, existe no Brasil uma lacuna nos estudos de plantas consideradas ilícitas, tal como a maconha (Fraga, 2006, 2019). “Os estudos e as pesquisas sobre os usos de substâncias variadas que são caracterizadas pelo termo droga fazem parte já há décadas das reflexões das ciências sociais” (Alvarez, Fraga & Campos, 2017, p. 1). Por este prisma, segundo olhar das ciências sociais, partimos do objetivo de construir uma reflexão sobre as ações, interações e associações de atores sociais envolvidos no cultivo caseiro de maconha para o próprio consumo, para verificar a hipótese de que esses atores configuram uma vida moral de gênero único. Assim, esse trabalho irá discutir duas questões-problema: Quais são motivações que servem como princípios dessa associação de atores que plantam a própria maconha? Quais relações sociais emergem dessa prática?

Feitos os preâmbulos, esse artigo está dividido em quatro partes. A primeira volta-se para esclarecer o enquadramento teórico e os conceitos-chave da pesquisa, tanto os que foram construídos no decorrer do estudo quanto os que foram mobilizados para análises. Posteriormente, serão feitas considerações metodológicas. Os dois próximos seguimentos trazem alguns resultados da pesquisa. A terceira seção discorrerá sobre as motivações desses atores e quais argumentos mobilizam para justificar a prática de plantar a própria cannabis. A quarta parte terá como enfoque as relações sociais configuradas por essa rede de atores. Por fim, este trabalho

tentará esclarecer, a partir de observações e da ótica dos próprios atores, quais aspectos sociais emergem dessa prática e se suas ações, interações e associações em redes suscitam efeitos morais.

### Enquadramento teórico

O conceito central utilizado para compreender as relações entre atores que plantam a própria maconha para uso social-recreativo é o de *redes morais*. Ele foi cunhado a partir das observações e interações de campo e da articulação de ideias de dois autores que são, sobretudo, controversos. Uma rede é pensada como um plano cartesiano em que o mapa das associações entre certos atores compõe um mundo social, e esses atores devem ser seguidos para descrever as suas marcas e trilhas produzidas nesse plano através do mapa de suas associações (Latour, 2012). Indivíduos que têm em comuns ideias, interesses, sentimentos ou ocupações que o resto da população não partilha com eles, podem se atrair pelas suas semelhanças, entrarem em relações e formar associações restritas no seio da sociedade, desprendendo-se dessas associações vidas morais específicas (Durkheim, 1983a).

Sendo assim, uma associação não é apenas uma autoridade moral que rege a vida de seus membros, mas também é uma fonte de vida *sui generis*, ou seja, uma moralidade, e o efeito moral que essa vida produz suscita um sentimento de solidariedade e empatia entre dois ou mais atores, formando associação moral entre eles (Durkheim, 1983a). Portanto, as redes morais são entendidas como conexões sociais que interligam atores que estão envolvidos em relações de similitudes morais, e dessas associações se desprendem vidas morais específicas e heterogêneas pelas sociedades afora (Castro, 2019). Nessa perspectiva, presume-se que estes atores que plantam a própria maconha se associam através de agregações configuradas no decurso de suas redes morais.

Como exemplo-limite de acusação de um crime, a lei tem a pretensão de universalidade, e a crítica feita a alguém que praticou um ato criminalizado está no horizonte da negatividade moral do ato (Werneck, 2013). Plantar a própria maconha no Brasil é considerado crime e tais atos invocam contra seu autor uma reação punitiva legal/moral (Magalhães, 1994), sejam essas reações formais ou informais (Becker, 2009). As reações formais no Brasil, ao tratar dos crimes e suas penalidades no que tange à produção de drogas ilícitas, sobretudo quando o crime se associa ao que é taxado como “tráfico de drogas”, pode ser aplicável em alguns casos do plantio caseiro da própria maconha, pois a Lei 11.343, no Artigo 33, expõe que preparar, produzir, fabricar, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, pode



ser penalizado em reclusão de cinco a quinze anos, além do pagamento de 500 a 1.500 dias-multa, enfatizando que as mesmas penas incorre quem semeia, cultiva ou faz a colheita de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas (Lei 11.343). Nos últimos anos, entretanto, há casos de juízes que concedem *Habeas Corpus* (HC) preventivos para pessoas que provocam a justiça nesse sentido visando poder usufruir, notadamente, dos benefícios medicinais da planta. Essas demandas que partem dos próprios pacientes de determinadas doenças visam, contraditoriamente, assegurar o direito à saúde utilizando os efeitos benéficos de uma planta cujo cultivo é proscrito.

Além disso, outra perspectiva analítica interessante referente ao poder de punir se encontra disperso no corpo social, protagonizado por instituições e grupos (Foucault, 2015), uma vez que se punem informalmente as pessoas, sugerindo que uma rede de poder punitiva informal está diluída pela sociedade afora. As categorias “drogado” e “maconheiro”, quando mobilizadas por alguns atores para rotular outros, se configuram como atos de acusação moral e social que, no Brasil, se constitui como um dos rótulos de estigma mais acionados cotidianamente (Velho, 1981). O estigma perpassa por uma marca atribuída ao indivíduo como rótulo, diferencia-o dos demais e colocando-o numa situação de inabilitação de plena aceitação moral e social (Goffman, 1970). Nessa perspectiva, o estigma está relacionado ao ideário moral depreciativo inerente à carreira moral do estigmatizado. Atores estigmatizados podem aceitar os pontos de vistas dos ditos “normais”, porém os ciclos de aceitação geralmente são conflituosos, pois pode acontecer tanto a rejeição do estigma quanto sua aceitação pelos estigmatizados (Goffman, 1970). Todas essas reações formais e informais citadas até aqui podem ser análogas quando se trata do plantio caseiro da própria maconha para o uso social no Brasil.

Ademais, ações reflexivas e interações surgem em contraposição às reações formais e informais sem perder suas determinações essenciais, e os pontos de vista dos atores que se encontram subjugados são emergências de suas subordinações experimentadas, uma vez que esses atores estabelecem novos valores (Misse, 2010). As pessoas “desviantes” que infringem regras formais e informais geralmente não aceitam a imposição de uma regra pela qual é julgado, pois podem compreender que os julgadores não são competentes ou legitimamente autorizados para fazê-lo (Becker, 2009). Os atores que plantam e usam a própria cannabis, quando se trata da ordem e sua antítese, agem de tal maneira porque acreditam dogmaticamente que podem contornar uma ordem para estabelecer uma “boa” ordem (Magalhães, 1994).

Nessa perspectiva, é importante chamar a atenção para a simetria entre os caracteres do que são considerados moral e imoral, principalmente sobre a mesma

natureza de ambos (Durkheim, 1983b). Pode-se considerar que atos punidos como imorais não possuem nada em sua natureza que os diferencie dos atos considerados morais, pois se trata de atos da mesma espécie e, sendo assim, atos considerados imorais não produzem desagregação, mas uma reagregação, formando uma nova agregação moral em torno dos atos punidos como imorais, e uma acusação de imoralidade é resultado de um conflito, geralmente desigual e assimétrico, entre moralidades distintas (Magalhães, 1994). Aplicar o rótulo de “desviante” às pessoas que plantam maconha para o próprio consumo, nessa perspectiva de simetria, seria aceitar os valores das associações morais que formularam tal julgamento.

O conflito é uma das mais vívidas formas de interação, e ele pode tentar resolver dualismos divergentes e conseguir algum tipo de unidade, seja pacificamente ou através da aniquilação de uma das partes conflitantes, sendo este último o resultado violento do conflito (Simmel, 1983). A moral é o mundo do conflito dogmático, e quando o conflito coloca limites entre opressão e autonomia, ele estabelece agregações dos dois lados conflituosos (Magalhães, 1994). Por este prisma, os conflitos configurados pelos transgressores de regras, quando se trata da ordem social e sua antítese, suscitam conflitos políticos, considerando que a política está relacionada a qualquer ação intencional e estratégica que envolve o poder, seja este formal ou informal, tornando as alterações de certos atores com seus eventuais acusadores em um conflito político (Magalhães, 1994). Sendo assim, existe um aspecto político intrínseco no fenômeno de poder plantar a própria maconha para o uso próprio, e tal aspecto emerge dos conflitos que se estabelecem nessa relação entre imposição, sujeição e transgressão de regras formais e informais, e a partir dessas dissidências morais, esses atores enfrentam as coerções formais e informais que sofrem para configurar uma vida moral *sui generis*.

## Metodologia

O método de estudo seguiu os critérios do desenho de uma pesquisa qualitativa, dado o intuito de investigar como esses atores produzem o mundo à sua volta (Flick, 2009a). Para tal foi empreendido um estudo exploratório (Gil, 1991). Essa investida foi baseada no método etnográfico para fazer um relato honesto de todos os dados levantados no decorrer do trabalho de campo e balancear, de um lado, a observação direta, as declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do pesquisador (Malinowski, 1978). Por este prisma, pouco importa as observações dos atores em geral, mas a observação se voltou para atores específicos e suas singularidades (Whyte, 2005). Ainda, esse estudo etnográfico se amparou na perspectiva do interacionismo simbólico proposto por Blumer (1986), ou seja, para

sondar como esses atores que plantam a própria maconha atribuem sentido e significado àquilo que pensam e fazem.

A pesquisa de mapeamento etnográfico contou com nove atores entrevistados ao longo de um trabalho de campo que durou cerca de dez meses, sendo seis meses através de redes sociais, como *Facebook* e *Whatsapp*, e visitas pontuais a alguns atores para geração de confiança e inserção no campo de pesquisa. Feito isso, durante quatro meses residimos em “Greenville”<sup>1</sup>, uma cidade universitária no interior do Brasil, para interações, observações e realização de entrevistas semiestruturadas, uma vez que nessa cidade foram mapeados cinco atores que plantavam a própria maconha. Através desses cinco atores previamente contatados, fomos levados a mais de vinte atores da mesma rede através da técnica de amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014), porém só foi possível entrevistar nove atores, pois atores que haviam se comprometido a participar da investigação desistiram de conceder as entrevistas temendo ser identificadas e, conseqüentemente, punidas. Esse temor se intensificou, pois, antes do início do período de coleta das informações, uma pessoa que cultivava a própria maconha havia sido autuada pela polícia.

Foram produzidos um trabalho e um diário de campo para levantar e registrar informações para o estudo em questão, onde o trabalho de campo não foi feito através da vivência e observação participante frequente com os atores, mas a partir da busca de interação com eles e, quando possível, realizamos visitas pontuais para a realização de diálogos e entrevistas. Neste caso, o pesquisador praticamente não reside e não se isola com os atores da pesquisa e, quando o faz, é por pouco tempo, mas busca a interação simbólica sempre que possível, a identificação dos valores e as aspirações desses atores (Durham, 1986).

Para mapear essa rede de atores foi utilizada a técnica de amostragem em bola de neve, pois, conforme Vinuto (2014), esse tipo de amostragem é demasiadamente útil para estudar atores difíceis de serem acessados, principalmente quando o estudo trata questões delicadas, privadas e que requer conhecimento das pessoas enredadas umas nas outras através de cadeias de referências não probabilísticas. Nessa perspectiva, foi solicitado aos atores e informantes-chaves, que foram inicialmente contatados, para que indicassem outros possíveis entrevistados e, desta maneira, colaborarem para a construção de uma rede de entrevistados (Fraga & Silva, 2017).

Foram realizadas entrevistas qualitativas semiestruturadas, ou seja, a forma de aplicação das entrevistas foi mediante um diálogo semiaberto com o entrevistado e um conjunto de perguntas (Flick, 2009b). Foi entrevistado o máximo de pessoas possíveis, totalizando nove pessoas, oito homens e uma mulher. As pessoas tinham entre 20 e 50 anos de idade, todas eram estudantes universitários,

pertencentes à classe média, habitavam em bairros com boa estrutura urbana e de transporte e residiam em “Greenville”. As entrevistas buscaram atingir um critério de saturação satisfatório dos pontos de vistas dos entrevistados, isto é, repetições fartas dos espectros de suas elocuições. Entretanto, esta saturação não chega a ser atingida devido ao número não tão alto de atores que plantam maconha na região em que foi realizado o trabalho de campo e, também, porque muitos atores, como informado anteriormente, desistiram de colaborar ou não responderam à convocação.

Sobre a ética na pesquisa, estabelecemos uma relação com os entrevistados próxima o suficiente para conseguir falar sobre temas delicados e, ao mesmo tempo, buscar evitar gerar falsas expectativas nos entrevistados (Flick, 2009b). Nesse sentido, ficou claro que a relação foi específica da pesquisa, sem dar aos entrevistados a sensação de serem devassados ou de sofrerem abusos por parte dos pesquisadores.

Além disso, foram levados em consideração alguns princípios básicos para uma pesquisa eticamente sólida: *i*) o consentimento informado; *ii*) evita-se enganar os entrevistados; *iii*) a privacidade dos participantes é respeitada e sua confidencialidade, garantida e mantida; *iv*) a precisão dos dados e sua interpretação são princípios orientadores, não ocorrendo qualquer omissão ou fraude com a coleta e análise de dados; *v*) em relação aos participantes, o respeito à pessoa foi considerado essencial; *vi*) consideração pelo bem estar dos participantes; *vii*) tratar a relação de benefícios e ônus para os participantes da pesquisa (Flick, 2009b).

A entrevista em profundidade é uma técnica conveniente na pesquisa social, uma vez que as falas dos atores referem-se a pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões deles. Nove entrevistas foram feitas nas casas dos atores, mas duas, por conveniência, foram feitas em público na “Universidade de Greenville”. Desta maneira, a análise de conteúdo permitiu reconstruir indicadores permeados de cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, dentre outros, e compará-los (Bauer & Gaskell, 2010).

Sobre a análise de conteúdo das entrevistas, buscou-se a plurivocalidade através da polifonia de vozes, então foram enfatizadas as vozes dos atores entrevistados com o intuito de maximizar a representação de ideias e perspectivas e, sendo assim, conferir um aspecto de autoria coletiva (Caldeira, 1988). Os dados, tanto das entrevistas quanto das observações, interações e leituras de teóricas, foram analisados a partir do material levantado no decorrer da pesquisa, de modo que teoria e problema foram responsáveis pela seleção e categorização dos materiais em texto, tanto implícita ou explicitamente, no decorrer do *corpus* textual.

## Resultados

### *Excurso sobre as justificações e os móveis morais*

Nesta seção busca-se fazer uma sociologia dos vocabulários de motivos, ou seja, analisar os motivos que são alocados para orientar o sentido das ações, de modo que um conjunto de formas de falar da ação para que elas possam ser consideradas legítimas (Werneck, 2013). Neste sentido, os móveis morais, basicamente, perpassam pelos vocábulos que tentam dar legitimidade moral às motivações dos atores entrevistados em relação às práticas de cultivo caseiro da própria maconha que consome. O primeiro entrevistado, que aqui será chamado de João, relatou:

Vai fazer um ano que comecei a plantar, e colhi poucas plantas. E não faz sentido você comprar, porque você tem dois polos de ilegalidade, e ambos são ilegais, como posse/consumo e comprar. Se você está comprando, você está participando do tráfico, só existe tráfico porque existe usuário e só existe usuário porque existe o tráfico. Então entre ficar nesse tráfico e ficar na outra ilegalidade, que é plantar, e sair dessa ilegalidade que é o tráfico, eu prefiro plantar.

Se considerarmos dois operadores clássicos da *accountability* social, a justificação e a desculpa, onde no primeiro o ator sabe exatamente o que está fazendo, e no segundo ele diz que fez errado, mas eu não sabia o que estava fazendo e não teve ac-tância efetiva, porque outra coisa/ator é que teve, trata-se de dois dispositivos linguageiros de respostas a julgamentos morais que surgem diante de críticas ou acusações (Werneck, 2013). Nas falas de João percebe-se a justificação de começar a cultivar a própria maconha, objetivando parar de comprar do tráfico ilegal de maconha, pois considera o risco tanto de comprar do tráfico ou plantar em casa seria relativamente o mesmo. Há em sua narrativa um ideário moral constituído em torno de uma representação da imagem do traficante, que é a busca para desvencilhar-se da imagem do traficante, forjando uma diferenciação. Porém, o plantio de João é insuficiente para suprir seu consumo diário, resguardando essa cannabis vista como especial que ele mesmo planta para uso em ocasiões extraordinárias. Apesar dos esforços de jardinagem e de sua construção narrativa em torno do comércio ilegal, ele ainda recorre ao tráfico de rua para suprir seu uso diário de maconha. De outra maneira, o seu constructo moral trabalha na justificação moral de seu ato, reforçando a condenação do tráfico aliando sua narrativa aos preceitos legais que critica.

Ronaldo e Gilberto foram dois atores entrevistados simultaneamente, pois dividiam um sítio juntos e lá plantavam e também dividiam a própria maconha entre eles. Sobre começar a plantar a própria maconha, Gilberto disse:

Acho que depois de um tempo fumando, você percebe, por causa das experiências e tudo, e morando em um lugar propício, você quer experimentar uma coisa natural, uma coisa que é uma maconha de verdade, não é misturada com nada, não é “prensada”<sup>2</sup>, não adicionam coisas nela.

Já Ronaldo argumentou:

Eu acho que quando a gente teve o primeiro contato com um “buddie” [uma das formas nativas de chamar a própria maconha plantada] de verdade é que a gente teve interesse de plantar, aí você percebe que é uma coisa pura, uma onda completamente diferente, uma onda mais leve, mais pura, você fica menos chapado e mais feliz, aí pensei: quero ter a curiosidade de plantar isso aí e não precisar comprar no morro ou em favela.

Ronaldo e Gilberto ocultaram durante toda a entrevista que estavam cultivando a própria cannabis. Velho (2008) argumenta que usuários de drogas psicoativas tendem a ocultar o uso para não darem “bandeira”, ou seja, não demonstrarem que fizeram uso de psicoativos. Ronaldo e Gilberto tentaram não dar “bandeira” em relação a estar plantando cannabis, portanto tomaram todo cuidado para não ser registrado na gravação da entrevista que eles estavam cultivando a própria maconha. Só com o gravador desligado que eles admitiam a prática de jardinagem. Dias depois, quando fomos convidados para a festa de aniversário de Gilberto, eles disseram que não tinha problemas colocar na pesquisa que eles estavam plantando, pois eles já tinham confiança o suficiente de que não seriam identificados. Ocultar que planta a própria maconha tornou-se comum não somente nessa entrevista, mas em outras. Pode-se presumir que eles se colocam moralmente em jogo com as regras formais e informais, como bem propôs Becker (2009) quando se trata do uso. Não obstante, trata-se de uma estratégia de auto-segurança, no sentido de não se exporem aos riscos de serem incriminados por causa da prática de cultivo.

Começar a plantar também se mostra como algo desencadeado pela experiência de fumar o “verde”<sup>3</sup> pela primeira vez através de relações sociais que estabeleceram em suas redes de sociabilidade, o que é análogo à proposição de Becker (2009) quando propõe que um ator se torna um usuário de maconha. Esses atores são alguns dos poucos, no universo dos nove entrevistados, que conseguem plantar maconha e sustentarem o uso diário do próprio plantio, não recorrendo ao tráfico de rua. Eles também tentaram separar suas imagens da personagem traficante de drogas, e apontaram que a maconha plantada e colhida em casa é algo “puro” e “diferente”. Nessa perspectiva, a questão do que denominam como “pureza” da maconha começa aparecer como algo recorrente nas falas, e, embora alguns entrevistados procurassem consumir apenas do “verde”, como Ronaldo e Gilberto, esse

critério de “pureza” não era uma coisa impermeável por estes dois atores. Observou-se no trabalho de campo que algumas vezes estes dois entrevistados fizeram uso da maconha prensada do tráfico de rua com amigos, sem menores problemas, e demonstraram que a barreira colocada por eles para consumir apenas uma maconha “pura” é tênue o suficiente para ser ultrapassada e, portanto, permeável em algumas ocasiões.

O quarto entrevistado, Joaquim, relatou:

E eu comecei a plantar quando eu vim para “Greenville”, em 2015, e estava osso [ruim] depender do tráfico, e o mal que isso traz para outras pessoas. Hoje eu não tenho uma produção que me atende totalmente, então eu acabo que tendo que recorrer ao “prensado” para usar diariamente.

Percebe-se que na justificação existe uma tentativa de renegar a qualificação pejorativa de um ato, pois no caso o criticado/acusado considera que a crítica/acusação foi feita de forma injusta e baseada em algum princípio que não corresponde àquele usado por ele para tornar efetiva sua ação (Werneck, 2013). Nas falas de Joaquim evidenciam-se móveis que o levou a plantar a própria maconha, que perpassa pelo mesmo espectro de não se envolver com o tráfico de drogas, com a figura do traficante, enfim, os mesmos argumentos anteriores, e que não por coincidência também serão os argumentos dos próximos entrevistados. Assim como João, Joaquim não consegue um plantio suficiente para o consumo diário, e ainda recorre ao comércio ilegal para consumir maconha diariamente.

Sobre o motivo de começar a plantar a própria maconha, Antônio alega:

Porque é melhor a plantada, pra quem fuma e se envolve bem. Tem todo esse aspecto ritualístico de você ver a planta crescer e depois você fumar ela, é uma sensação bem melhor do que você ir lá comprar um “prensado”. Ontem mesmo tive que fazer um corre [compra] de “prensado”, nossa senhora! Eu fui a três bocas diferentes. Maior correria. Isso é ruim. Então você poder plantar e ter o seu ali, colhendo de casa, uma coisa boa, qualidade muito maior do que o “prensado”, ter a própria planta é o sonho de quem gosta mesmo de consumir a parada.

As motivações alegadas por Antônio para justificar seu envolvimento com o plantio de cannabis para autoconsumo não se diferencia de outros entrevistados. Na menção ao plantio para autoconsumo como uma prática similar a um ritual, percebe-se a domesticação mútua que Veríssimo (2017) expõe em sua pesquisa, em que no ato de cultivar a própria maconha, tanto o cultivador domestica a planta quanto a planta o domestica, de modo que a principal “magia” do jardim canábico não seja propriamente a produção da planta, mas também a parte da domesticação do

jardineiro pela planta. Além disso, a relação ritualística do humano com o inumano, desde o plantio até o consumo, aponta para uma relação diferenciada entre ambos e, portanto, de sentido e significado próprios.

“Agir no social, dessa maneira, passa a ser se deparar com os desafios situacionais e lançar mão competentemente de coisas do mundo para dar conta das ações/situações” (Werneck, 2013, p. 707). Fraga (2012), em pesquisa desenvolvida com trabalhadores rurais envolvidos com plantios extensivos de cannabis, também verificou narrativas dos cultivadores que buscavam diferenciar suas atividades daquelas que classificavam como bandidos, alegando estarem trabalhando e, não, prejudicando alguém, embora reconhecessem como ação ilegal. Como dimensões da agência, a capacidade de decidir por si o curso da ação desenha uma avaliação moral ao tornar efetiva a tomada de um caminho para fixar outra situação no mundo, firmando dispositivos de configuração da agência ou actância, e o cerne passa a ser não o que torna uma ação legítima, mas o que torna uma situação efetiva, capaz de produzir efeitos e consequências, sendo um *setting* da experiência, da própria vida social, da moral e do que acontece (Werneck, 2013).

Sobre as motivações e justificações de começarem a plantar a própria cannabis, Maria Joana e Ramos, dois atores que também dividem a mesma casa e, consequentemente, a maconha que plantam ilegalmente juntos, relataram o mesmo que os demais entrevistados sobre não se envolverem com o tráfico de drogas, consumir um produto de melhor qualidade e menos insalubre, dentre outros. Também são atores que não conseguem sustentar o uso diário de maconha através do próprio plantio e, por isso, também recorrem ao comércio ilegal para tal. Isso fica evidente na fala de Maria Joana, que expressou:

Plantamos para fumar de vez em quando, porque a gente não tem um cultivo programado para fazer todas as etapas da planta e o tempo todo gerar a “flor”, então a gente não consegue fazer isso, igual hoje, a gente tem três vasos, e quando for colher elas serão colhidas ao mesmo tempo, e até ter outras demora um tempo, e a gente acaba fumando do “prensado”.

Emanuel é um dos três entrevistados que consegue consumir apenas a maconha cultivada por ele, e sua colocação foi a seguinte:

E esses “prensados”, esses não têm controle nenhum, não tem cuidado nenhum, você não sabe o que jogou ali para adubar, você não sabe o que os caras fazem naquele processo, chega um produto em sua mão que você não tem nada, ninguém tem que te dar satisfação nenhuma, muitas vezes você tem de subir em um morro para buscar, se envolver com coisas que transformam a coisa. Eu te mostrei ali o tamanho do espaço que eu uso para cultivar minhas plantas, sabe? O que isso tira aqui no meu quintal? O quê



isso está oferecendo de risco para a sociedade em volta de mim? Isso não é nada, cara! Não tem nada ali, se têm ali uns vasos com plantas, para mim facilita a vida, já têm uns oito anos que eu não me envolvo com o tráfico de drogas, subir o morro, ou ir ali buscar com o fulano, ligar para o outro ciclano, sabe? Eu tenho aqui na minha casa o processo inteiro.

A agência competente pode ser uma agência moral que adquire a forma de um operador lógico, a competência, e esse operador se distende entre dois sentidos, como dado cognitivo e como forma operativa (Werneck, 2013). Emanuel não adquire maconha há oito anos e, conseqüentemente, não tem mais contato com o tráfico, colocando-o como o entrevistado que há mais tempo consegue sustentar seu consumo através da própria maconha cultivada. Outros cultivadores que também conseguem se sustentar com suas plantas são Ronaldo e Gilberto.

José, último entrevistado, explicou:

Tendo acesso a algumas leituras e a experiências, o uso vai tomando outro sentido e acaba levando à ideia do plantar pra quebrar com essa lógica de fomentar o tráfico. Então a ideia de plantar veio unicamente disso, traçando essa coisa do produto de qualidade, e também pra poder, se de fato existir a guerra contra o tráfico, fazer a minha contribuição, ela vai nesse sentido, de não fomentar mais violência.

Seus argumentos não são diferentes dos demais entrevistados e, paradoxalmente, ele também não consegue sustentar o uso diário através de suas plantas e ainda recorre ao comércio ilegal para isso.

A paixão pela vontade inebriante constitui móveis capazes de contornar a privação de suas causas, mesmo que tais vontades sejam movidas por razões moralmente condenáveis (Magalhães, 1994). Com o passar do tempo, o aprendizado e a aquisição do controle e costume de consumir maconha aos poucos faz com que desapareçam nos consumidores as possíveis resistências iniciais que compunham a associação do uso de maconha às coisas marginais, dependência ou alienação, e o uso passa então a assumir uma conotação habitual de algo prazeroso, pacífico e inócuo (Macrae & Simões, 2000). O mesmo é observado em relação ao plantio caseiro da própria maconha.

Pode-se perceber que existem várias linguagens de justificação (Werneck, 2013) que constituem os móveis morais dessa rede de atores. Uma que apareceu em todas as entrevistas foi a ideia de que esses atores queriam consumir uma maconha de melhor qualidade e que não fosse insalubre, como a maconha oriunda do tráfico de drogas, sobretudo a maconha comprimida em prensa e que geralmente vem do Paraguai. Mas a justificação mobilizada que mais chamou atenção é a que perpassou pelos argumentos de não comprar maconha e não financiar a violência proveniente

do tráfico de drogas. Pode-se perceber em todas as falas que aparece uma coisa em comum, que é tentativa desses atores morais de desvencilhar suas imagens da imagem dos traficantes de drogas. Mas essas falas que mobilizam justificações morais alinham-se às práticas e a agentes que rotulam as suas ações de cultivo e jardinagem.

Sabe-se que no Brasil o tráfico de drogas ilícitas não pode ser tomado como uma prática homogênea, pois existem diferentes tráficos, onde dois exemplos contrastantes são o “tráfico” nos bairros de classe média, como demonstram Grillo (2008), Daudelin e Ratton (2017), em que alguns até têm entregas *delivery* de drogas, e o outro extremo, o tráfico comum de rua, sendo deste último o exemplo mais comum aqueles das favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde os traficantes geralmente andam armados e são considerados por diversas narrativas que constroem o personagem do traficante como inimigo público, conforme proposto por Foucault (2015). É da imagem desse traficante armado, sobretudo da imagem daqueles das favelas do Rio de Janeiro, que os “growers” tentam desvencilhar suas imagens, pois aparentemente eles não possuem problemas morais e simbólicos com o tráfico *delivery* de classe média, inclusive alguns dos atores entrevistados ainda recorrem à este tráfico para suprirem seus consumos diários.

Essa tentativa dos usuários-cultivadores de separarem suas imagens da do traficante armado pode ser análogo a uma tentativa de limpeza simbólica e moral. A limpeza simbólica, conforme sugerido por Machado (2008), seria uma tentativa de separação que os moradores das favelas tentam fazer de si mesmos para com os traficantes, uma vez que as desaprovações pelos primeiros em relação às práticas dos segundos se constituem como fronteiras morais. Embora nenhum dos entrevistados dessa pesquisa fosse morador de favela, pode-se considerar que aparece uma relação de limpeza simbólica e moral nas narrativas e justificações dos entrevistados, uma vez que estes usuários-cultivadores de maconha sempre buscam separar suas imagens da dos traficantes, pois compram o ideário moral comum de que o traficante é de fato um dos maiores inimigos da sociedade brasileira.

Pode-se perceber que existe uma contradição entre narrativa e prática por alguns usuários-cultivadores, e a maconha plantada de seis atores fica guardada para uso em ocasiões extraordinárias. Ademais, os três usuários-cultivadores que conseguem o sustento próprio, apesar de plantarem não com o intuito comercial, dependendo da ocasião, consomem essa cannabis juntos com conhecidos, ou mesmo doam ou negociam para amigos mais próximos, e as três coisas são consideradas tráfico de drogas pela legislação brasileira (Brasil, 2006). Isso aparece como algo paradoxal, pois ao mesmo tempo em que tentam propor uma limpeza simbólica e moral em relação ao traficante de drogas, seis atores ainda recorrem ao tráfico de drogas para poderem usar maconha diariamente ou, ainda, pode-se dizer todos

praticam atos que podem ser consideradas tráfico de drogas pela legislação brasileira.

Essa ambivalência ilustra as reflexões sobre os limites e os conflitos das redes morais. No terreno das moralidades o conflito é dogmático (Magalhães, 1994). De acordo Telles e Hirata (2007), pode-se considerar tênue o limiar que estabelece as fronteiras porosas entre o que é considerado moral-imoral, de modo que o trânsito entre essas fronteiras porosas pode ser considerado comum. Fraga (2012), também, percebeu essa delgada fronteira entre trabalhadores rurais que vivenciam as experiências de laborar tanto para os plantios lícitos quanto para os ilícitos em momentos de suas vidas e constroem justificações morais para esse movimento. Nessa perspectiva, os conflitos morais podem ser positivos quando são fontes de transições morais. Ao mesmo em tempo que os conflitos morais preservam os limites internos e externos das redes morais, esses limites são tênues e permeáveis, o que permite o estabelecimento de unidades conflituosas tanto homogêneas quanto heterogêneas, assim como endógenas ou exógenas.

A partir do espectro das falas das entrevistas em profundidade, conjetura-se que começar a plantar a própria maconha é uma prática que se estabelece a partir de ações, interações e associações configuradas a partir de suas redes morais de amigos. O gosto de fumar maconha, como já foi percebido por Becker (2009), é fruto de interações entre atores sociais. Nessa perspectiva, os gostos de plantar a própria maconha, destes nove atores entrevistados, são firmados através das conexões morais específicas assentadas em suas redes de interações. Essas associações morais estabelecidas nessas redes de interações agregam moralmente atores que adquiriram o gosto de fumar e, posteriormente, de plantar a própria maconha, alterando a relação entre os atores e a planta, que inclusive é diferente de quem apenas fuma e não planta, configurando um novo sentido moral.

#### *Relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação*

Como uma fonte de vida moral *sui generis*, as associações também configuram relações de solidariedade, pois através delas se configuram no seio da sociedade geral sentimentos, interesses e ideias comuns para levar em conjunto uma vida moral (Durkheim, 1983a). Nessa perspectiva, considera-se que dessas vidas morais que se desprendem pelas sociedades afora redes de interesses, ideias e sentimentos que fazem o apego por alguma coisa ultrapassar o âmbito individual para o social, criando entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade e suscitando sociedades de amigos. Às suas diferentes maneiras, essas redes morais se organizam, dado que este é um elemento normal da vida comum que os atores envolvidos estabelecem entre si. Por este prisma, nessa seção será analisado como se configuram as

relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação nas redes morais de usuários-cultivadores de cannabis.

João planta sua maconha dentro do guarda-roupa com luzes artificiais, em um sistema chamado “indoor”, e em dado momento da entrevista relatou:

Quando chega num estado vegetativo eu levo para o “outdoor” [fora de casa], mas sempre “semi-in” e “semi-out”, está ligado? Aí no caso dos “outdoors” são terceiros que fazem a fase de florescência para mim, então acaba que meu ganho da planta é sempre menor que eu tivesse se eu tivesse colocado para florir aqui no guarda-roupa [indoor], eu sempre divido minhas plantas pela metade, eu nunca colhi uma planta inteira para mim. Às vezes uma planta dá 30 gramas e eu só fico com 15 dela, porque a metade fica com o cara que floriu para mim, porque ele também corre os mesmos riscos, só que ele tem um lugar para florir.

No âmbito das relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação, nas palavras de João, foi possível identificar que existe um sistema meeiro diferente do identificado por Fraga (2006), em que o agricultor plantava e o patrão vendia, e depois dividiam o dinheiro entre eles. Entre João e outros atores se configura um sistema meeiro de divisão entre esses usuários-cultivadores. Quando João foi questionado se ele conhece mais pessoas que plantam e como se relaciona com elas, ele respondeu:

É por isso que a gente conhece pessoas e “growers”, se a gente não se conhecesse e não se identificasse, a gente não aumentaria a rede, e a gente não troca necessariamente só informação, mas às vezes trocamos plantas, porque muitos têm que começar, têm muitas pessoas querendo começar, e eu acho que essas pessoas precisam de um norte se elas estão levando a mesma conduta que estou levando.

Ao tratar da reciprocidade, Whyte (2005) argumenta que as relações pessoais e a reciprocidade configuram muitas interações, assim como trocas recíprocas a partir dos diferentes padrões de atividades e lógicas de pertencimento em que certos atores se envolvem. João expõe que quando se identifica com outros atores cultivadores, ele sempre se dispõe a ajudá-los a começar, e sobre as relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação, ele relata que trocam não apenas informações e conhecimento, mas às vezes trocam plantas, a maconha pronta para consumir e outras coisas. Além disso, têm as relações de meeiros que ele estabelece com outros atores cultivadores.

Sobre as relações com outras pessoas que também plantam a própria maconha para uso social, Ronaldo relatou: “Conheço! Conheço alguns amigos e a gente troca informações de como fazer, manipular melhor a planta. Com certeza o

conhecimento tem de ser passado”. E Gilberto complementou: “A gente troca informações para poder plantar e ter um rendimento um pouco melhor”. Ronaldo e Gilberto mostraram receio em expor os detalhes de suas relações com outros atores que também cultivam a própria maconha, mas relataram que conhecem e se relacionam com eles, e que cooperam entre si através de troca de informações de como manipular melhor a planta.

Joaquim relatou:

A gente troca informações, uma coisa que dá errado com um e dá certo com outro, a gente cruza essas informações de utilização, mesmo do “grow indoor”, tempo de luz, ventilação, troca de muda de plantas etc. Então a gente faz um sistema bem coletivo de troca de informações, sementes, mudas para poder ajudar a quem se disponha a correr o mesmo risco, poder colher e todo mundo poder fumar da flor de verdade. Porque a gente pensa: Eu estou fazendo isso. E o outro: ‘Eu também estou fazendo isso’. Então nós estamos juntos! E quando vi têm cinco ou seis que fazem, às vezes moram juntos, às vezes não. Então começa a meio que fazer uma sociedade ali de pessoas com o mesmo fim, não é? Todo mundo correndo o mesmo risco, mas com o mesmo intuito de sair dessa ideia do tráfico e poder ter esse sustento próprio através do próprio plantio.

Joaquim expõe que eles trocam informações sobre coisas que dão errado, cruzam informações diversas e trocam plantas e “camarão” (outra forma como a maconha plantada em casa também é chamada). Interessante notar que o risco que correm pela prática ilegal do plantio, nesse sentido, começa a aparecer como um sentimento que pode ser visto como uma das fontes de agregação dessa rede moral e, logo, de associação moral e cooperação (Durkheim, 1983a). Assim como João, Joaquim deixa claro que sempre se dispõe a ajudar outras pessoas que se disponham a correr o mesmo risco.

Antônio expôs:

Sim, nós trocamos informações. Aqui em Greenville tem a galera que planta também, mas eu acho que não ficam falando por aí que plantam. Mas uma ou outra pessoa que eu sei que planta, nós compartilhamos informações. Mas é uma coisa bem restrita ainda, porque ninguém fica falando que planta e tal. Aí você vê como é que a ilegalidade reflete nisso, e se não fosse ilegal todo mundo ia estar falando, compartilhando informações, compartilhando espécies de plantas, variedades etc.

Antônio também conhece mais pessoas que moram em Greenville e que plantam a própria maconha, e com esses conhecidos ele troca informações quando necessário. Mas essa troca de informações, genéticas de plantas e outras coisas ocorrem

apenas com uma rede restrita de atores, configurando-se como um grupo reservado, caracterizado pela confiança mútua e pelo compartilhamento de princípios comuns. Para Antônio a ilegalidade é o maior empecilho para estas relações de cooperação e reciprocidade, acredita que a ilegalidade é fator decisivo para restringir a capacidade de expansão da rede. Nota-se uma configuração de tipo voluntarista, ou seja, uma moral associativa que estabelece laços de participação moral eletiva entre atores sociais (Paugam, 2018). Neste sentido, usuários-cultivadores de cannabis configuram associações em redes morais e relações de assistência recíproca entre eles para satisfazerem seus sentimentos e interesses para com a planta.

Na entrevista realizada simultaneamente com Ramos e Maria Joana, esta última foi a primeira a se pronunciar, e ela relatou:

Eu costumo trocar informações, até mesmo porque eu não tenho muito conhecimento sobre plantio, então eu pergunto mais a um pessoal que eu conheço, principalmente aos que têm mais tempo que plantam, qualquer coisa que acontece a gente sai perguntando quem tem conhecimento a mais pra gente se orientar.

Após Maria Joana, Ramos complementou:

É isso, troca de experiências e espécies, genética. Na época que eu morava em uma chácara, a gente tinha o sistema “indoor” lá, dava para utilizar bastante os clones de plantas, e aí rolava bastante troca, às vezes você vai e troca com outras pessoas os clones, ou em sementes mesmo. É legal ver que essa questão não é só com a gente, mas a gente vê que isso acontece bastante, porque quando eu estava na Holanda eu tinha experimentado uma genética lá que eu acho muito boa, que chama *Hawaiian Snow*, é uma genética muito boa e não tinha dela aqui na época que eu plantava com esse pessoal na chácara, e eu voltei para cá e aí já tinha, e eu fumei com uma pessoa, deu um tempo e todo mundo tinha na cidade uma planta que não tinha. Isso acontece porque uma pessoa planta, a outra vai e clona, e passa para a outra, que passa para a outra, e quando você vai ver já tem uma genética rodando na cidade toda.

Atores em relações comuns, que estão fazendo coisas juntos, têm de coordenar suas ações ao perceber que algo está errado e que tem mudar, expressando o descontentamento desempenhando uma ação conjunta (Boltanski & Thévenot, 1999). Sendo assim, Maria Joana descreve firmar relações de reciprocidade e cooperação com outros atores morais que também plantam a própria maconha. Ramos reafirma as relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação que perpassam pelos interesses mútuos de plantar a própria maconha. Então, trocar informações não é a única prática, mas também genética de plantas e outras coisas relativas ao cultivo da própria maconha.

Emanuel argumentou:

Sim, sim! Eu acho que hoje em dia isso se popularizou bem, existem muitas pessoas fazendo isso, muito mais do que na época que eu comecei, e é legal hoje em dia, porque as pessoas trocam informações, trocam genéticas de plantas, trocam as experiências e tal. Está muito mais fácil hoje em dia para ter acesso a esse tipo de coisa, não é? Se a pessoa quiser começar hoje em dia, ela sempre tem um amigo aí que já conhece, faz ou que já fez, então hoje em dia está bem mais fácil.

Na sua exposição também aparecem as relações solidárias através das trocas de informações, genética de plantas e outras experiências de cultivo.

A entrevista com José foi a mais tensa, pois quando começamos a gravar a entrevista, em menos de dois minutos de gravação, ele começou a gaguejar e não conseguiu responder a primeira questão, praticamente travou. José disse: “Cara, que medo de gravar essa entrevista e a polícia vir aqui em casa por causa disso”. Mas depois de conversarmos e inclusive nós dizermos que ele não precisava participar da entrevista, ele se acalmou e concedeu seu ponto de vista. Sobre suas relações com outras pessoas que também plantam, José relatou:

Cara, eu conheço vários amigos íntimos, eu tenho um ciclo de amigos e tal, que produzem também. E a gente troca algumas informações vez ou outra, e de repente um fala produziu um que tá bonito, me dá um “green” ali pra eu fumar. A relação é troca de informações, de “camarões”, e é isso, tipo, alguns são amigos mais íntimos, mas eu também sei que têm outras pessoas.

Através dessas exposições foi possível observar, mapear e compreender que as relações de solidariedade, cooperação e reciprocidade são construídas em espaços e interações presentes nas redes morais configuradas face a face. Existem relações de reciprocidade e cooperação que formam relações de solidariedade entre esses atores morais para ajudar uns aos outros, mas principalmente os iniciantes e, nessa perspectiva, oferecer uma possível direção ou caminho para quem se dispõe a iniciar nessa mesma conduta considerada ilegal e imoral. Sendo assim, estes atores formam relações solidárias e suscitam sociedades de amigos através de suas redes morais na disposição de ajudar quem se coloca a correr também o risco de plantar a própria maconha.

## Conclusão

O plantio caseiro da própria maconha se apresentou, nessa pesquisa, como uma fonte de relações morais *sui generis*. Nas redes morais firmadas por esses atores

acontece a passagem do apego individual para o social pela prática de plantar a própria maconha. Nessa perspectiva, o sentido atribuído a essa prática é imputado pelo comportamento de outros atores que plantam a própria erva. Plantar a própria maconha para o uso social recreativo também se apresentou como um sentimento moral de libertação em relação às repressões formais e informais que esses atores sofrem, e isto faz com que eles estabeleçam relações de solidariedade, cooperação e reciprocidade de interesses e sentimentos, pois possuem ideias e sentimentos comuns que configuram uma moralidade contextualizada no decurso de suas associações em redes.

Os móveis morais e as relações de sociabilidade dessa rede de atores podem ser os fundamentos para essas outras relações sociais que aparecem aqui, ou seja, das relações de solidariedade, reciprocidade e cooperação, visto que todos entrevistados trocam conhecimentos, experiências e informações sobre como lidar com as plantas, inclusive experiências que deram errado. Além disso, em “Greenville” esses atores morais trocam também sementes, mudas, clones, adubos, genéticas de plantas e até mesmo a substância pronta para consumo.

Esses atores consideram a maconha uma planta normal como qualquer outra, e como se trata de uma prática inócua pra eles, firmam uma moralidade específica ao plantar a própria maconha. Esses atores entendem que o conhecimento sobre o plantio da própria cannabis deve ser passado adiante e compartilhado com outros atores que têm os mesmos interesses, sentimentos e ideias tenham um norte na prática. Portanto, quando esses atores conhecem outros atores que também cultivam a própria maconha e se identificam, eles se dispõem a se ajudarem na prática de plantar a própria maconha para o uso próprio.

Limitações desse trabalho referem-se a sua realização em apenas em uma cidade, o trabalho de campo interacional ter sido reduzido e o número total de entrevistados não atingir um grau satisfatório de saturação. Quiçá seria interessante que fossem feitas outras pesquisas sobre o mesmo tema em outras cidades do Brasil, ou até mesmo de outros países, tanto para entender melhor a diversidade das práticas do cultivo caseiro da própria maconha quanto das relações morais que a permeiam. Desta maneira, tais pesquisas seriam deveras interessantes para trazer mais reflexões sobre as lacunas teóricas e metodológicas dessa pesquisa.

## Notas

Os autores escrevem segundo o novo acordo ortográfico por razões formais de uniformidade linguística.



- 1 Todos os nomes dos atores e de lugares serão nomes fictícios para tratar de lugares e pessoas reais e, dessa forma, resguardar o sigilo e anonimato das identidades dos atores que participaram direta ou indiretamente dessa pesquisa.
- 2 “Prensado” é como os nativos chamam a modalidade maconha comprimida em prensa, que geralmente vem do Paraguai e é comercializada pelo tráfico de rua.
- 3 Outro modo como a cannabis plantada em casa é chamada, também pode ser chamada de “green”, “camarão” ou “buddie”.

## Referências

- Alvarez, M., Fraga, P., & Campos, M. (2017). Apresentação: Perspectivas atuais sobre políticas, produção, comércio e uso de drogas. *Tempo Social*, 29(2), 1-14. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2017.133303.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2010). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Becker, H. (2009). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bergeron, H. (2012). *Sociologia da droga*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Blumer, H. (1986). *Symbolic interactionism: Perspective and method*. California: University of California Press.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1999). The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, 2(3), 359-377. doi: 10.1177/136843199002003010.
- Caldeira, T. (1988). A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. *Novos Estudos*, (21), 133-157.
- Castro, M. (2019). *Redes morais: Um estudo exploratório sobre a solidariedade inerente ao cultivo caseiro de maconha para o uso social recreativo* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil).
- Daudelin, J., & Ratton, J. L. (2017). Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, 29(2), 115-133. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2017.125670
- Durham, E. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: Problemas e perspectivas. In R. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica* (pp. 17-34). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Durkheim, E. (1983a). Da divisão do trabalho social. In J. A. Giannotti (Org.), *Coleção Os Pensadores*, (pp. 1-70). São Paulo: Abril Cultural.
- Durkheim, E. (1983b). *Lições de Sociologia: A moral, o direito e o Estado*. São Paulo: Edusp.
- Flick, U. (2009a). Desenho da pesquisa qualitativa. In U. Flick (Org.), *Coleção pesquisa qualitativa* (Vol. 1, pp. 7-148). Porto Alegre: Bookman.
- Flick, U. (2009b). Qualidade na pesquisa qualitativa. In U. Flick (Org.), *Coleção pesquisa qualitativa* (Vol. 5, pp. 7-196). Porto Alegre: Bookman.
- Foucault, M. (2015). *A sociedade punitiva: Curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fraga, P. C. P. (2006). Plantios ilícitos no Brasil: Notas sobre a violência e o cultivo de *cannabis* no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, 9(15), 95-118.

- Fraga, P. C. P. (2012). Les actions d'éradication des plantations considérées illicites en Amérique Latine et au Brésil. *Déviance et Société*, 36(2), 115-135.
- Fraga, P. C. P. (2019). A economia do plantio extensivo de cannabis no Brasil e as estratégias de repressão. In P. C. P. Fraga & M. C. Carvalho (Orgs.), *Drogas e sociedade: Estudos comparados Brasil e Portugal* (pp. 140-154). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Fraga, P. C. P., & Silva, J. (2017). A participação feminina em mercados ilícitos de drogas no Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro. *Tempo Social*, 29(2), 135-157. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2017.128528.
- Gil, A. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Goffman, E. (1970). *Estigma: La identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Grillo, C. (2008). O morro e a pista: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1(1), 127-148.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EdUFBA.
- Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm).
- Machado, L. (2008). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Macrae, E., & Simões, J. (2000). *Rodas de fumo: O uso da maconha entre camadas médias*. Salvador: EdUFBA.
- Magalhães, R. (1994). *Crítica da razão ébria: Reflexões sobre drogas e a ação imoral*. São Paulo: Annablume.
- Malinowski, B. (1978). Argonautas do Pacífico Ocidental. In A. Carr, L. A. C. Mendonça & E. R. D. *Coleção Os Pensadores* (pp. 17-28). São Paulo: Abril Cultural.
- Misse, M. (2010). Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. *Lua Nova*, (79), 15-38. doi: 10.1590/S0102-64452010000100003
- Paugam, S. (2018). *Le lien social: Que sais-je?*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Simmel, G. (1983). A natureza sociológica do conflito. In E. M. Filho (Org.), *Simmel* (pp. 122-134). São Paulo: Ática.
- Telles, V., & Hirata, D. (2007). Cidade e práticas urbanas: Nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos avançados*, 21(61), 173-191. doi: 10.1590/S0103-40142007000300012
- Velho, G. (Ed.) (1981). Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (pp. 55-64). Rio de Janeiro: Zahar.
- Velho, G. (2008). *Nobres & anjos: Um estudo sobre tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Veríssimo, M. (2017). *Maconheiros, fumons e growers: Um estudo comparativo dos consumos e cultivos caseiros de canábis no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Autografia.

- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 201-218. doi: 10.20396/temáticas.v22i44.10977
- Werneck, A. (2013). Sociologia da moral como sociologia da agência. *RBSE-Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 12(36), 704-718.
- Whyte, W. (2005). *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar.

**Data de submissão:** 11/07/2020 | **Data de aceitação:** 15/01/2021





# NORMAS PARA AUTORES

## SUBMISSION GUIDELINES



## NORMAS PARA AUTORES

1. A SOCIOLOGIA *ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em Português, Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano;
3. Os artigos deverão ser submetidos para [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt);
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à SOCIOLOGIA *ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da SOCIOLOGIA *ON LINE*.
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à SOCIOLOGIA *ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Notas (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo, e situar-se-ão no final do texto, imediatamente antes das “Referências”;
10. Os textos escritos em Português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a **Bold**, centrados, em corpo

12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;

12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:

EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais

TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;

13. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
14. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
15. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes das “Notas finais” e “Referências”;
16. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas *APA 6th Edition*;
17. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>



## SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian;
3. Manuscripts must be submitted to [sociologiaonline@aps.pt](mailto:sociologiaonline@aps.pt);
4. All articles are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision;
5. *SOCIOLOGIA ON LINE* uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in *SOCIOLOGIA ON LINE* during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including final notes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); Notes (if applicable); References;
9. Notes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article. All notes must be placed at the end of the text, just before the "References";
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:  
EPS (or PDF): Vector drawings  
TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
14. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (*e.g.* University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. The correspondence author must present the complete institutional address;
15. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”;
16. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 6th Edition;
17. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts. All texts are freely available at <http://revista.aps.pt/en/home-page/>